



SARAH OLIVEIRA FERNANDES

Entre marés e resistências: a disputa pelo espaço social caíçara no destino de luxo
da elite paulistana

São Paulo – SP

2026

SARAH OLIVEIRA FERNANDES

Entre marés e resistências: a disputa pelo espaço social caiçara no destino de luxo da elite paulistana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, Educação e Cultura”.

Orientadora: Silvia Beatriz Adoue.

São Paulo – SP
2026

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Fernandes, Sarah Oliveira.

F363 Entre marés e resistências : a disputa pelo espaço social caiçara no destino de luxo da elite paulistana / Sarah Oliveira Fernandes. – São Paulo, 2025.

162 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Silvia Beatriz Adoue.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2025.

1. Ilhabela (SP) – Aspectos ambientais. 2. Ilhabela (SP) – Aspectos econômicos. 3. Turismo – Ilhabela (SP) . Título.

CDD 981.61

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa evidencia como o turismo de luxo provoca exclusão e desterritorialização dos caiçaras em Ilhabela, atuando como denúncia dos processos de exclusão das comunidades e como instrumento para mobilizar comunidades e aliados na defesa do espaço tradicional, fortalecendo ações coletivas por justiça social e ampliação do direito à cidade.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The research highlights how luxury tourism causes exclusion and deterritorialization of the caiçaras in Ilhabela, acting as a denunciation of the processes of exclusion of the communities and as an instrument to mobilize communities and allies in the defense of the traditional space, strengthening collective actions for social justice and expanding the right to the city.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

La investigación destaca cómo el turismo de lujo provoca exclusión y desterritorialización de las caiçaras en Ilhabela, actuando como denuncia de los procesos de exclusión de las comunidades y como instrumento para movilizar comunidades y aliados en la defensa del espacio tradicional, fortaleciendo acciones colectivas por la justicia social y ampliando el derecho a la ciudad.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Unidade Complementar - São Paulo

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SARAH OLIVEIRA FERNANDES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2025, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de SARAH OLIVEIRA FERNANDES, intitulada **Entre marés e resistências: a disputa pelo espaço social caçara no destino de luxo da elite paulistana.**, sob orientação da Profa. Dra. Silvia Beatriz Adoue. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP / Araraquara (SP), Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO (Participação Virtual) do(a) . / Universidade de Brasília (UnB), Profa. Dra. SIMONE SCIFONI (Participação Virtual) do(a) Universidade de São Paulo(USP). Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final APROVADA . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE

Às famílias caiçaras de Ilhabela, que
diariamente reinventam a resistência e
ajudam a construir a diversidade cultural
brasileira, nossa maior riqueza

AGRADECIMENTOS

À FAPESP pelo apoio financeiro concedido: processo nº 2025/02414-4, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

É chegada a hora. Apresento esta dissertação, fruto de dois anos de trabalho e pesquisa debruçada sobre a realidade de comunidades caiçaras de Ilhabela, envolta em debates que recaem ora sobre a geografia agrária, ora sobre a geografia urbana. E por que não procurar a convergência das lutas sociais nestes dois espaços, se foi exatamente isso que fizemos, entre companheiros, durante os felizes períodos de aulas na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Foram momentos de trabalho coletivo, construções de conhecimento e de muitos sonhos e lutas partilhadas. Obrigada a todos os amigos feitos nessa trajetória, discentes e professores, e à vida por ter me guiado neste caminho tão forte e tão bonito. Obrigada, em especial, ao MST e demais movimentos sociais que tornaram possível o sonho de uma universidade para o povo.

Agradeço com todo coração ao meu companheiro de vida Danilo Ramos, que sempre me apoia a realizar sonhos e sem o qual nada disso seria possível. À minha família, Pai, Mãe, Val, Alê, Mimi, Esther e Deca (*in memorian*), obrigada por terem me apoiado nessa jornada, me encorajado e tornado meus dias mais felizes. Mãe, obrigada por ter me mostrado o mundo com o melhor dos seus olhos. Pai, obrigada por ter me feito voar mais e mais longe. Tias, tios, primos, primas, avós e avôs (*in memorian*): vocês são os trabalhadores que constroem esse país. Agradeço por terem me mostrado a alegria da luta diária. Tio Sérgio (*in memorian*): foi através dos seus pincéis, que eternizaram a beleza da vida caiçara de outrora, que entendi o quão bonito e importante era tudo aquilo. Há muito de você aqui.

Professora Silvia Beatriz Adoue, agradeço por ter me acolhido como sua orientanda e, fundamentalmente, por ter ajudado a enxergar as contradições que levo dentro de mim - e a crescer com elas. Somos companheiras!

Camila Galindo, Tiago, Camila Franco, Fernando, Thais, Marina, Daniel, Lara, Vitão, Júlia, Lara, Lidi, Ayla, Desirée, Ana, Stella, Elis, Alê, Luísa, Jéssica e tantos outros amigos de caminhada, obrigada pelo companheirismo, pelo apoio e pelo

carinho. A amizade de vocês é minha maior conquista. Maza, meu grande amigo e cartógrafo favorito, obrigada por ser você e pelos mapas.

Em especial, agradeço muito ao Coletivo Caiçara de Ilhabela e São Sebastião e a todos os moradores de comunidades caiçaras de Ilhabela que acolheram minha proposta de pesquisa com entusiasmo, me disponibilizaram materiais e me concederam entrevistas. Se eu olho o amanhã com otimismo, é também pela luta de vocês por um mundo mais justo.

Lembro que lá pelas 19h, ainda com dia claro, eu brincava na Baleeira até ver aproar no horizonte da enseada as canoas de voga coloridas, com nomes de mulher, puxadas pelo vento na vela torta e remadas por pescadores que eu nunca soube o nome. Eu nadava até eles, acompanhava as canoas e mais perto da quebradeira lançada: "trouxeram peixe?" Sempre traziam. Um deles me pegava no colo e fazia a puxada da canoa até o rancho, com o barco correndo pelos troncos rolados comigo dentro, sentada na rede, vendo os peixes meio vivos e sonhando com o mar. Eu sempre sonhei com o mar.

Própria autora

RESUMO

A pesquisa investiga os impactos do turismo de luxo sobre as comunidades caiçaras urbanas no eixo sul de Ilhabela, litoral norte de São Paulo. O foco central é compreender como o turismo, aliado à especulação imobiliária e à ação estatal, transforma o espaço social caiçara em mercadoria, aprofundando processos de exclusão, fragmentação e hierarquização. O trabalho reforça a necessidade de políticas públicas e mobilização social para garantir o acesso, valorizar o espaço caiçara e enfrentar os mecanismos de acumulação por espoliação, contribuindo para o debate sobre justiça socioespacial no litoral brasileiro.

Palavras-chave: Ilhabela; caiçaras; turismo; turismo de alto padrão; espaço social.

ABSTRACT

This research investigates the impacts of luxury tourism on urban Caiçara communities in the southern area of Ilhabela, on the northern coast of São Paulo. The central focus is to understand how tourism, combined with real estate speculation and government action, transforms Caiçara social space into a commodity, deepening processes of exclusion, fragmentation, and hierarchization. The work reinforces the need for public policies and social mobilization to guarantee access, enhance Caiçara space, and confront mechanisms of accumulation through dispossession, contributing to the debate on socio-spatial justice on the Brazilian coast.

Keywords: Ilhabela; Caiçara communities; tourism; high-end tourism; social space.

RESUMEN

Esta investigación indaga en los impactos del turismo de lujo en las comunidades urbanas de Caiçara, en la zona sur de Ilhabela, en la costa norte de São Paulo. El objetivo principal es comprender cómo el turismo, combinado con la especulación inmobiliaria y la acción gubernamental, transforma el espacio social de Caiçara en una mercancía, profundizando los procesos de exclusión, fragmentación y jerarquización. El trabajo refuerza la necesidad de políticas públicas y movilización social para garantizar el acceso, potenciar el espacio de Caiçara y enfrentar los mecanismos de acumulación por desposesión, contribuyendo así al debate sobre la justicia socioespacial en la costa brasileña.

Palabras clave: Ilhabela; comunidades de Caiçara; turismo; turismo de lujo; espacio social.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução do número de hotéis e pousadas em Ilhabela entre 1969 e 2025.....	93
Gráfico 2	Média anual da ocupação hoteleira em Ilhabela.....	108
Gráfico 3	Número de turistas em Ilhabela.....	109
Gráfico 4	Evolução do número de domicílios particulares de uso ocasional em Ilhabela, por década, entre 2000 e 2020	111

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Pintura à óleo retrata rancho de pesca na Praia da Baleeira nos anos 1990.....	18
Imagem 2	Fazenda Engenho D'Água.....	33
Imagem 3	Engenho Velho e carro de boi, na Fazenda Castelhanos, de Benedito Pacheco e sua esposa Emília Ribeirão de Freitas, em 1895, sogro e sogra do filho de Manoel de Góes Moreira, dono da Fazenda Barra Velha.....	34
Imagem 4	Marcos históricos na ocupação de Ilhabela.....	35
Imagem 5	Trecho em fase de pavimentação para a construção da rodovia.....	37
Imagem 6	Beleza cênica de Ilhabela.....	52
Imagem 7	Morro dos Mineiros.....	55
Imagem 8	Espreguiçadeiras do “bar boutique” DPNY, na Praia do Curral, Ilhabela.....	57
Imagens 9 e 10	Placa para entrada na pequena enseada da Baleeira, convertida em propriedade privada.....	57
Imagem 11	Canoa caiçara e redes tradicionais de pesca dividem espaço com embarcações de lazer em praia de Ilhabela.....	65
Imagem 12	Pescador da frente da Ilha organiza rede de pesca após manhã de trabalho.....	70
Imagens 13 e 14	Foliões brincam na Congada de Ilhabela.....	72
Imagens 15, 16, 17 e 18	Propagandas da prefeitura de Ilhabela sobre os potenciais turísticos do município.....	90
Imagem 19	Evolução da mancha urbana de Ilhabela entre 1985 e 2025.....	95
Imagem 20	Entrada do Resort DPNY, um dos mais luxuosos de Ilhabela, na Praia do Curral, costa sul.....	102
Imagem 21	Espreguiçadeiras do “bar boutique” DPNY, na Praia do Curral, Ilhabela.....	103

Imagem 22	Hotel Casa Di Sirena, na Praia do Veloso.....	105
Imagem 23	Casa de luxo em área costeira no Bixiga, bairro de ocupação tradicional caiçara do eixo sul de Ilhabela	113
Imagens 24, 25, 26 e 27	Casas de veraneio de luxo na costeira da Praia Grande no sul da Ilha	122
Imagens 28 e 29	Acesso ao mar no Frade e no Sepituba, respectivamente. Ambos estão em propriedades privadas	130
Imagem 30	Chegada de canoa de voga na prainha do Julião. O engenho possuía as canoas Santa Clara, Paciência, São Manoel e Capricho	134
Imagem 31	Registro atual da Praia do Julião, no sul de Ilhabela.....	135
Imagens 32 e 33	Estrada do sul da Ilha, no trecho da Ilha das Cabras, na década de 1970	136
Imagens 34, 35 e 36	Estrada do sul da Ilha, trecho da Ilha das Cabras, 2025	137
Imagem 37	Exemplo de placa confeccionada pelos integrantes do Coletivo Caiçara, marcando que o local é uma área de ocupação tradicional.....	143
Imagem 38	Covo de pesca e canoa caiçara a frente de clube de praia privativo, de alto padrão, na praia do Saco da Capela, em Ilhabela.....	146
Imagem 39	Rancho de pesca do porto da Vila do São Pedro, retomado pelos moradores da comunidade após processo judicial contra veranistas.....	146

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do município arquipélago de Ilhabela.....	21
Mapa 2	Distribuição do município de Ilhabela em bairros	31
Mapa 3	Município de Ilhabela, com área compreendida dentro do PEIb.....	43
Mapa 4	Área da praia do Curral em 1990.....	100
Mapa 5	Área da praia do Curral em 2011.....	101
Mapa 6	Localização dos pontos de acesso ao mar abertos e fechados por propriedades privadas.....	125

LISTA TABELAS

Tabela 1	Legislação ambiental em vigor no município de Ilhabela, por nome e ano de aprovação (1977-2017).....	47
Tabela 2	Distribuição dos hotéis em Ilhabela, por região, em 2025.....	93
Tabela 3	Cadastro Único para Programas Sociais no Município.....	110
Tabela 4	Situação dos acessos ao mar tradicionalmente utilizados por famílias caiçaras.....	125
Tabela 5	Elementos típicos da cultura caiçara presentes na área urbana da costa sul de Ilhabela.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
Gini	Índice Gini (medida de desigualdade social)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MPF	Ministério Público Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEIb	Parque Estadual de Ilhabela
PIB	Produto Interno Bruto
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
UC/Ucs	Unidade de Conservação / Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	
2	INTRODUÇÃO	20
3	TURISMO COMO REORDENADOR DO ESPAÇO DE ILHABELA: O PAPEL DO ESTADO E DO CAPITAL NA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO	27
3.1	Contexto histórico.....	32
3.2	De Parque Estadual à vitrine do turismo de luxo.....	40
3.3	Caracterização da paisagem e ocupação turística.....	51
4	O SUJEITO CAIÇARA: CULTURA, MODOS DE VIDA E TERRITORIALIDADE	60
4.1	Os caiçaras de Ilhabela, ontem e hoje.....	67
4.2	“Só quem está atrás da Ilha é caiçara tradicional?”	76
4.3	Perfil dos moradores e marcas da desigualdade.....	80
5	FRAGMENTAÇÃO, ESPOLIAÇÃO E EXCLUSÃO: UM PARAÍSO PARA QUEM?	88
5.1	Como se cria um paraíso tropical à beira mar?.....	92
5.2	Estudo de caso: DPNY e Casa Di Sirena.....	97
5.3	Um panorama do turismo e dos turistas de Ilhabela.....	107
6	"TERRITÓRIO EM DISPUTA: ESPOLIAÇÃO E DIREITO À CIDADE EM ILHABELA"	118
6.1	Espoliação urbana e desterritorialização dos caiçaras urbanos.....	120
6.2	Novas ameaças, antigos problemas.....	133
6.3	Direito à cidade: práticas atuais de reexistência.....	141
7	CONCLUSÃO.....	152
	REFERÊNCIAS.....	155

1. APRESENTAÇÃO

Decidir o tema da minha dissertação foi, ao mesmo tempo, uma jornada acadêmica e uma reflexão pessoal. Passei parte importante da infância em Ilhabela, cercada pela beleza natural das praias e pela riqueza da cultura caiçara, ouvindo causos, histórias místicas e celebrando pegadeiras de peixes na pesca comunitária.

Um dos lugares mais marcantes para mim era a Praia da Baleeira, uma pequena enseada na área sul de Ilhabela, logo ao lado da Praia Grande, por onde se chegava após percorrer uma trilha. Nela, funcionam vivamente três ranchos de pesca e foi lá, junto com meus primos e irmãos, que passei parte bonita da infância. Foi onde minha mãe me ensinou a nadar. Era um espaço coletivo, um refúgio onde a comunidade se conectava com o mar.

No final dos anos 1990, esse cenário começou a mudar. A venda do terreno em frente a praia para um empresário e a construção de uma mansão marcaram o início de uma transformação dolorosa: o acesso à praia foi bloqueado, os ranchos destruídos, e o espaço que era de todos tornou-se privado.

Imagem 1 - Pintura à óleo retrata rancho de pesca na Praia da Baleeira nos anos 1990



Artista: Sérgio Arraes, meu tio.

Deixamos de frequentar a Baleeira, mas ela sempre esteve presente em mim, nas fotos ou nas memórias. Então, em 2023, pouco antes de iniciar a trajetória do mestrado, eu quis visitar a praia. Já não havia mais a trilha e o caminho pelas pedras foi fechado com cerca farpada. Fui então pelo mar, nadando a partir da Praia Grande, como anos antes minha mãe havia me ensinado naquele mesmo lugar.

Desta vez, porém, a chegada não foi alegre: fui abordada de forma hostil por um segurança privado, que me alertou se tratar de uma área privativa, onde eu não poderia estar. Ele fez questão de dizer que os cães de guarda estavam soltos e que não gostavam de visitas.

Essa experiência, infelizmente, não é isolada. Vi ela acontecer em várias praias e costões de Ilhabela. Mais: vi pessoas queridas - seu Joaquim, dona Marli, dona Toninha, seu Paiva e tantos outros - perderem acesso ao seu território, acabarem confinados em casas pequenas, com acesso limitado ao mar e uma vida mais precária do que a que compartilhamos na minha infância.

Essas mudanças não apenas desfiguram o espaço físico, mas também erodem a identidade e o modo de vida das comunidades caiçaras, que perdem suas raízes em nome do turismo de luxo e da especulação imobiliária. Essa desconexão crescente entre as comunidades e os espaços que tradicionalmente ocupavam despertou minha vontade de investigar mais profundamente esse processo.

Como é possível que um espaço de apropriação coletiva da natureza seja privatizado apenas pelo poder do capital? Como vive hoje quem tinha aquele espaço como local de trabalho e sobrevivência? Foi essa indignação que me trouxe até aqui e para a qual pretendo apontar caminhos de reflexão nesta pesquisa, orgulhosamente elaborada no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL).

Minha escolha pelo tema não é apenas acadêmica; é profundamente pessoal. Os impactos do turismo de luxo e da especulação imobiliária ameaçam apagar as histórias e tradições que moldaram minha infância e que ainda sustentam as comunidades caiçaras. Com esta pesquisa, espero contribuir para um entendimento mais profundo das consequências dessas mudanças, propondo caminhos para preservar os locais tradicionais e a identidade desses povos. Afinal, o espaço não é apenas físico; é a base onde memórias, cultura e vida se encontram.

2. INTRODUÇÃO

O litoral de São Paulo reúne 149 ilhas, ilhotas e lajes, sendo Ilhabela a maior delas. Trata-se de um município-arquipélago localizado na região administrativa do Vale do Paraíba, constituído pelas ilhas de São Sebastião (com maior concentração urbana e populacional), de Búzios e de Vitória, além de outras ilhotas e lajes que juntas somam 350Km² e uma população de 38.239 habitantes, segundo dados do último Censo, de 2022.

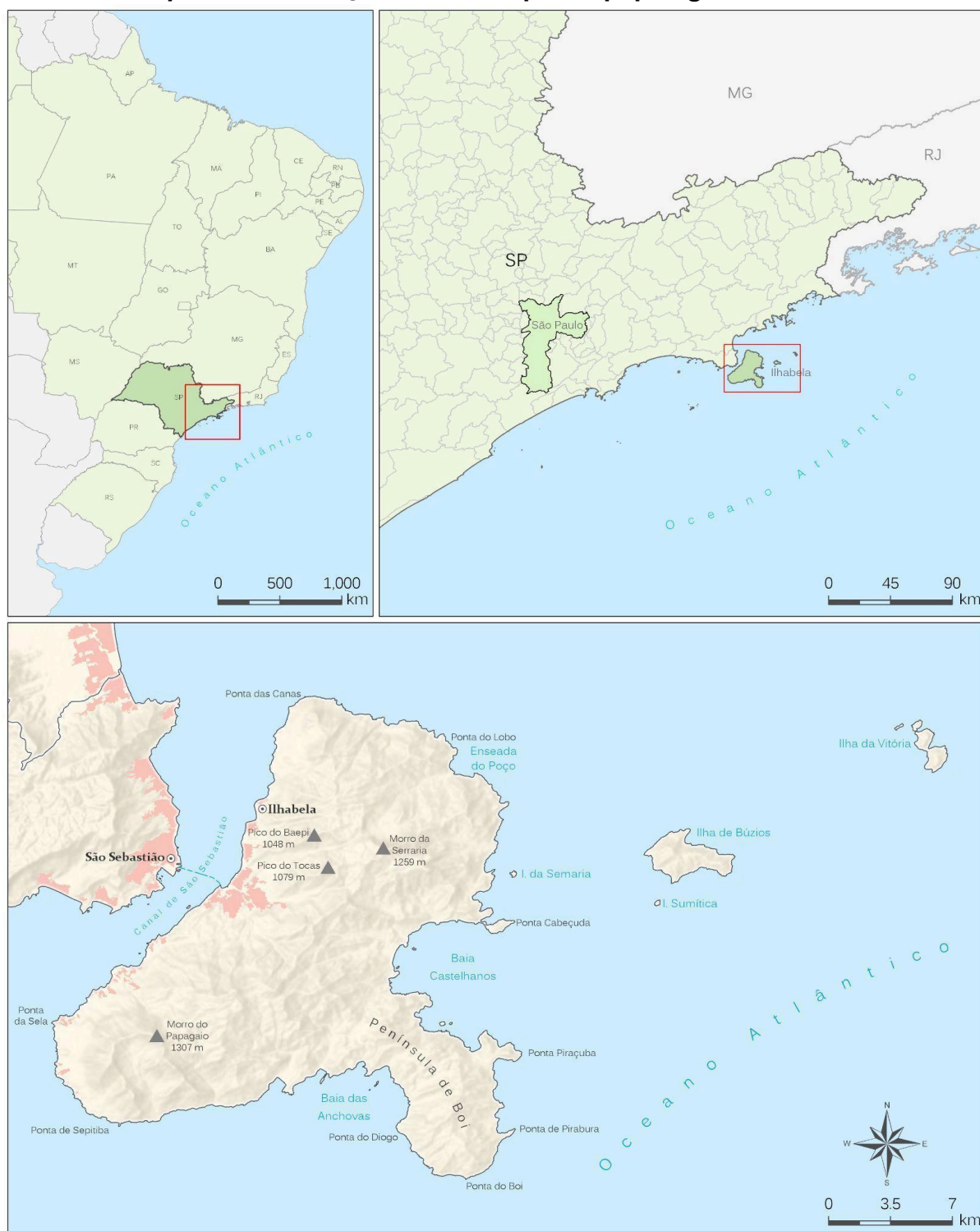
O acesso às ilhas menores se dá apenas em embarcações próprias ou locadas, enquanto a Ilha de São Sebastião é ligada ao continente por um sistema de balsas que opera todos os dias da semana, desde que com boas condições de mar e vento. O município integra a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e destaca-se por abrigar uma das mais extensas e preservadas áreas de Mata Atlântica do estado, com 80% de seu território inserido no Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), segundo Nascimento (2011).

Nas entrevistas, conversas com moradores, e na vivência de anos do município, fica nítido que, popular e informalmente, Ilhabela é dividida em duas áreas principais: a “frente da Ilha”, voltada para o canal de mar formado pela ilha e pelo continente, e a parte de “trás da Ilha”, voltada para o oceano, onde só é possível chegar de barco ou por trilhas a pé. É lá que estão as chamadas comunidades caiçaras tradicionais do município, formadas por núcleos familiares de pescadores artesanais e pequenos agricultores. Como uma forma de respeito, valorização e reconhecimento dessa divisão territorial popular, usaremos ao longo do trabalho as designações “frente” e “trás” da Ilha.

A área urbana da “frente da Ilha” é dividida em três frações:

1. Centro: entre o bairro da Barra Velha (balsa) e Vila (centro histórico e turístico)
1. Sul: da Barra Velha (balsa) aos Borrifos.
2. Norte: entre o Saco do Indaiá e Pacuíba.

Mapa 1 - Localização do município arquipélago de Ilhabela



Fonte: IBGE, com elaboração de Henrique Ramos, 2025.

O presente trabalho se centrará no eixo sul de Ilhabela, que se estende do Ilhote aos Borrifos e que compõem umas das regiões mais aquecidas para o turismo de alto padrão, com praias badaladas e os primeiros hotéis cinco estrelas de bandeira internacional do município. Este ponto chama especial atenção porque a economia local fundamenta-se prioritariamente no turismo voltado para grupos mais abastados. O setor de serviços, especialmente ligado ao turismo, concentra 72,3% dos trabalhadores formais. Ainda assim, quase 40% dos moradores possuem renda familiar baixa ou muito baixa, enquanto a renda média mensal dos turistas alcança R\$27 mil, como será detalhado ao longo do trabalho (Geo Brasilis, 2023).

Esta desigualdade é uma das bases que orienta a pesquisa aqui iniciada. A problemática central reside na constatação de que o aquecimento do turismo em Ilhabela, intensificado a partir dos anos 1980, não apenas reconfigurou a paisagem física e social do município, mas instaurou uma lógica de produção do espaço que sistematicamente exclui e marginaliza as comunidades caiçaras urbanas através de mecanismos de acumulação por espoliação (Nascimento, 2011, e Scifoni, 2006). O turismo de luxo, sustentado por políticas estatais de infraestrutura e marketing institucional, transformou territórios ancestrais em commodities imobiliárias, operando através dos processos lefebvrianos de homogeneização (padronização das paisagens para consumo turístico), fragmentação (criação de enclaves de luxo separados dos bairros populares) e hierarquização (estabelecimento de áreas valorizadas para a elite versus territórios subalternizados para os caiçaras).

Esta dinâmica não constitui mera consequência não-intencional do desenvolvimento econômico, mas representa a materialização concreta do que David Harvey conceitua como acumulação por espoliação, onde a reprodução do capital se realiza através da expropriação sistemática de terras, bens naturais e direitos coletivos das comunidades tradicionais, convertendo espaços de uso comunitário em ativos financeiros para veranistas e redes hoteleiras internacionais.

Desde a década de 1980, quando o turismo se consolidou como principal vetor econômico do município, observa-se um acelerado processo de especulação imobiliária, privatização de praias e costões, e desterritorialização das famílias caiçaras que historicamente ocuparam as áreas mais valorizadas do município. Entre 1980 e 2025, o número de hotéis e pousadas saltou de apenas três para 151, concentrados majoritariamente no eixo sul da Ilha, justamente onde se localizam as comunidades caiçaras mais vulneráveis aos processos de espoliação. Os dados são

da prefeitura de Ilhabela, obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) e tabulados pela autora.

O eixo sul de Ilhabela foi justamente o foco dos três trabalhos de campo da pesquisa, em especial nos bairros de ocupação caiçara mais tradicionais: Piúva, Bexiga, Veloso, Borrifos, Portinho e São Pedro, realizados entre março e junho de 2025.

Por isso, a presente investigação se centra nos anos compreendidos entre 1980 e 2025, divididos o em três fases históricas do processo de aquecimento do turismo em Ilhabela, seguindo análises de Nascimento (2011), Geo Brasilis (2023) e Diegues (2004):

- a) **Dos anos 1980 e 1990**, quando tem início a valorização real do litoral como espaço de lazer das elites paulistas. É nesse período que Ilhabela começa a ser “descoberta” como destino turístico de luxo, ao mesmo tempo em que se instaura uma lógica de conservação excludente com a criação do Parque Estadual de Ilhabela. O trabalho das famílias caiçaras migra do saber tradicional para subempregos no setor de serviços.
- b) **Dos anos 2000 e 2010**, período em que o turismo de luxo consolida-se na Ilha: há uma explosão de construções de segundas residências, pousadas boutique e resorts, além de um investimento massivo em infraestrutura urbana voltada a atender o público de alto poder aquisitivo — o que inclui marinas, serviços privados e equipamentos turísticos. Nesse momento, os primeiros episódios de privatização informal de praias e costões tornam-se mais visíveis.
- c) **A partir da década de 2010 até os dias atuais**, quando a população caiçara vivencia uma intensificação do turismo de alto padrão: a especulação imobiliária se expande de forma violenta, naturalizando a fragmentação e a segregação socioespacial. Neste contexto ganham força também os movimentos organizados de resistência comunitária, que exigem judicialmente a garantia de acesso à praia e a costões de pesca.

Para aprofundar o debate, adotou-se uma metodologia qualitativa fundamentada em três pilares complementares. A revisão bibliográfica buscou articular o debate teórico com a literatura específica sobre comunidades caiçaras e turismo no litoral paulista. A pesquisa de campo baseou-se nos princípios da cartografia social participativa, privilegiando o protagonismo das comunidades na identificação de conflitos territoriais e na documentação de processos de espoliação em curso. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com nove interlocutores, incluindo caiçaras e membros de organizações sociais que defendem os povos tradicionais e o meio ambiente no município. Na sua maioria, os entrevistados foram homens, com idade média entre 45 e 50 anos. Todos os entrevistados foram indicados por membros das comunidades, como interlocutores confiáveis para debater as questões propostas no trabalho.

As entrevistas partiram de um questionário prévio, mas se estenderam para além dele, assumindo o formato de conversas abertas que permitiram aprofundar questões específicas identificadas pelos próprios entrevistados. Nem todas as conversas foram gravadas, atendendo ao pedido dos interlocutores, casos em que foram realizadas anotações detalhadas durante e imediatamente após os encontros. Considerando que muitos membros das comunidades caiçaras ainda sofrem perseguições e temem violências por parte de grandes proprietários e investidores, optou-se por preservar o anonimato dos entrevistados, evitando utilizar frases ou informações que possibilitassem seu reconhecimento. Esta decisão metodológica, embora limite certas possibilidades analíticas, mostrou-se fundamental para garantir a segurança dos colaboradores e a continuidade da pesquisa.

O registro fotográfico constituiu igualmente uma metodologia de pesquisa importante, permitindo dimensionar o tamanho dos problemas retratados e exemplificar concretamente os processos de transformação espacial em curso. As imagens documentaram desde a apropriação privada de praias e costeiras até a resistência cotidiana das comunidades caiçaras, materializando visualmente as contradições e conflitos que atravessam o espaço social de Ilhabela. Da mesma forma, fez uso de ferramentas de inteligência artificial que ajudaram a catalogar e organizar informações. Importante ressaltar que tudo foi checado e verificado.

A base teórica que fundamenta esta investigação articula-se primordialmente em torno dos conceitos desenvolvidos por Henri Lefebvre, especialmente as noções de espaço social, hierarquização, fragmentação e homogeneização do espaço

capitalista, e direito à cidade. Para o autor, o espaço social não constitui um mero cenário onde se desenrolam as relações sociais, mas é simultaneamente produto e produtor dessas relações, resultado de um processo histórico de construção social permeado por relações de poder. Os processos de hierarquização, fragmentação e homogeneização caracterizam a produção capitalista do espaço, que busca simultaneamente padronizar (homogeneizar), dividir (fragmentar) e classificar (hierarquizar) os territórios segundo a lógica da acumulação. O direito à cidade, por sua vez, transcende o simples acesso físico ao espaço urbano, constituindo-se como direito coletivo de participar ativamente da produção, gestão e significação do espaço social.

Para dar conta do debate, a presente investigação se organiza em quatro capítulos que abordam de forma articulada as dinâmicas de turistificação e suas implicações para as comunidades caiçaras urbanas de Ilhabela. Cada capítulo desenvolve aspectos específicos do fenômeno estudado, construindo um entendimento progressivo da problemática central desta pesquisa.

O primeiro capítulo estabelece o contexto histórico e teórico da investigação. Analisa como o Estado e o capital privado atuaram conjuntamente na reconfiguração territorial do município desde os anos 1980, com especial atenção ao papel do Projeto TURIS e da criação do Parque Estadual de Ilhabela. O capítulo examina os marcos históricos da transformação de Ilhabela em destino turístico de elite e os primeiros efeitos deste processo sobre as comunidades tradicionais, estabelecendo as bases conceituais lefebvrianas que orientam toda a análise.

O segundo capítulo dedica-se à caracterização dos modos de vida, memória e ancestralidade das comunidades caiçaras urbanas. Discute a invisibilização institucional e o apagamento simbólico destes povos tradicionais, ao mesmo tempo que evidencia como o espaço funciona como expressão de resistência. O capítulo questiona a dicotomia entre caiçaras "tradicionais" (da parte de trás da Ilha) e caiçaras urbanos, demonstrando a continuidade cultural e identitária que perpassa ambos os grupos.

O terceiro capítulo apresenta uma análise crítica dos processos contemporâneos de produção do espaço social em Ilhabela. Examina como se constrói uma "cidade desconectada", marcada por enclaves de luxo e territórios subalternizados, revelando os mecanismos de espoliação urbana e

desterritorialização implementados através das políticas públicas, partindo de dois estudos de caso da costa sul do município.

Por fim, o quarto capítulo aprofunda a discussão sobre as manifestações espaciais dos conflitos sociais em Ilhabela, com um mapeamento inédito dos pontos de acesso fechado às praias, resultado de trabalho de campo participativo realizado junto às comunidades caiçaras. Este levantamento identificou 45 pontos de acesso tradicionais ao mar e à costeira utilizados ancestralmente pelos caiçaras, dos quais quase metade (22) encontram-se fechados por proprietários privados. O mapeamento revela a dimensão concreta dos processos de espoliação territorial, demonstrando como a privatização de praias e costões viola sistematicamente o direito constitucional de acesso aos bens públicos. Esta metodologia de cartografia social participativa não apenas documenta as violações em curso, mas constitui instrumento de denúncia e resistência das próprias comunidades afetadas.

Os quatro capítulos articulam-se para demonstrar como o turismo de luxo em Ilhabela opera como mecanismo de acumulação por espoliação (Harvey, 2004), transformando espaços ancestrais em commodities imobiliárias e excluindo sistematicamente as comunidades caiçaras dos espaços que historicamente construíram e habitaram. O mapeamento dos acessos fechados às praias oferece evidência empírica crucial deste processo, revelando a materialidade dos conflitos territoriais que atravessam o cotidiano das famílias caiçaras urbanas.

Esta investigação insere-se no debate mais amplo sobre as transformações territoriais contemporâneas no Brasil, buscando contribuir para a compreensão dos mecanismos através dos quais o capital se apropria de espaços tradicionais e das formas de resistência desenvolvidas pelas comunidades afetadas. Ao focar no caso específico de Ilhabela, pretende-se lançar luz às dinâmicas que se reproduzem em diversos outros contextos do litoral brasileiro e até das periferias das grandes cidades, onde o capital e a especulação imobiliária constituem vetores centrais de reconfiguração espacial e exclusão social.

3. TURISMO COMO REORDENADOR DO ESPAÇO DE ILHABELA: O PAPEL DO ESTADO E DO CAPITAL NA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO

Para compreender as dinâmicas territoriais que atravessam o município de Ilhabela, é necessário adotar um referencial teórico capaz de captar a complexidade das relações entre espaço, sociedade e poder. As análises sobre o município partirão do conceito de **espaço social**, discutido por Henri Lefebvre (2006), e da ideia de produção capitalista do espaço proposta pelo autor, por meio dos processos de homogeneização, fragmentação e hierarquização.

Segundo Lefebvre, o **espaço social** não é apenas um "palco fixo" para as ações humanas: ele é construído pela sociedade a partir de elementos fisiológicos, mas também das relações de produção e das relações entre as classes. É intrinsecamente ligado ao poder, à linguagem e à história de cada sociedade. É a condição, o meio e o produto das relações sociais, baseado em uma realidade complexa e dinâmica.

Ora, o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. Todavia, ele não tem nada de uma ficção, de uma irrealidade ou "idealidade" comparável àquela de um signo, de uma representação, de uma ideia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, às sugere ou as proíbe. (Lefebvre, 2006, p.111.)

Inspirado em Henri Lefebvre, este trabalho parte do entendimento de que o espaço não é um local neutro onde os processos sociais apenas se desenrolam, mas sim um produto social historicamente construído, a partir das relações de poder. É resultado e condição das práticas humanas, impregnado pelas relações de poder, formas simbólicas e forças produtivas.

A proposta do autor é entender o espaço como algo socialmente produzido e também como elemento ativo do processo social. Sob esta lógica, entende-se que o desenvolvimento do capitalismo ocorre também pela produção de espaços voltados para valorização do capital, mantendo para isso relações históricas de dominação. A

reprodução capitalista no espaço não é apenas econômica, mas também social, política e ideológica (Camargo, 2015).

A autora categoriza a perspectiva lefebvriana da produção do espaço no capitalismo a partir de três categorias distintas: 1) a multidimensionalidade do espaço; 2) o espaço como suporte das relações sociais e econômicas; e 3) a tendência à abstração dos espaços no capitalismo. As categorias serão destrinchadas a seguir, a partir de Lefebvre e Camargo.

a) Multidimensionalidade do espaço

O primeiro tópico (a multidimensionalidade do espaço) refere-se a tríade conceitual para se analisar as dimensões que compõem o espaço. Lefebvre (2006) propõe que esta análise ocorra dialeticamente em três níveis: **o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido**.

O **espaço percebido** é para o autor a prática espacial. Ele se refere à vida e à realidade cotidiana, às experiências vividas no espaço e à forma como as pessoas o percebem - inclusive através de seus sentidos (audição, visão, olfato). Inclui os percursos que conectam lugares da vida privada, do trabalho e do lazer. Em Ilhabela, ele diz respeito aos elementos que dão as características desse espaço em disputa, como morros, praias, ruas e casas, com suas diversidades e desigualdades.

Já o **espaço concebido** diz respeito às representações deste espaço, às formas como ele é planejado, projetado e representado - o que é muito importante no capitalismo, pois se refere à organização do espaço para reprodução do capital. No município estudado, o conceito se relaciona à maneira como o Estado e os agentes do capital moldam o espaço - muitas vezes privilegiando o turismo e os empreendimentos de alto padrão em detrimento das comunidades caiçaras e dos espaços de apropriação coletiva da natureza, como será destrinchado.

Por fim, o **espaço vivido**, ou espaço de representação, é aquele que diz respeito à forma como o espaço é apropriado, utilizado e transformado pelas pessoas na sua rotina, através de suas práticas e ações. Abrange inclusive a dimensão afetiva, dos símbolos e das trocas humanas e com o meio. Em Ilhabela, ele diz respeito às experiências cotidianas dos moradores tradicionais, suas práticas, afetos e modos de habitar, que frequentemente entram em tensão com interesses e valores impostos de fora.

A partir desta tríade, é possível ir além na discussão sobre o espaço social: ele é composto e construído também pelos elementos simbólicos e ideológicos que são concebidos e vividos pelos diversos sujeitos (Camargo, 2015).

b) Espaço como suporte das relações sociais e econômicas

A segunda categoria mencionada por Camargo refere-se a compreensão de espaço de Lefebvre (2006) enquanto produto e produtor das relações sociais. Ele não é apenas construído a partir delas, mas é também o meio de produção destas relações sociais, participando da reprodução das mesmas. O espaço modela os processos que nele ocorrem e, por isso, pode ter seu ordenamento planejado (espaço concebido) utilizando das suas características também para controle e dominação.

Assim, o planejamento espacial pode se dar também para hierarquizar e exercer poder na sociedade. Esse processo, claro, não ocorre sem conflitos, já que não há neutralidade na organização do espaço social.

c) Tendência à abstração dos espaços

Este terceiro ponto categorizado por Camargo diz respeito à abstração do espaço no capitalismo, ou o **espaço abstrato** como nomeou Lefebvre. Ele não reconhece as diferenças nele existentes e por isso permite uma homogeneização abstrata do espaço, onde não existem diversidades internas. É um espaço pretensamente neutro e consensual, “porque ele reduz as diferenças (particularidades) existentes, e porque o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças” (Lefebvre, 2006).

O espaço, porém, não é homogêneo nem neutro, mas as suas contradições são instrumentalizadas pelo Estado para favorecer a expansão do capitalismo. Nesse processo, três tendências de produção do espaço abstrato são pontuadas por Lefebvre (2006): **homogeneização, fragmentação e hierarquização**. As duas primeiras, embora pareçam contraditórias, dizem respeito ao movimento de abarcar o todo, segregar as partes e conferir homogeneidade às centralidades de cada uma. Assim, o processo de homogeneização acaba fragmentando o espaço, segregando partes e criando uma hierarquia entre elas.

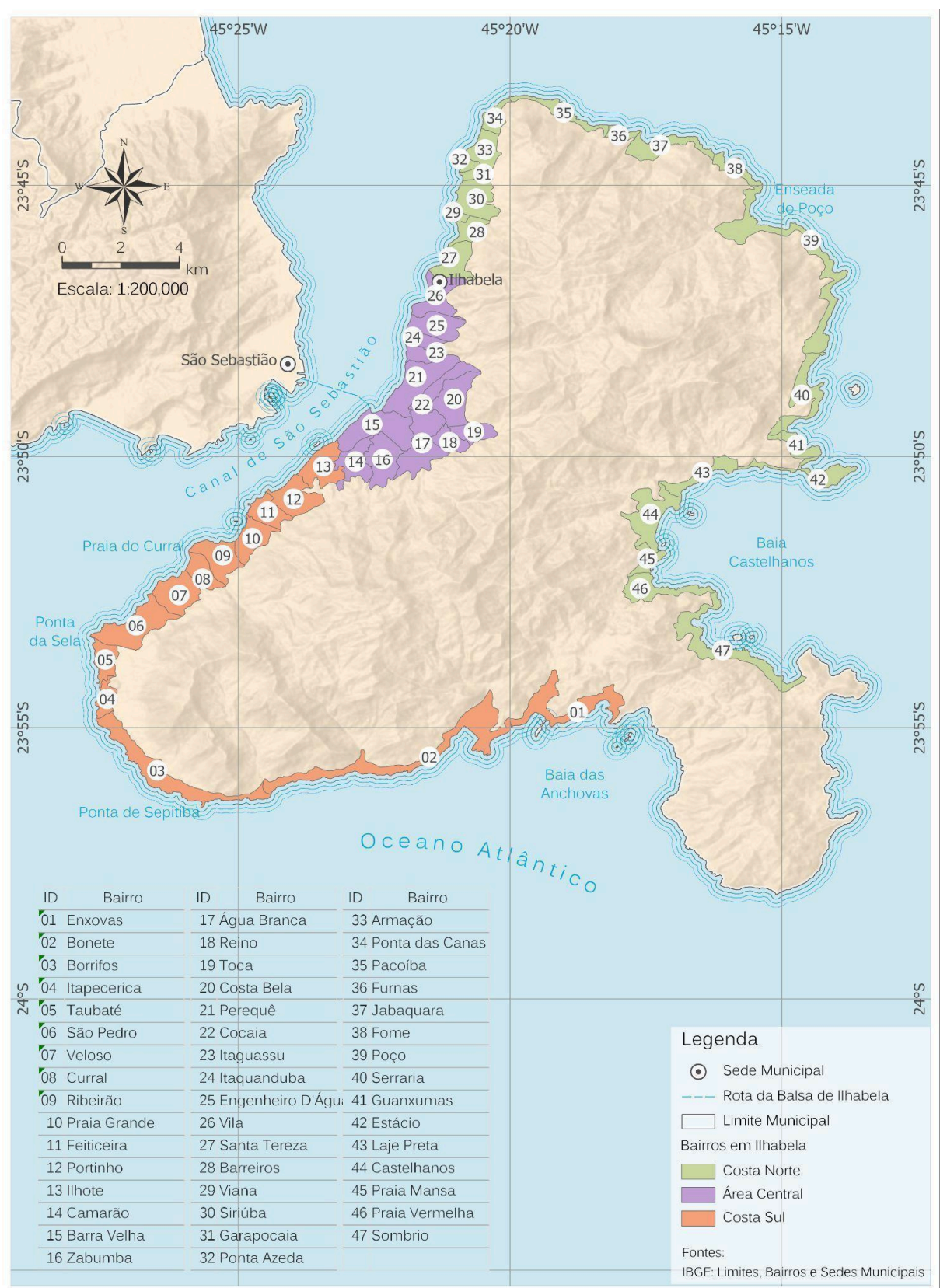
O espaço da “modernidade” tem características precisas: homogeneidade- fragmentação- hierarquização. Ele tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais - exigências análogas intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de fato, isolados. Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudo conjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. Uma curiosa lógica desse espaço predomina: que ele se vincula ilusoriamente à informatização e oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos. (Lefebvre, 2006, p.10.)

Por isso, é urgente um planejamento espacial voltado para a integração e interligação dos espaços, mas o que se verifica é que os espaços produzidos pelo Estado e pelo capitalismo respondem à demanda de viabilizar a acumulação.

Neste contexto, vale atentar que em Ilhabela o processo de acumulação de capital não se dá pela industrialização, seguindo a tônica do debate sobre o **espaço social** de Lefebvre. Pelo contrário, o município é um dos poucos em São Paulo onde a urbanização se baseou no “não trabalho, no lazer, no tempo livre” (Scifoni, 2006). Na divisão espacial do trabalho, ele ocupou a função de ser um local de lazer e de reserva financeira para famílias já abastadas.

Ainda assim, Ilhabela sofre indiretamente os efeitos espaciais da industrialização, por meio da lógica de acumulação e valorização imobiliária. Tais efeitos das atividades econômicas da metrópole são sentidas no município há muitos séculos - ou ao menos a partir de 1806, quando a Ilha de São Sebastião adquiriu autonomia política do continente (França, 1951, in Calvente, 1993).

Mapa 2 - Distribuição do município de Ilhabela em bairros



Fonte: IBGE, com elaboração de Henrique Ramos, 2025

3.1 Contexto histórico

Achados arqueológicos sugerem que a ocupação humana no local hoje conhecido por Ilhabela é anterior à colonização portuguesa, com a presença de vestígios de “homens pescadores-coletores do litoral” espalhados por 62 sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN (Ilhabela, 2020). Há registros históricos de que, já na primeira expedição exploratória dos portugueses no Brasil, em 1552, Américo Vespúcio teria aportado na Ilha de São Sebastião.

A colonização europeia no Litoral Norte de São Paulo, porém, se iniciou na primeira metade do século 17, justamente na Ilha de São Sebastião, por ser considerada um local estratégico de defesa contra a resistência de povos originários e ataques marinhos (Calvente, 1993, p. 28). Não há vestígios da presença indígena no local - apesar de a área continental ter sido ocupada por Tupinambás.

Segundo Calvente, em 1603 Diogo de Unhate recebeu uma sesmaria na ilha e, a partir dela, foram outorgadas outras concessões para estabelecimentos de engenhos de açúcar e culturas de fumo e anil.

Existiam também importantes instalações militares: os fortes de Ilhabela, da Ponta da Sela e da Ponta das Canas. A economia canavieira deixou para a posteridade algumas construções, dentre elas o engenho D'Água (hoje tombado), o engenho da Siriuba, o engenho da Ponta das Canas e o engenho da Praia da Feiticeira. (Calvente, 1993, p. 28-29)

Durante o século 17, o motor da economia ilhabelense foi a produção de açúcar e seus subprodutos, quando foram instalados os primeiros engenhos de cana-de-açúcar, tal como a Fazenda Engenho d'Água, próximo da Vila.

Imagem 2 - Fazenda Engenho D'Água



Fonte: Rafah Meireles¹

A economia insular seguiu essencialmente agrícola até o século 19, com base na produção de açúcar, sempre a partir de trabalho escravo. Estudos de França apontam que, em 1854, já existiam na ilha 10.769 habitantes, muitos deles trabalhadores escravizados e caiçaras, grupo populacional entendido como fruto da miscigenação entre negros, indígenas e europeus.

A partir da segunda metade do século 19, o projeto econômico dominante na região migrou da cana-de-açúcar para o café - sempre com mão de obra escravizada, desembarcada em pequenos portos clandestinos, como o Saco do Sombrio, na parte de trás da Ilha. A cultura cafeeira adquiriu grande importância na economia de Ilhabela: o local chegou a ter 225 fazendas e 1.700 trabalhadores escravizados (França, 1951 *apud* Calvente, 1993, p. 31). A cultura do café foi a responsável por desmatar as maiores altitudes das montanhas e morros da Ilha.

Por volta de 1890, a cafeicultura entrou em declínio, causando um expressivo êxodo rural. A partir daí, a produção de aguardente passou a ganhar força, com a instalação de 36 engenhos em Ilhabela (Calvente, 1993, e Nascimento, 2011). A

¹ Disponível em:

<<https://viajantesemfim.com.br/visita-guiada-pela-fazenda-engenho-dagua-em-ilhabela/>>. Acesso em 27 set. 2025.

bebida era vendida para outros municípios, levada por mar em canoas de voga, construídas de um só tronco com técnicas caiçaras de arquitetura naval (Diegues, 1973). Um dos engenhos é retratado na imagem abaixo, que revela sua rusticidade.

Imagem 3 - Engenho Velho e carro de boi, na Fazenda Castelhanos, de Benedito Pacheco e sua esposa Emília Ribeirão de Freitas, em 1895, sogro e sogra do filho de Manoel de Góes Moreira, dono da Fazenda Barra Velha



Fonte: Publicação “História da Cachaça em Ilhabela”, de Plácido Cali

Por volta da segunda década do século 20, desembarcam os primeiros imigrantes japoneses em Ilhabela em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Eles contribuíram expressivamente com a cultura caiçara com a inclusão de técnicas de pesca com cerco e introdução de barcos a motor. Nesta troca, os nativos começaram a se habituar com a pesca costeira comercial, ajudando a formar povoados de pescadores (Calvente, 1993, Diegues, 2004 e Geo Brasilis, 2023).

Os anos de 1930, após a quebra da Bolsa de Nova York, são lembrados como anos de empobrecimento e enfraquecimento da economia, porém é também o período de abertura da estrada de rodagem São Sebastião – São Paulo (1935) que facilitou a chegada dos primeiros turistas para as férias de verão.

É a partir daí, sobretudo das décadas de 1950 e 1960, que o turismo em Ilhabela (e em todo litoral norte paulista) começou a ganhar força, se tornando a principal atividade econômica da região, como o exposto na linha do tempo abaixo (Calvente, 1993, e Aquino, 2011).

Imagem 4 - Marcos históricos na ocupação de Ilhabela



Fontes: Aquino, 2011, *apud* Geo Brasilis, 2023.

Até a década de 1930, a zona de veraneio da elite se concentrava em Santos, município litorâneo que abrigava palacetes, hotéis de luxo e cassinos. Devido à expansão urbana e às atividades portuárias, a elite se deslocou para o Guarujá, que logo depois começou a sofrer um processo de saturação das praias, devido ao aquecimento do mercado imobiliário no município (Scifoni, 2006).

A partir da década de 1950, a chegada de automóveis à ilha foi facilitada com o asfaltamento das estradas de rodagem Tamoios (1957) e São Sebastião – São Paulo, com a inauguração do Terminal Petroleiro de São Sebastião e também da linha de balsas que liga a ilha ao continente. Regionalmente, a abertura da economia paulista para o capital estrangeiro e aquecimento da industrialização de São Paulo e região metropolitana aumentaram o número de pessoas com hábito de

viajar nas férias de carro, em especial para o litoral norte do estado (Aquino, 2011, e Nascimento, 2011).

Um marco que facilitou e aqueceu o turismo nesta região foi a abertura e pavimentação da Rodovia Rio Santos pelo então governo ditatorial. As obras tiveram início em 1972 e foram consideradas de extrema importância no planejamento estatal, sob a lógica de “modernização conservadora” e “integração nacional” vigentes no período militar, como define Fontanelli (2019).

Imagem 5 - Trecho em fase de pavimentação para a construção da rodovia



Fonte: Acervo digital do Arquivo Nacional, Fundo da Agência Nacional, em Fontanelli (2019).

A Rio Santos não apenas conectou os principais centros urbanos do país pelo litoral (São Paulo e Rio de Janeiro), mas também facilitou o escoamento de bens, o acesso ao terminal da Petrobrás em São Sebastião e a usina nuclear em Angra dos

Reis. Apesar de ser propagandeada como parte da infraestrutura nacional, ela foi pensada desde sua concepção como a “estrada do turismo” (Fontalelli, p. 51), com forte atuação estatal para transformar o litoral norte paulista em um polo turístico do país.

As ações se deram no âmbito do chamado Projeto TURIS, elaborado pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) com o auxílio da empresa francesa Scet Internacional, que previa implantar na região soluções turísticas semelhantes às do litoral da França, como a Côte d’Azur (Scifoni, 2006).

Ao mesmo tempo que o projeto tinha entre seus objetivos preservar a região de uma “ocupação predatória e alienante” (Embratur, 1975, p. 1), ele previa a instalação de infraestrutura turística voltada para veranistas de alto padrão, totalmente alheio a cultura local, incluindo campos de golfe, centros hípicas, portos de recreio e conjuntos esportivos. A área era tratada como um local de “inoculação quase absoluta”, (Embratur, 1975, p. 13) o que não condizia com a realidade da ocupação histórica por famílias caiçaras.

Tanto a abertura da Rodovia Rio Santos quanto o Projeto TURIS foram planejados, implantados e custeados pelo Estado para prover e incentivar a construção de infraestrutura para o turismo de alto padrão na região. Este processo acelerou o fluxo de turistas no litoral norte paulista e estimulou a valorização fundiária, a urbanização acelerada e a proliferação de condomínios e resorts voltados para as elites, redefinindo o uso e a apropriação do território caiçara.

Esse novo arranjo territorial abriu espaço para uma especulação imobiliária agressiva, que teve efeitos diretos e devastadores sobre as comunidades caiçaras. O acesso facilitado pelo asfalto e pela infraestrutura rodoviária valorizou exponencialmente as terras tradicionalmente ocupadas por essas populações, sem que elas tivessem proteção legal garantida pelo Estado. Rapidamente, as terras ancestrais se tornam alvo de grileiros, jagunços e agentes do mercado imobiliário. A pressão pela venda das terras, muitas vezes sob coação ou por valores irrisórios, resultou na expulsão de famílias de seus territórios, na destruição de ranchos de pesca e no fechamento de acessos coletivos às praias, como veremos a seguir (Diegues, 2004, e Scifoni, 2006).

Nesse movimento, é fundamental compreender que os mecanismos de expropriação e privatização do espaço são uma faceta da chamada acumulação primitiva. Ela é definida por Marx (2013) como o processo de tirar dos trabalhadores

a terra e os meios necessários para prover sua existência, fundando a propriedade privada capitalista e dando as bases para a divisão de classes.

Como discute Lencioni (2012), este processo não está restrito à gênese do capitalismo, mas coexiste na atualidade, mantendo a reprodução do capital. David Harvey (2004) denomina esse fenômeno de **acumulação por espoliação**, expandindo o conceito marxista: trata-se de um processo contínuo de acumulação de capital através da retirada de bens, recursos ou direitos de indivíduos ou grupos (expropriação), em benefício de uma minoria capitalista.

No caso de Ilhabela, observa-se que a intensa valorização imobiliária, direcionada pelo Estado, transformou a terra e os locais coletivos de apropriação da natureza em ativos e reservas financeiras para turistas endinheirados e grandes redes hoteleiras. Enquanto isso, a população caiçara tem o acesso aos locais de reprodução da vida restringidos.

Este debate será aprofundado no Capítulo 3, mas é importante já frisar que o espaço social de Ilhabela é a expressão de conflitos entre projetos divergentes: de um lado, a persistência das famílias caiçaras em se manter em seus locais tradicionais de vivência, de outro, a força do capital e do Estado, apostando na mercantilização, homogeneização e hierarquização do espaço (Lefebvre, 2006).

As disputas se intensificaram a partir dos anos 1980, quando o turismo se consolidou e ganhou força, com propagandas que anunciavam o município como o novo destino de veraneio da elite paulista, com um status mais reservado e em contato direto com a natureza (Aquino, 2011). Para se ter uma ideia, até 1980 havia apenas três hotéis em Ilhabela, voltados para a hospedagem de turistas. A partir de 1982 o número passa a crescer exponencialmente, alcançando 151 em 2025, segundo dados da Prefeitura de Ilhabela, solicitados via Lei de Acesso à Informação (LAI) e tabulados pela autora.

Durante a pesquisa, checkou-se o perfil de pacotes e passeios turísticos oferecidos por agências e operadores de turismo no município, que oferecem diversas atividades de lazer para veranistas, das mais exclusivas às mais populares. A partir daí, foi possível dividir os “tipos de turismo” explorados no município em quatro grupos, que serão destrinchados abaixo. Vale atentar que essas segmentações não são oficiais, nem adotadas pelas prefeituras ou pelas agências de turismo, mas foram organizadas pela autora para facilitar os estudos e análises.

- a) **Turismo de Sol e Mar:** segmento voltado à recreação, entretenimento e descanso em praias, tendo como principal atrativo as condições ambientais favoráveis para banhos de mar, exposição ao sol, prática de esportes náuticos, contemplação e lazer à beira-mar. No caso de Ilhabela, muitas das praias mais frequentadas pelos banhistas estão na costa sul do município, como a praia do Curral, da Feiticeira e a Ilha das Cabras. Se encaixa aqui também os navios cruzeiros que fazem paradas no município. As escalas em Ilhabela saltaram de 14 na temporada 2000-2001 (com um total de 16 mil cruzeiristas) para 70 na temporada 2022-2023 (com 191 mil cruzeiristas)².
- b) **Turismo de eventos:** é caracterizado pelo deslocamento de pessoas para participar de eventos previamente organizados e de ocorrência limitada. No caso do município estudado, há diversos eventos que movimentam setores da elite para esportes e cultura, como a Semana Internacional da Vela, Copa Mitsubishi - Circuito Ilhabela de Vela Oceânica, Festival de Folk & Blues e corridas de cross triathlon XTERRA. Há também o crescimento de casamentos no município. Só entre 2020 e 2025 foram realizadas 879 cerimônias, que reuniram 116 mil convidados. Para se ter uma ideia do crescimento, em 2021 foram realizados 79 casamentos em Ilhabela, contra 297 em 2022, 232 em 2023, 161 em 2024 e 110 até junho de 2025, segundo dados oficiais da prefeitura³.
- c) **Turismo de aventura:** voltado à prática de atividades recreativas que envolvem desafios físicos e sensoriais, realizados em ambientes naturais ou construídos, com riscos avaliados, controlados e assumidos pelos praticantes. Ilhabela oferece diversas trilhas que vão até cachoeiras, praias e montanhas, além de passeios em jipes 4x4 e mergulho com snorkel ou cilindro.
- d) **Turismo náutico:** envolve atividades vinculadas à navegação e ao contato com o mar, para fins recreativos, esportivos ou de lazer. Diferente de outras modalidades de turismo, as embarcações — como iates, veleiros e escunas

² ILHABELA. Escalas de navios de cruzeiro em Ilhabela. Ilhabela: Prefeitura Municipal de Ilhabela, 2025.

³ ILHABELA. Casamentos em Ilhabela, 2025.

— não funcionam apenas como meio de transporte, mas também como principal atrativo do passeio. No município é possível realizar, com mais ou menos privacidade, passeios que exploram praias da parte de trás da Ilha, onde só se chega por mar. Nos últimos quatro anos, vem crescendo também o turismo de avistamento de baleias jubartes, que passam pela costa ilhabelense enquanto migram para se reproduzirem.

Nota-se, então, que Ilhabela possui diversos atrativos turísticos, para os mais diferentes gostos e perfis de visitantes, o que também explica o aquecimento da atividade e mercado imobiliário voltado para ela. Esse crescimento só não foi maior devido a um divisor de águas na história do município: em 1977, o governo do Estado de São Paulo criou o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), abrangendo praticamente todo o território insular em uma unidade de conservação integral. A instituição do parque estabeleceu novos conflitos com as populações tradicionais e, em partes, conseguiu retardar o avanço indiscriminado do turismo imobiliário, ao mesmo tempo que criou uma dupla realidade: de um lado, fortaleceu a busca por um “paraíso ecológico intocado” diante do olhar turístico e midiático; de outro, inaugurou tensos processos de exclusão e disputas territoriais para as comunidades caiçaras da Ilha.

3.2 De Parque Estadual à vitrine do turismo de luxo

Desde 1977, o município está compreendido dentro do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), criado pelo governo estadual de São Paulo na tentativa de preservar a grande área recoberta por Mata Atlântica do local. Foi justamente nessa época que o município entrou na rota do turismo da elite paulista, sendo reconhecido e propagandeado como um paraíso ecológico intocado, privativo e elegante. Mais que isso: tornou-se um destino cobiçado para o veraneio de segundas residências de altíssimo padrão, como forma de lazer e de acumulação financeira para famílias já abastadas (Scifoni, 2006).

A proteção desse patrimônio natural [Parque da Serra do Mar] foi instituída a partir de um momento em que um setor estratégico da costa paulista, caso do litoral norte, foi definitivamente englobado à divisão espacial do trabalho da

região metropolitana de São Paulo, com a função específica de constituir-se em espaço de lazer especialmente voltado para as atividades de veraneio. Assim sendo, passou a fazer parte do tecido urbano da região metropolitana de São Paulo, com a função específica de constituir-se em espaço de lazer especialmente voltado para as atividades de veraneio (Scifoni, 2006, p. 175)

O Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) foi criado como uma unidade de conservação integral onde, segundo a legislação brasileira, é proibido qualquer uso dos bens naturais coletivos, a fim de garantir a integridade do ecossistema. A justificativa para tal restrição era preservar a grande área recoberta por Mata Atlântica do local, com cachoeiras e praias exuberantes.

Não é exagero dizer que a criação do PEIb ajudou a impulsionar o tombamento de toda a Serra do Mar como área de preservação ambiental - ação realizada em 1985 pelo Condepmaat, para proteger a extensa área de Mata Atlântica do local, em um processo que demandou intensa movimentação política (Scifoni, 2006). Para o Estado de São Paulo, o tombamento da Serra do Mar funcionou como um “divisor de águas” na política de patrimônio, inaugurando um instrumento que tutela a paisagem como conjunto articulado de elementos – relevo, solos, hidrografia, vegetação, ocupação – e não apenas a flora como em decretos anteriores.

A proteção desse extenso território, que engloba 44 municípios paulistas e 1,3 milhões de hectares, foi instituída para conter a urbanização acelerada e desordenada da faixa litorânea observada a partir da década de 1980. O tombamento reconheceu a área como um patrimônio natural paulista e impôs restrições rigorosas ao uso do solo e às atividades permitidas, limitando, por exemplo, mineração e extração, instalação de novas indústrias, desmatamento e construções em determinadas áreas.

Com a medida, a proteção de Ilhabela deixou de ser entendida como uma ação pontual e passou a ser lida como uma estratégia regional ecológica e contínua, na qual ilhas, morros costeiros, esporões e planícies litorâneas são tratados como partes de uma mesma unidade fisiográfica. Ao estabelecer diretrizes de uso específicas para a área tombada, inclusive estendendo a noção de áreas de preservação, o tombamento reforça os limites à ocupação de encostas, articulando

uma política mais ampla de defesa da paisagem litorânea enquanto patrimônio coletivo.

Porém, grande parte das Unidades de Conservação (UCs) brasileiras, entre elas o PEIb, tiveram como “inspiração” o modelo estadunidense, que ocupou-se apenas da proteção ambiental e preteriu os povos que viviam nesses biomas, ignorando os sistemas de apropriação comum dos ambientes (Diegues, 2000) e destruindo “sistemas de governança de uso dos recursos naturais elaborados ao longo de várias gerações” (Andriolli, 2016).

Da forma como foi concebido e implantado, o PEIb gerou uma série de efeitos que se sobrepuseram às vidas caiçaras, criminalizando práticas tradicionais e limitando o uso espaços-chave para a existência desses grupos. Esse conjunto de normas teve efeito direto nas relações dos caiçaras com seu território, ameaçando suas formas de reprodução e manutenção da vida.

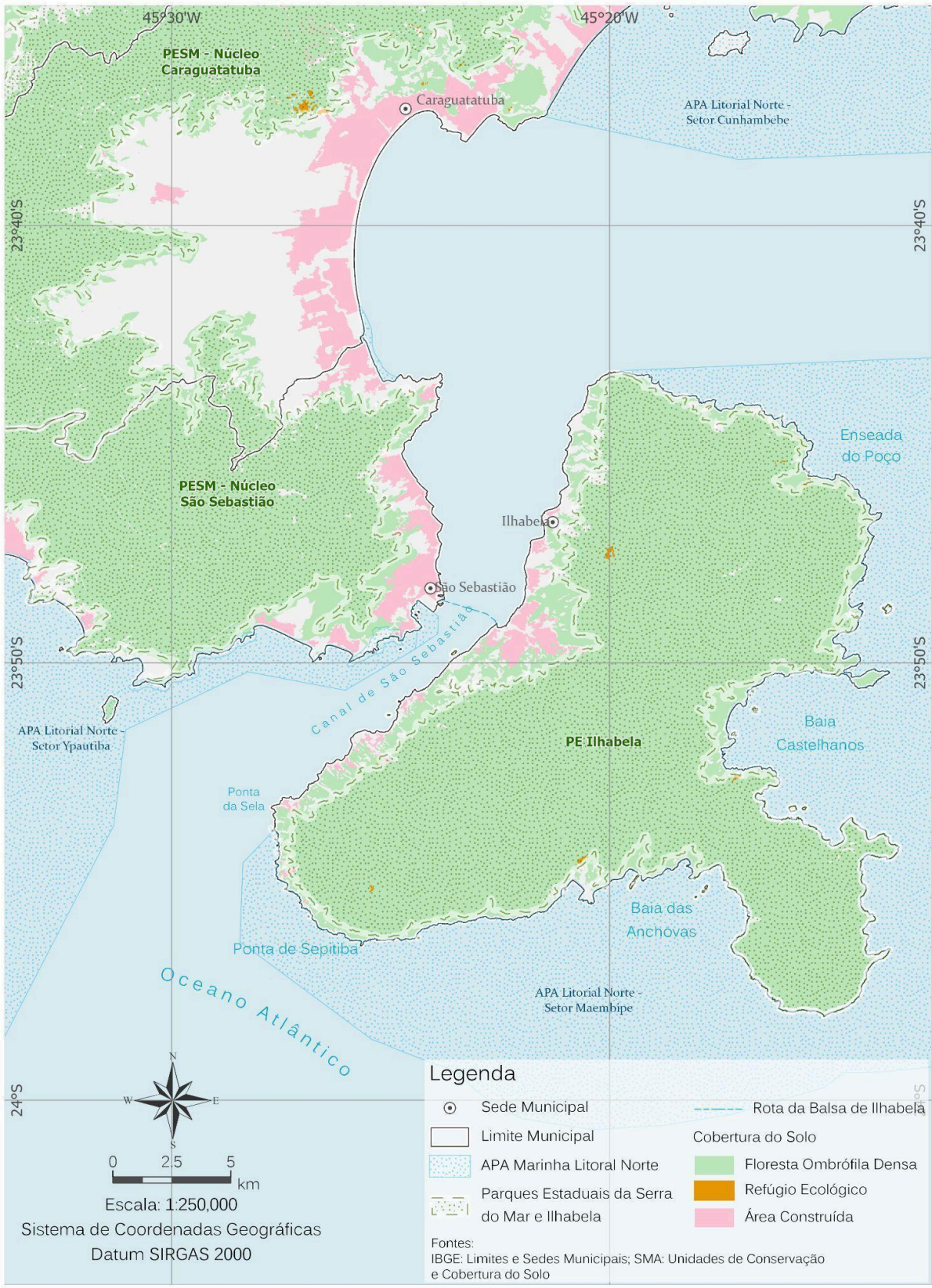
Neste contexto, os caiçaras de Ilhabela vivenciaram momentos de conflitos com o PEIb. Entrevistados contam que a implantação do parque acarretou uma série de restrições e proibições de manejo dos bens naturais, que muitas vezes batiam de frente com costumes dessas comunidades, reproduzidos há gerações.

Hábitos cotidianos e centrais para os caiçaras, como cultivar roçados, caçar pequenos animais para alimentação, coletar fibras naturais para produção de artesanatos e derrubar árvores para a confecção de canoas ou reparos em casas, passaram a ser criminalizados da noite para o dia, com bastante violência e multas ambientais de valores exorbitantes (Diegues, 2000).

Com base nas entrevistas e conversas realizadas com comunitários, é possível afirmar que, para as comunidades caiçaras, o processo de implantação do Parque como um período violento, com presença de guardas armados, multas caríssimas e o uso da terra criminalizado, de forma bastante autoritária. As políticas tinham caráter punitivista, implantadas de cima para baixo, sem debate. Sujeitos a diversos constrangimentos legais, os caiçaras viram seu território ser inserido em um sistema jurídico que expulsou e negou seu modo de vida.

Um dos pontos mais críticos para as famílias foi a impossibilidade de manter roçados. Sem eles, não era mais possível fabricar a farinha de mandioca e seus subprodutos, como bolos e cuscuz, base material e imaterial da culinária caiçara.

Mapa 3 - Município de Ilhabela, com área compreendida dentro do PEIb



Fonte: IBGE, com elaboração de Henrique Ramos, 2025.

Para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca e extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área. Paradoxalmente, grande parte do orçamento das unidades de conservação é usada para a fiscalização e repressão e muito pouco para melhorar as condições de vida e a manutenção das populações tradicionais que, se organizadas e estimuladas, poderiam contribuir positivamente para a conservação das áreas protegidas. (Diegues, 2008, p.22)

A dissolução das roças e a proibição de coleta de produtos na natureza comprometeu não apenas a alimentação, mas toda a permanência dos caiçaras no seu local de vida. Neste movimento, eles acabaram empurrados para o mar, preservando a pesca como uma das únicas atividades tradicionais ainda possíveis de serem praticadas. Agora, porém, ela é aliada a trabalhos remunerados ligados ao turismo e ao veranismo de luxo, que antes inexistiam nas comunidades (Calvente, 1993).

A legislação ambiental, orientada por uma lógica conservacionista, que ignorou a presença e o papel histórico das populações tradicionais na manutenção da biodiversidade, instituiu uma nova relação com o espaço: o uso passou a ser regulado pelo Estado, retirando dos caiçaras o direito de manejar sua própria terra e transformando suas práticas cotidianas em infrações.

“Por volta dos anos 1950, quando a Ilha tinha poucos moradores, se vivia muito bem. O ‘Mito na natureza Virgem’, que o Diegues fala, foi implantado aqui. Ideia de criação do PEIb era só parar qualquer atividade humana nossa, mas são essas atividades que garantem a reprodução do modo de vida caiçara e do nosso ecossistema” (Entrevistado 5, 2025).

O conceito citado pelo entrevistado com base em Diegues (2008), segundo o qual não havia presença humana nas áreas de natureza, serviu de argumento para criação de unidades de conservação de proteção integral, que acabaram por limitar possibilidades de reprodução de povos tradicionais, em especial na Mata Atlântica, um dos biomas mais devastados e explorados do país (Diegues, 2008 [1994]).

A simples importação de políticas de proteção ambiental dos EUA acabou por determinar que a preservação só poderia ocorrer longe dos seres humanos, ignorando que as populações tradicionais são as grandes responsáveis pela

conservação e ampliação da biodiversidade dos ecossistemas brasileiros. São as chamadas florestas antropogênicas, cultivadas intencionalmente com práticas ancestrais de manejo dos bens naturais.

Estudos recentes têm indicado que a biodiversidade existente hoje no mundo é em grande parte gerada e garantida pelas chamadas populações tradicionais. Nesse sentido, a conservação da diversidade biológica e a cultural devem caminhar juntas. (Diegues, 2008, p. 23)

Esse entendimento se contrapõe justamente ao imaginário coletivo de uma natureza intocada: os biomas brasileiros só são tão biodiversos porque povos originários enriqueceram e plantaram florestas, em um complexo sistema de manejo. Por isso, a manutenção dos ecossistemas fica ameaçada com o desterro dos povos e comunidades tradicionais e não com sua presença (Diegues, 2008).

“Vivemos em uma área de Mata Atlântica super preservada, única no país. Mas o que é preciso ser dito é que toda essa riqueza é resultado do manejo caiçara da mata. Nós ajudamos na dispersão de sementes, na poda das árvores. Sem a gente, a natureza vai perder muito.” (Entrevistado 5, 2025).

Feita a crítica, vale trazer aqui também seu contraponto. A criação do PEIb ocorreu durante a Ditadura Militar, com sua política desenvolvimentista para a região, que previu a construção da Rodovia Rio Santos, o Projeto TURIS, a intensa violência estatal clandestina e o incentivo a especulação imobiliária, que destruiu vilas, povoados e comunidades inteiras em diversos municípios litorâneos paulistas, em um momento de grande inflexão.

O tombamento de Ilhabela como área de preservação foi uma medida que visou, por um lado, a proteção de uma área ambientalmente vulnerável (a Mata Atlântica) e, por outro, a contenção do crescimento populacional desorganizado no litoral norte de São Paulo, impulsionado pela intensa expansão do turismo na região (Scifoni, 2006, e Aquino, 2011). Neste objetivo, ela obteve sucessos, como descreve a Coluna do Caiçara da Terra, do Coletivo Caiçara de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba:

Na Ilhabela, ainda na década de 1960, era prefeito o senhor Leonardo Reale, que coincidentemente se diz possuidor de

título sobre grande parte da Praia dos Castelhanos, e o mesmo assinou os decretos de construção da estrada Perequê/Castelhanos e da avenida perimetral, que em seu traçado original daria a volta em toda a Ilhabela, passando em todas as praias. Nessa mesma época lançou-se empreendimentos imobiliários no Bonete, Castelhanos (condomínio Reale), Poço e outras praias do lado oceânico da Ilhabela. Estas obras e empreendimentos só foram paralisados com a criação do PEIB em 1977 que abraçou 80% do território da Ilha de São Sebastião colocando-a como unidade de conservação de modo integral. Ou seja, na Ilhabela quem salvou as comunidades caiçaras e seu território da total invasão e desterritorialização foi o PEIB, que jogou um balde de água fria nos anseios mercantilistas e devastadores dos capitalistas que queriam ver a Ilhabela como um imenso condomínio de alto padrão para a elite paulistana. (Coluna do Caiçara da Terra, 2020⁴)

Por isso, é importante marcar que as políticas de proteção ambiental, quando bem elaboradas e aplicadas, possibilitam a manutenção e a regeneração das áreas protegidas e também resguardam as populações tradicionais da expansão desenfreada do turismo, da especulação imobiliária e da grilagem de terras. Não há dúvidas sobre a importância delas em um país onde a bancada ruralista é a mais forte do Congresso Nacional, com ânimo (e poder) para “passar a boiada”⁵.

Porém, a criação do Parque Estadual de Ilhabela sem consulta às comunidades locais teve efeitos críticos na autonomia e na qualidade de vida das populações caiçaras e isso precisa ser reconhecido. Foi um primeiro processo de exclusão do **direito à cidade** debatido por Lefebvre (2011).

Nas palavras do autor, “[o direito à cidade] significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas”. Esse direito não é apenas de usufruto, mas de construção do espaço coletivo, de acesso às centralidades e de participação na produção do local onde se vive.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser reivindicado como um direito à vida urbana renovada. [...]

⁴ COLETIVO CAIÇARA: SÃO SEBASTIÃO, ILHABELA E CARAGUATATUBA, 2023.

⁵Expressão refere-se a declaração do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, durante reunião ministerial realizada em 2020, na qual usou o termo “passar a boiada” para sugerir a desburocratização e facilitação de normas ambientais.

Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. (Lefebvre, 2011, p.117-118.)

A proibição do uso da terra, da pesca, da coleta e das roças retirou dos caiçaras a possibilidade de gerência sobre o espaço e os expulsou dos centros de decisão e das áreas valorizadas do município. Quem vivia a fartura e a abundância da natureza, com acesso à alimentos saudáveis e variados, foi convertido em um pobre, um marginalizado do capitalismo, alguém cujos conhecimentos não são válidos e que precisa vender sua força de trabalho a preços módicos sem conseguir comprar alimentos que antes produzia (Calvente, 1993 e Diegues, 2004).

Na dialética da História, depois de muita luta e articulação política, povos originários conseguiram pressionar governos para aprovar leis e decretos (estaduais e federais), sobretudo a partir dos anos 2000, para flexibilizar o aparato legal que rege grande parte das Unidades de Conservação (UCs) brasileiras. Se elas foram pensadas, elaboradas e formalizadas apenas para proteger o meio ambiente, desconsiderando a presença humana, com um viés unicamente conservacionista, chegou a hora de compatibilizá-las com a presença das comunidades tradicionais.

Para os caiçaras de Ilhabela, algumas das principais normativas aprovadas estão listadas abaixo, em uma linha do tempo organizada por Silva (2022) e por Geo Brasilis (2023).

Tabela 1 - Legislação ambiental em vigor no município de Ilhabela, por nome e ano de aprovação (1977-2017)

Norma legal	Ano	Conteúdo
Decreto estadual número 9.414	1977	Cria o Parque Estadual de Ilhabela
Aprovação da lei número 10.019, de 3 de julho de 1998	1998	Versa sobre a política estadual de gerenciamento costeiro
Aprovação da lei federal nº 9.985/2000	2000	Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Decreto federal N°5.051	2004	Ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que define quem são os povos tradicionais e firma a obrigação dos governos de protegê-los
Decreto federal nº 5.300/2004	2004	Regulamenta o PNGC e dispõe sobre as regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima
Decreto federal nº 6.040/2007	2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades Tradicionais
Decreto estadual nº 53.525/2008	2008	Oficialização Área de Preservação Ambiental e Marinha do Litoral Norte
Lei federal nº 12.651/2012	2012	Institui o “Novo” Código Florestal e dispõe sobre a proteção da vegetação nativa
Resolução estadual SMA nº 08/2016	2016	Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela
Decreto estadual nº 62.913/2017	2017	Promulga o Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE do Litoral Norte

Fonte: Silva (2022) e por Geo Brasilis (2023).

Entre as normativas mais importantes para os povos originários de Ilhabela está o Decreto N°5.051 de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Ela define quem são os povos tradicionais e firma a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais e culturais desses povos. Esta medida foi extremamente relevante para os caiçaras porque, diferentes dos povos indígenas, que têm o direito originário à terra, e dos quilombolas, que têm a propriedade definitiva de seu território reconhecida pela

Constituição, eles só tiveram leis favoráveis à sua regularização fundiária a partir desta resolução.

Outro marco foi a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), implantada pelo Decreto Nº 6.040 de 2007, que reconheceu e categorizou os povos tradicionais, facilitando a garantia legal de seu território e regulando o uso dos bens naturais das unidades de conservação pelas populações tradicionais.

Após estas normativas, os caiçaras passaram a contar com a criação da APA Marinha Litoral Norte, que possibilitou o uso sustentável dos bens naturais marinhos, garantindo em parte a pesca artesanal e o extrativismo para os pescadores locais; e a aprovação o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, que garantiu acesso a alguns bens naturais e a algumas atividades econômicas sustentáveis (Geo Brasilis, 2023).

Com a modernização das leis ambientais - que agora preveem planos de manejo, protocolos de consulta e outros recursos jurídicos em favor das comunidades - o PEIb adquiriu um novo papel para os núcleos familiares caiçaras da frente da Ilha. Entrevistados ouvidos para elaboração da pesquisa defendem que, após décadas em luta, conquistaram uma relação mais amigável com o Parque, sobretudo a partir da década de 2010. Hoje, por vezes, ele é um aliado para barrar os interesses do turismo sobre o território caiçara.

Apesar disso, é inegável que os conflitos com o PEIb e com o veranismo de luxo foram determinantes na consolidação do espaço social de Ilhabela. Ele tornou-se um espaço dinâmico, contraditório e profundamente marcado pela tensão entre projetos excludentes de apropriação e práticas cotidianas de resistência.

Isso porque o tombamento do município como área de preservação foi também uma política de Estado que respondeu muito bem à demanda do capital de garantir condições necessárias para salvaguardar a exclusividade e excelência desta zona de veraneio da elite (Scifoni, 2006).

Antes que o turismo de luxo assumisse papel central na configuração espacial de Ilhabela, a criação do Parque Estadual, em 1977, já havia iniciado um processo de ruptura entre os caiçaras e seus locais de vivência. Mais que isso: a proteção do patrimônio natural de Ilhabela também foi motivada pelo desejo de preservar a beleza natural do município para assegurar a alta qualidade da área de veraneio destinada às classes mais abastadas (Scifoni, 2006).

As políticas de preservação ambiental alavancaram também o processo de homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço social de Ilhabela, seguindo o debate proposto por Lefebvre. O ordenamento pelas normas do PEIb acabou por também criar uma homogeneidade normativa que suprimiu a diversidade de práticas, saberes e modos de uso do espaço. Mesmo sob normas comuns, o espaço foi fragmentado: algumas áreas ficaram reservadas à conservação, lazer ou veraneio; outras permaneciam sob restrições. Isso limitou a quantidade de terrenos disponíveis e acabou por supervalorizá-los o que, por sua vez, levou à hierarquização de áreas, permitindo que agentes do capital criassem oásis de excelência em detrimento de famílias caiçaras.

Os efeitos da turistificação, portanto, se dão sobre um terreno já vulnerabilizado pela ação do Estado, aprofundando o processo de espoliação iniciado pelas práticas conservacionistas (Scifoni, 2006). Ao mesmo tempo em que o espaço era moldado para atender a uma elite consumidora de natureza, os caiçaras passaram a ser empurrados para áreas de encosta, inseguras e distantes do mar, transformando a relação com o espaço social em um cotidiano de resistência precarizada, como veremos nos capítulos 3 e 4.

Com o tempo, este espaço social construído por uma relação de autoridade, proibição e subjugação pelo Estado, passou a ser ressignificado como local para o consumo turístico. A retórica da preservação deu lugar à ideia de “paraíso natural” - acessível principalmente para o veranista de alto padrão. O que antes era área de proteção passou a ser vitrine: praias escondidas, trilhas “virgens” e florestas densas se tornaram ativos turísticos, com venda de experiências e exclusividade.

A compreensão desta dinâmica territorial em Ilhabela exige dos conceitos lefebvrianos de **espaço percebido, concebido e vivido**. Se eles são indissociáveis para o autor, são também conflituosos: enquanto o Estado e o capital aproveitam das belezas naturais do município (**espaço percebido**) para impor projetos espaciais para o turismo (**espaço concebido**), os habitantes resistem e reconstroem sentidos a partir de suas práticas e vivências (**espaço vivido**), mesmo quando submetidos à violência simbólica e material do Estado e do turismo de luxo (Lefebvre, 2011).

Está dada a resistência: os caiçaras da frente da Ilha existem e lutam para preservar seu território e seu modo de vida frente ao avanço, à agressividade e,

sobretudo, ao apagamento que o turismo de alto padrão lhes impôs, como veremos no decorrer do trabalho.

3.3 Caracterização da paisagem e ocupação turística

Este trabalho se centra em uma discussão sobre a constituição do espaço social de Ilhabela e dos conflitos e embates de forças nela presentes. Diversos são os fatores envolvidos nesse debate, por isso a caracterização da paisagem, mesmo que mais técnica, é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e das argumentações propostas. Como pontua Sansolo, as características da paisagem tem relação direta com a forma de organização da sociedade.

Os processos naturais não deixam de ocorrer em espaços socialmente produzidos. Esses processos se expressam na paisagem interagindo com a sociedade, conforme o modo de produção adotado. No mundo tropical, especialmente nos países do chamado Terceiro Mundo, o modelo de desenvolvimento importado (seja por via de importação de tecnologias ou pela importação do modelo científico) tem fornecido uma referência desconectada da realidade da dinâmica da natureza. (Sansolo, p.15)

Por isso, vale descrever as características físicas de Ilhabela, que dão a ela parte importante do seu potencial turístico e financeiro. Afinal, desde a chegada no município pela balsa é impossível não notar as enormes rochas monolíticas soerguidas a leste, entre-cobertas por uma densa floresta de Mata Atlântica, extremamente preservada, uma das características mais marcantes da região.

A área norte do litoral de São Paulo, região onde a Serra do Mar está mais próxima do oceano, é caracterizada por um relevo recortado, com diversas baías de dimensões diminutas, que formam as praias em geral esteiras e pequenas, além de apresentar escarpas com as vertentes alongadas e grande amplitude topográfica (Cruz, 1986), como revela a imagem a seguir.

Ilhabela está inserida neste contexto morfológico: o município possui costa recortada com pequenas baías e picos elevados, sendo o de São Sebastião o maior deles - e o ponto mais alto de uma ilha no Brasil - com 1.379 metros de altitude. Pelo menos outras quatro montanhas no município possuem altitude de mais de mil metros. Ao todo, 75% do município localiza-se em altitudes acima de 100 metros,

sendo que 80% da sua área está circunscrita no Parque Estadual de Ilhabela, dividido em cotas altimétricas de 0, 100 e 200 metros (Calvente, 1993).

A maior parte das montanhas de Ilhabela é sustentada por rochas de acentuadas declividades, com escarpadas predominantemente retilíneas ou côncavas. Observando com atenção, é possível identificar fraturas, falhas e áreas de distensão nas rochas.

Imagem 6 - Beleza cênica de Ilhabela



Fonte: Sarah Oliveira Fernandes, 2024.

No geral, o município apresenta grandes amplitudes e acentuados declives, além de solos rasos sustentados por rochas granito-gnáissicas, que afloram em determinadas áreas, sobretudo nos topos dos morros. Como são bastante íngremes, com inclinação média entre 30 e 35 graus (Calvente, 1993), eles estão sujeitos a uma erosão forte. Encaixados nos pés dos morros, estão praias e pequenas áreas de planícies marinhas, onde se concentra a ocupação urbana, de forma bastante fragmentada.

A maior parte de Ilhabela é coberta por Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica) de maior altitude (montana) e menor altitude (submontana), como classifica o levantamento da Fundação Florestal. A exuberância da vegetação chama a atenção dos visitantes com facilidade: são poucas as praias do sul da Ilha em que, da areia, se tem vista para a rua. A maioria delas é acessada por pequenas trilhas no meio da mata, o que as torna muito reservadas, silenciosas e sem interferência humana na paisagem - atrativas inclusive para pequenos animais silvestres, como macacos e esquilos.

Tal vegetação é parte importante dos fragmentos de Mata Atlântica ainda preservados no estado de São Paulo. Nas altitudes mais elevadas, acima dos 500 ou 600 metros a mata parece primária, porém nas altitudes menores há diversos locais de floresta secundária, recuperada após o terreno ser utilizado para agricultura - sobretudo plantação de café e cana de açúcar, nos séculos 18 e 19.

O documento que estabelece o plano de manejo do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), de 2015, listou 1.569 espécies de flora no município. No que se refere a vertebrados, foram identificadas 459 espécies, sendo que 51 são mamíferos, 314 aves, 41 anfíbios, 39 répteis, cinco répteis marinhos e 14 peixes de água doce. Além da forte predominância de Mata Atlântica, o conjunto de ecossistemas do município abrange também mangues, restingas e praias.

Ilhabela está em uma das áreas mais chuvosas do país: o litoral norte de São Paulo, que recebe ação constante de massas de ar úmidas vindas do oceano (Calvente, 1993). O clima é tropical úmido, com altos índices pluviométricos anuais, concentrados principalmente entre Novembro e Fevereiro. Assim, a água torna-se um dos principais elementos erosivos da paisagem, seja na dinâmica superficial de contato com as rochas, seja na elevação do nível de cachoeiras e lençóis subterrâneos (Diniz, 2015).

Falando sobre a rede fluvial, o município possui reservas significativas de água doce, com diversas nascentes, córregos e riachos. A presença de formações montanhosas favorece a formação de cachoeiras e quedas d'água acentuadas (Polis), formando ribeirões oriundos das montanhas. São pelo menos 400 ribeirões encachoeirados, com beleza cênica exuberante (Calvente, 1993).

A geografia de Ilhabela aqui descrita, com poucas áreas de planícies, cercada ora pelo mar ora por elevadas cadeias de montanhas, é determinante na estrutura

urbana do município, caracterizada por ser uma urbanização fragmentada, com diferentes densidades populacionais.

Nos trabalhos de campo realizados, foi possível identificar que a maioria dos serviços públicos do município se concentra na região de planície que vai da Barra Velha a Vila, em especial no Perequê, passando pelos bairros Engenho D'Água, Itaquanduba, Cocaia, Reino e Água Branca.

É nessa área que estão o hospital municipal, as escolas particulares, os bancos, a maioria das farmácias, os restaurantes, os serviços de balsas, os terminais de ônibus e os órgãos públicos. Os bairros acima listados concentram também a maior parte da população de Ilhabela - somado ao Morro dos Mineiros, distrito que abriga grande parte dos imigrantes que vieram para a Ilha para trabalhar na construção civil, caracterizado por alta densidade populacional e baixo padrão socioeconômico.

Embora possuam mais infraestrutura, os bairros mais populosos não são necessariamente as principais escolhas dos veranistas endinheirados para suas segundas residências - ou mesmo para estadias nos hotéis boutiques. Eles optam pelos eixos norte ou sul da Ilha, em regiões mais isoladas e mais perto das melhores praias para lazer, como ficou claro nos trabalhos de campo realizados e nas conversas com moradores.

Alguns ainda escolhem as áreas mais altas, com vista privilegiada do canal. Neste caso, porém, trata-se de uma opção pela construção em altitudes mais elevadas e declividades mais acentuadas, mas com toda estrutura e recursos de engenharia e arquitetura necessários para garantir máximo conforto, segurança e integração com a natureza.

Uma situação bem diferente da dos caiçaras que passaram a viver nas áreas mais altas do município ou mesmo das famílias que moram no Morro dos Mineiros, demonstrado na imagem acima. Trata-se, neste caso, ou de restrições de acesso às praias e áreas mais planas e valorizadas do município, ou a um crescimento desordenado da mancha urbana periférica, de alta densidade populacional e baixo padrão socioeconômico (Geo Brasilis, 2023).

É um cenário muito distinto daquele buscado pelos turistas de alto padrão que chegam ao município para desfrutar de suas residências à beira mar ou para se hospedarem em hotéis de luxo. Para eles está liberado o acesso a montanhas cobertas por Mata Atlântica, cachoeiras paradisíacas escondidas dentro da mata e

praias pequenas, cercadas de vegetação, com elevada concentração de vida marinha. Por isso, são eles que dão ao município o título de "paraíso".

Imagem 7 - Morro dos Mineiros



Fonte: Felipe Samurai ⁶

Durante os trabalhos de campo, realizados em diferentes dias da semana e horários, foi possível observar um intenso fluxo de veículos em direção ao eixo sul de Ilhabela, especialmente nas imediações da Praia do Curral e da Ilha das Cabras, dois dos pontos turísticos mais valorizados do município.

Aos finais de semana, o trânsito se intensificou já a partir da Barra Velha, criando pontos de lentidão na via única (estreita e sinuosa) que corta os bairros da costa sul. Carros importados e veículos com placas da capital paulista dominavam a estrada, evidenciando que o fluxo intenso é principalmente resultado do turismo.

Nas proximidades das praias, percebe-se uma ocupação desordenada de calçadas e meios fios pelos veículos estacionados e por placas de restaurantes e estacionamentos privados improvisados em terrenos. A infraestrutura do entorno é claramente orientada para o consumo turístico: lojas de conveniência, pontos de

⁶ Morro dos Mineiros em Ilhabela é inspiração do fotógrafo Felipe Samurai. Tamoios News, s.d, 2025.

aluguel de prancha ou equipamentos de mergulho, quiosques e empreendimentos que remetem a resorts ecossustentáveis.

Neste movimento, nota-se a presença de trabalhadores locais, seja vendendo artesanato, oferecendo passeios de barco, cuidando da limpeza ou operando nos estacionamentos. É um retrato da transformação do espaço público em local de consumo, que evidencia como a lógica turística se impõe sobre a paisagem urbana e natural, muitas vezes em detrimento da mobilidade e do cotidiano da população.

Em vários pontos, a presença de construções luxuosas contrasta com a rusticidade das moradias caiçaras. A vegetação nativa — exuberante e dominante — serve tanto como barreira natural quanto como elemento simbólico de exclusividade, sobretudo nas faixas costeiras com acesso controlado.

Em praias como o Curral ou o Veloso, observam-se espreguiçadeiras, decks, cercas de madeira e estruturas de bares e hotéis na areia, integrados à paisagem, criando a sensação de um ambiente cuidadosamente montado para o consumo do turista que pode pagar por tal estrutura.

Essa paisagem não é apenas cenário, mas é codificada por diferentes interesses e valores. O que para o turismo aparece como natureza preservada, no campo se revela como espaço manipulado, fragmentado, hierarquizado e seletivamente acessado. A observação direta da paisagem revelou, portanto, as contradições entre o discurso da preservação e a lógica de ocupação excludente que organiza o território, como demonstram as imagens a seguir.

As espreguiçadeiras do bar boutique dispostas sobre a areia da Praia do Curral e a placa de “área monitorada” na praia da Baleeira (hoje fechada e convertida em “quintal” de uma residência de luxo) sintetizam em partes a transformação das praias do sul da ilha em espaços prioritariamente voltados ao consumo turístico de alto padrão.

Os registros revelam como elementos da infraestrutura turística, como mobiliário de praia, decks de madeira e estruturas de bares ou hotéis, são integrados à paisagem de modo a criar uma atmosfera de exclusividade e conforto para visitantes, muitas vezes em detrimento do acesso e do uso coletivo historicamente praticado pelos caiçaras, compondo um cenário onde a lógica do turismo de luxo se impõe sobre o cotidiano e o acesso da população nativa.

Imagem 8 - Espreguiçadeiras do “bar boutique” DPNY, na Praia do Curral, Ilhabela



Fonte: Sarah Oliveira Fernandes, 2024.

Imagens 9 e 10 - Placa para entrada na pequena enseada da Baleeira, convertida em propriedade privada





Fonte: Própria autora, 2025.

As imagens evidenciam, ainda, a apropriação seletiva da paisagem natural, convertida agora em vitrine de consumo e símbolos de distinção social. O mobiliário de praia, disposto de maneira a demarcar áreas de uso restrito, atua como barreira simbólica e física, reforçando processos de privatização do espaço costeiro e de exclusão não só dos caiçaras da região como também de turistas e menor poder aquisitivo, que não possam pagar o preço do lazer de luxo.

Além disso, as fotografias ilustram a contradição central do processo de turistificação aqui estudado: aquilo que é propagandeado como natureza preservada é, na prática, resultado de uma ocupação segmentada e hierarquizada, seguindo o debate proposto por Lefebvre (2011), onde o acesso à praia e aos bens naturais é mediado por interesses econômicos e pelo poder do capital. O espaço social, portanto, é um objeto de disputa, manipulação e mercantilização, como demonstram tanto a imagem quanto as análises de campo.

O avanço da estrutura para o turismo de luxo impõe uma **homogeneização** ao espaço de Ilhabela, apagando as particularidades, singularidades e usos históricos (Lefebvre, 2011). O discurso de “natureza preservada”, usado pelo

turismo, e a infraestrutura adaptada para os turistas de alto padrão reforçam uma paisagem homogênea, pensada para consumo e exclusividade.

A partir daí, o espaço passa por um processo de **fragmentação** (Lefebvre, 2011), no qual são segmentados locais para veranistas e outros para marginalização de grupos tradicionais. Isso porque hotéis de luxo, casas de veraneio de alto padrão e praias privativas acabam por fragmentar e dividir o espaço, criando zonas de excelência, locais de preservação ambiental e áreas para as famílias tradicionais.

Por fim, ocorre a **hierarquização** dos acessos (Lefebvre, 2011), que acaba por criar zonas de excelência e exclusividade para turistas enquanto as famílias caiçaras ficam relegadas a uma condição de subalternidade e exclusão. São “espaços nobres” (empreendimentos de luxo, praias valorizadas, áreas com infraestrutura) que se diferenciam dos locais tradicionalmente ocupados pelos caiçaras e mesmo das periferias do município.

Assim, a turistificação de Ilhabela explicita o conflito proposto por Lefebvre entre o **espaço concebido** — planejado por investidores e pelo Estado para o lazer e à acumulação de capital — e o **espaço vivido** — tecido no cotidiano pelos caiçaras, impedidos de acessar praias e costeiras para suas práticas de pesca, festas, e relações de vizinhança. O **espaço concebido** tende a impor uma homogeneidade abstrata, apagando diferenças e singularidades, enquanto o **espaço vivido** resiste, produzindo obras simbólicas, memórias e formas de apropriação coletiva do território.

A pergunta que fica é: “Ilhabela é um paraíso para quem?” Para os veranistas que podem pagar pelas propriedades nas planícies, próximas às praias e desfrutar de uma natureza exuberante e paradisíaca, ou para os caiçaras moradores da Ilha que estão encurralados nos morros, reinventando sua identidade e resistindo na luta pelo seu território? Essa é a pergunta que iremos debater ao longo do trabalho.

4. O SUJEITO CAIÇARA: CULTURA, MODOS DE VIDA E TERRITORIALIDADE

Os povos tradicionais brasileiros constituem um dos fundamentos mais ricos e essenciais da identidade nacional, já que são guardiões de saberes ancestrais, práticas sustentáveis e formas singulares de organização social. Ao longo dos séculos, expressaram formas alternativas de relação com a natureza e entre si que desafiam os modelos hegemônicos de desenvolvimento e homogeneização cultural. São reconhecidos pela diversidade de línguas, rituais, técnicas produtivas e valores, contribuindo não apenas para a preservação de ecossistemas, mas também para a construção de uma sociedade plural e justa (Brasil, 2007).

O termo “populações tradicionais” pode até ter caído no senso comum, como observa Adams, designando grupos populacionais de forma genérica - em geral os lidos como rústicos à luz dos habitantes das cidades - mas eles guardam consigo diversas particularidades. Para ter uma ideia, cada um dos 28⁷ povos tradicionais reconhecidos no Brasil são caracterizados pelo seu modo próprio de vida, relação com o espaço que ocupam e produzem, técnicas de manejo dos bens naturais, representações míticas e relações sociais e econômicas bastante particulares.

Em linhas gerais, eles são reconhecidos pela sua interação com a natureza, pelo amplo conhecimento do local onde vivem e pela dependência dele para sua reprodução econômica e social (Diegues, 2004).

Os povos tradicionais são designados também como “[...] segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos” (Diegues; Arruda, 2000, p. 22, in Marcondes, 2018). São grupos diferenciados culturalmente, que mantêm seu modo de vida de forma mais ou menos isolada, baseado na cooperação humana e em relações muito particulares com a natureza. Para os autores, esses grupos podem ser identificados, de acordo com as seguintes características comuns:

- a) dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais constroem um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de

⁷ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Povos e comunidades tradicionais. Brasília, DF: MMA, s.d.

manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;

c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;

d) moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;

e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;

f) reduzida acumulação de capital;

g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;

i) tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo processo o produtor e sua família dominam desde o início até o produto final;

j) fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; k) auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura 46 distinta (Diegues; Arruda, 2000, p. 21 - 22, *apud* MARCONDES, 2018).

Em geral, os povos tradicionais são sobreviventes de ciclos econômicos que, após se esgotarem, são seguidos de períodos de estagnação. Pela decadência da produção agrícola e por dificuldades de circulação, diversos grupos populacionais brasileiros ao longo da história acabaram apartados de ciclos econômicos capitalistas. Eles se mantiveram em pequenos povoados, seguindo com seu modo de vida tradicional, muito integrado aos bens naturais disponíveis no espaço ocupado, em núcleos relativamente fechados (Diegues, 2000, in Marcondes, 2018).

Vale destacar que o termo comunidade tradicional foi estabelecido no âmbito jurídico pelo Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e com a promulgação da Lei nº 13.123/2015, que, no Art. 2º inciso IV. Ela define populações tradicionais como “grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição” (Brasil, 2015).

Eles são, por exemplo, os indígenas, os quilombolas e os caiçaras, foco deste trabalho, reconhecidos como os nativos tradicionais do litoral brasileiro do estado do Paraná ao Rio de Janeiro. Tradicionalmente, os caiçaras são pescadores e pequenos agricultores que têm o mar como ambiente de trabalho e reprodução da vida. Assim, a identidade mais objetiva deste grupo está ligada à possibilidade que tiveram de utilizar tanto o mar quanto a terra em suas atividades sociais, econômicas e culturais (Diegues, 2004).

As comunidades caiçaras foram formadas pela mistura étnico-cultural de portugueses, indígenas do litoral e povos africanos escravizados. A principal característica desse grupo é seu modo de vida, baseado em atividades agrícolas itinerantes, pesca artesanal, extrativismo, artesanato e por ocupar áreas costeiras do Brasil (Diegues; Arruda, 2000).

Fonte de riqueza e abundância, nem o mar nem a praia eram divisíveis para os caiçaras e o tempo com o qual se organizavam não era linear, marcado no relógio. Ele era regido por fenômenos naturais, como a época de chuvas, de ventos e da floração de determinadas espécies vegetais, em uma lógica cíclica, abundante e permanente.

A principal atividade dessas populações era a agricultura familiar, em especial as plantações de mandioca, com a qual se fazia a farinha de mandioca, nas Casas de Farinhas coletivas das comunidades, um símbolo da cultura caiçara tão importante quanto as canoas (Diegues, 1983).

A pesca artesanal, segundo o autor, é uma atividade importante na economia das comunidades caiçaras de grande parte do litoral brasileiro. Ela não segue padrões capitalistas, pelo contrário: é uma prática para manutenção das famílias, que acontece dentro de uma pequena produção mercantil, sem acumulação.

A atividade é realizada no núcleo familiar, sem a preocupação em produzir excedentes. São usadas técnicas tradicionais extremamente adaptadas aos ecossistemas litorâneos tropicais, onde os mares possuem grande variedade de espécies e um menor número de indivíduos por espécie (Diegues, 2004). Exatamente por isso, especialistas concordam que a pesca artesanal é a mais viável econômica e socialmente, já que as comunidades desempenham essa atividade de maneira não predatória, de forma esparsa, utilizando bens naturais locais, com menos gasto de matérias primas e combustíveis.

O pescador artesanal seleciona com sabedoria as espécies de peixe que podem ser pescadas, seguindo um calendário próprio, elaborado pelos seus conhecimentos e de seus antepassados. Eles sabem exatamente que tamanho de malha usar em cada época do ano e como capturar animais já adultos, fora da fase reprodutiva, um processo fundamental inclusive para sua sobrevivência como pescador.

Nesta cosmologia, o pescador artesanal passa de geração em geração um conhecimento empírico que impede a sobrepesca, que desequilibraria a vida das espécies locais. Vale atentar que essa lógica é oposta a da pesca industrial, já que os grandes barcos podem apenas se deslocar para outra região quando destroem um determinado ecossistema, o que é impossível para os caiçaras cujas identidades estão extremamente atreladas ao seu local de vivência. Por isso, mais que uma atividade econômica, a pesca dita o ritmo da vida social (Diegues, 2004).

Apesar do seu conhecimento vasto e específico e da sua lógica de vida abundante, os pescadores tradicionais passaram a ser designados apenas como “produtores de baixa renda” ou “pequenos produtores rurais” pela literatura acadêmica, em especial a partir da década de 1970. Isso porque não geram excedente, lucro e não têm (ou tinham) o dinheiro como principal objetivo do trabalho (Diegues, 2004). São denominações que carregam consigo uma grave generalização e um perigoso preconceito de classe, que ignora o quão sofisticado, abundante e peculiar é esse modo de vida, além do seu papel fundamental na produção de alimentos.

Os caiçaras estão entre os povos que “não sentem obrigação de trabalhar” e que “não precisam comer com a fadiga do suor, porque a natureza já oferta a comida”, como pontua Antônio Bispo (2018). Eles vivem em uma relação cosmológica de simbiose e respeito com o meio natural, que se perpetuava através de gerações, com um saber passado de pai para filho, em uma relação de extremo respeito ao meio ambiente.

Não é exagero enquadrar as culturas caiçaras tradicionais como sociedades do bem viver inseridas também em territórios da abundância. O antropólogo Marshall Sahlins descreve as “sociedades de abundância” como aquelas em que os habitantes têm suas necessidades materiais e sociais plenamente satisfeitas, com fartura e com um mínimo de horas usadas para a produção. Nelas, a ideia de trabalho está diretamente ligada a outras atividades da vida, sem uma separação.

Nesta mesma lógica, as sociedades do bem viver são pautadas por uma cosmovisão que as organizam a partir do coletivo, em um modo de vida que valoriza as pessoas, a natureza e a reprodução da vida, sem exploração ou geração de excedentes. O bem viver está relacionado a harmonia com a natureza e com a diversidade cultural. Conforme pontua Rauber,

a expressão Viver Bem, própria dos povos indígenas da Bolívia, significa, em primeiro lugar viver bem entre nós. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetria de poder [...]. É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza [...] diferenciando-se do 'viver melhor' ocidental, que é individualista e que se faz geralmente expensas dos outros e, além disso, em contraponto com a natureza. (Rauber, 2016)

O modo de vida caiçara se relaciona profundamente com o conceito de bem viver, pois expressa uma lógica de existência em que a satisfação das necessidades materiais e sociais está ligada à convivência comunitária e à harmonia com a natureza. O espaço não é apenas físico, mas é um bem coletivo, fonte de riqueza, fartura e pertencimento.

Esse modo de vida se distancia radicalmente da lógica capitalista e individualista, pois não se baseia na acumulação de excedentes ou na exploração intensiva dos recursos naturais, mas sim na cooperação e na sustentabilidade. O bem viver, nesse contexto, manifesta-se no cotidiano: nos mutirões, na transmissão dos saberes de geração em geração, nas técnicas de pesca e cultivo e na valorização da diversidade cultural.

No caso de Ilhabela, essa lógica do bem viver foi profundamente abalada pela expansão do turismo de luxo e pela mercantilização do espaço social, que impuseram novas formas de organização, fragmentaram comunidades e limitaram o acesso aos bens naturais coletivos. Ainda assim, a resistência caiçara e a luta pelo reconhecimento de seus direitos são expressões da busca por manter viva essa ética do bem viver, mesmo diante das adversidades impostas pelo avanço do capital e pelas políticas excludentes.

Imagem 11 - Canoa caiçara e redes tradicionais de pesca dividem espaço com embarcações de lazer em praia de Ilhabela



Fonte: Danilo Ramos, 2023

A foto acima registra uma faceta deste movimento de resistência: mesmo inseridos em um contexto de fragmentação socioespacial, os caiçaras seguem constituindo a paisagem com suas embarcações, redes e conhecimentos transmitidos entre gerações. O cenário capturado na imagem reforça o elo entre o bem viver e a importância da cultura caiçara. Enquanto práticas, saberes e laços coletivos são tensionados pelas pressões do capital, a presença das canoas e das redes significa a persistência e a adaptação dos caiçaras, que reivindicam seu direito de permanecer, transformar e compartilhar o espaço que habitam.

Esse conjunto de artefatos tradicionais, somado ao amplo conhecimento para seu manejo e aos valores de bem viver das comunidades foram denominados de “cultura caiçara”, um “gênero de vida” próprio dessa parcela da população, usando expressão lablachiana⁸. Sua identidade, porém, está ligada ao autorreconhecimento e ao reconhecimento da comunidade, no qual as genealogias são muito importantes

⁸ Refere-se à abordagem geográfica desenvolvida por Paul Vidal de La Blache (1845-1918), fundador da Escola Francesa de Geografia, conhecida como possibilismo e centrada na análise da paisagem como resultado da interação harmônica entre fatores naturais e ações humanas.

- e servem até como argumento de legitimação jurídica do acesso ao território (Geo Brasilis, 2023).

Essa mesma identidade, no entanto, é frequentemente desconsiderada ou marginalizada por olhares externos. Historicamente, os caiçaras foram retratados por setores do poder público, pelo mercado e até por parte da sociedade civil como obstáculos ao desenvolvimento econômico, à urbanização e à própria conservação ambiental. São comuns os discursos que os classificam como “entraves” ao progresso, “inimigos” da preservação da natureza ou mesmo como pessoas “preguiçosas” e “insolentes”, incapazes de se adaptar à lógica do mercado e ao trabalho assalariado urbano (Diegues, 2004). Essas visões carregam um preconceito de classe e ignoram a sofisticação dos saberes caiçaras, sua relação sustentável com o território e sua contribuição para a diversidade cultural e ambiental do Brasil.

Diante desse contexto de marginalização e estigmatização, o reconhecimento formal dos caiçaras como “população tradicional” redefine o lugar desses sujeitos nos debates sobre direitos e políticas públicas. Ao serem reconhecidos como população tradicional, os caiçaras passam a ter respaldo legal para questionar processos de desterritorialização, privatização de praias, expulsão de áreas costeiras e criminalização de práticas tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura de subsistência. Esse reconhecimento lhes permite, por exemplo, acessar políticas de regularização fundiária, participar da elaboração de planos de manejo em unidades de conservação e exigir consulta prévia em decisões que afetem seus territórios (Nascimento, 2011).

O autor pontua que é justamente o reconhecimento formal e jurídico que permite aos caiçaras formularem suas reivindicações perante o Estado, o que é especialmente importante para um povo que é visto como entrave para o desenvolvimento. Este reconhecimento não apenas legitima a existência dos caiçaras enquanto sujeitos coletivos diferenciados, mas também lhes garante acesso a mecanismos de proteção territorial, políticas públicas específicas e participação em processos decisórios que afetam seus modos de vida.

Além disso, o reconhecimento fortalece a identidade coletiva caiçara e sua capacidade de articulação política. Permite que se organizem em movimentos sociais, ocupem espaços institucionais e reivindiquem não só a permanência física em seus territórios, mas também a valorização de seus modos de vida, saberes e

práticas culturais, historicamente marginalizados (Diegues, 2004). Em Ilhabela, por exemplo, esse processo tem sido central para resistir à especulação imobiliária, ao turismo de luxo e às políticas ambientais excludentes, que muitas vezes favorecem interesses privados em detrimento das comunidades locais.

Os caiçaras enfrentam conflitos baseados no acesso e uso de espaços tradicionais, em especial devido à beleza cênica do município enquanto atrativo turístico. A sobreposição de locais tradicionais com as atividades de turismo desencadeia novos processos de expulsão e exploração dos caiçaras.

Porém, no município de Ilhabela, a cultura caiçara não se extinguiu nem se contrapôs à cultura dominante: ambas coexistem simultaneamente, com posturas de recusa, aceite ou apenas confronto à lógica capitalista de produção do espaço social. No limite, as culturas existem em movimento, convivem com as realidades dinâmicas do cotidiano e se transformam mutuamente.

4.1 Os caiçaras de Ilhabela, ontem e hoje

Conceituar quem é o caiçara de Ilhabela não é uma tarefa simples e seria muita presunção tentar defini-lo aqui, tendo em vista que se trata de um grupo extremamente heterogêneo, com demandas, histórias, hábitos e desejos completamente distintos. Chama a atenção inclusive que, pelo isolamento geográfico e econômico característico dos territórios insulares, os caiçaras do município acabaram desenvolvendo formas de vida muito próprias, com uma vinculação afetiva muito forte com seu território (Diegues, 2004).

Claro que na luta por direitos saber identificar e reconhecer quem é caiçara é algo extremamente importante, porém que cabe unicamente aos comunitários. Por isso, assumo uma postura mais modesta: articular e apontar convergências entre o posicionamento de identidade reconhecidos pelas comunidades, pela literatura acadêmica e pelas normativas nacionais que regem os direitos dos povos tradicionais brasileiros.

Assim como os caiçaras de outras regiões do Brasil, os nativos de Ilhabela adquiriram conhecimentos e modos de vida herdados de indígenas, europeus e africanos, compondo uma cultura marcada pela valorização da natureza, da tradição oral e das relações de compadrio (Mussolini, 1980). Os mais antigos, ainda possuem amplo conhecimento dos elementos naturais, seja em terra, no mangue, nas

cachoeiras ou no mar. São os "espaços de riqueza e sobrevivência" descritos por Paes (1998), onde os caiçaras coletavam caranguejos, mariscos, peixes, palha e lenha e caçam pequenos animais.

A produção de gêneros alimentícios - em geral farinha de mandioca e peixe seco - era familiar, para consumo próprio, sempre em uma lógica sustentável e abundante, com possível venda de excedentes. Os produtos eram comercializados com outras cidades do litoral, inclusive Santos, e transportados em canoas de voga (Diegues, 2004).

A família segue sendo o núcleo social e econômico fundamental na cultura caiçara de Ilhabela. As relações sociais baseiam-se no compadrio, uma rede de apoio comunitário que fortalece a cooperação e que era especialmente importante em atividades como a pesca e a agricultura. Esse sistema criava uma forte identidade coletiva, que era transmitida às gerações mais jovens (Paes, 1998).

Entre os mais antigos, as tarefas do dia a dia seguiam uma divisão: os homens ficavam responsáveis pela pesca e pela construção de canoas, enquanto as mulheres cuidavam da roça. Em geral eram culturas pequenas, com semelhanças dos roçados indígenas, onde se plantava especialmente mandioca, milho e feijão (Fernandes e Zanini, 2008).

Conforme relatado por comunitários nas entrevistas, as mulheres também eram responsáveis pelo preparo dos alimentos e pela coleta de ervas medicinais, prática herdada das culturas indígenas e africanas (Mussolini, 1980). Os benzimentos, também praticados por mulheres, eram comuns para tratar as mais diversas doenças, sempre acompanhados de orações e chás oriundos de uma farmacopeia cultivada nos tradicionais quintais caiçaras, uma área aberta, que às vezes se estendia até a praia. Em diversas comunidades urbanas, no entanto, eles deixaram de existir, seja porque com a venda de propriedades os caiçaras foram obrigados a mudar para terrenos menores, seja pelo avanço do comércio e das novas formas de prestação de serviços assalariados, que reduziram a produção de gêneros de vida.

É importante ressaltar que, segundo os entrevistados, havia flexibilidade em relação à divisão sexual do trabalho, dependendo do tempo e da necessidade. Por isso, não é raro encontrar senhoras caiçaras do eixo sul de Ilhabela que dominam técnicas sofisticadas de pesca de costeira ou de praia e que ainda hoje levam peixes para o para o almoço ou jantar da família.

As casas onde viviam eram construídas com materiais disponíveis localmente, como madeira e blocos de barro confeccionados com terra dos próprios terrenos. Comumente havia em volta das casas um terreiro, ou quintal caiçara, utilizado para atividades comunitárias, como mutirões de trabalho, rodas de conversa, festas e processamento de alimentos, em especial a farinha de mandioca, feita nas populares Casa de Farinha. O processo de produção desse alimento base das comunidades é descrito por seu Bedico e dona Mercina, caiçaras de Ilhabela, na série de podcasts “A Vida Caiçara na Ilha de Búzios” (Fernandes; Zanini, 2008).

“De manhã nós pegávamos um saco, íamos para a roça e arrancávamos a mandioca. Aí jogávamos todas no chão e íamos raspando, uma a uma. Depois colocávamos [as mandiocas] em um cocho, botávamos água e lavávamos. Só depois começávamos a virar a roda [de moer] para fazer a farinha. A mandioca virava uma massa, que ia para o tipiti para ser prensada. Aí, quando aquela massa secava, nós colocávamos no forno e começamos a fornecer a farinha”.

Tanto os homens quanto as mulheres dominavam o processo de preparar a farinha de mandioca e ambos costumavam colher, lavar e descascar a raiz. No entanto, certas fases da atividade eram exercidas exclusivamente pelos homens, como girar a roda para moer a mandioca. O hábito de fazer farinha perdeu força, em especial na área urbana do município, embora algumas comunidades ainda mantenham suas casas de farinha, mesmo que sejam hoje mais usadas em festividades ou atividades escolares, conforme relatado de entrevistados.

Engana-se, porém, quem pensa que tanta dedicação às atividades de reprodução significava uma condição de vida precária. Como descreve Mussolini (1980), a simplicidade das atividades, das casas e das técnicas empregadas nas práticas diárias dos caiçaras de Ilhabela na verdade reflete o modo de vida sustentável, adaptado às condições naturais e pautado por um tempo muito diferente do urbano. Tratava-se, como já dito, de uma cultura de abundância.

“A vida toda nós pescávamos e não vendíamos o peixe. A gente trocava com o companheiro que plantava mandioca, banana. Hoje não tem mais onde largar a rede ou a canoa. O turismo ocupou esses espaços e a polícia ambiental não deixa que essas coisas fiquem na praia. Isso enfraqueceu a pesca e as relações humanas” (Entrevistado 4, 2025).

A pesca era, e em certa medida ainda é, essencial para as famílias caiçaras de Ilhabela. Ela teve um papel complementar nas atividades das comunidades até pelo menos a década de 1970, quando começou a ganhar mais força (Diegues, 1983). Isso porque ela foi a atividade tradicional na qual a legislação restritiva do PEIb menos influenciou, empurrando os caiçaras para o mar e tornando-os de lavradores-pescadores em apenas pescadores.

As técnicas e ferramentas utilizadas eram muito específicas e adaptadas para o contexto insular. Os pescadores de Ilhabela faziam uso de cercos, covos e redes tecidas à mão, com espessuras diferentes de malhas dependendo da espécie que se ia caçar, um conjunto de saberes que evidenciam a relação dos caiçaras com o ciclo natural das marés e a sazonalidade dos peixes (Mussolini, 1980).

Imagem 12 - Pescador da frente da Ilha organiza rede de pesca após manhã de trabalho



Fonte: Danilo Ramos, 2023.

A imagem acima mostra um pescador tradicional na frente da Ilha organizando sua rede de pesca após uma manhã de trabalho no mar. O registro

materializa a importância da atividade pesqueira no cotidiano dos caiçaras ainda hoje, não apenas como uma prática ancestral, mas como parte da sua identidade e do seu conjunto de saberes. É uma evidência da capacidade adaptativa caiçara, um elo entre a habilidade manual, o aprendizado intergeracional e a resiliência das famílias locais por ocuparem seu espaço e manterem seu modo de vida.

Grande parte das atividades de pesca eram realizadas em canoas caiçaras, como a da foto, a remo ou com velas improvisadas (canoas de voga) e depois a motor. A fabricação destas embarcações é um exemplo da cultura material e imaterial caiçara, unindo extrema habilidade artesanal e alto conhecimento de arquitetura naval. Elas eram confeccionadas pelo mestre canoeiro da comunidade, um dos ofícios mais importantes entre os caiçaras. Mas o processo era complexo: começava com a escolha da árvore ideal para o trabalho, passava por medições precisas de ângulos e terminava com grande esforço físico para talhar e cavar proa, popa e convés da embarcação.

O mestre canoeiro Aristides explica (Fernandes; Zanini, 2008):

“Usávamos cedro e ingá. Leva uns trinta dias para fazer uma canoa. Tinha que derrubar [a árvore] na lua minguante para não lascar. Se derrubasse na força da [lua] nova você perdia a madeira. Depois fazíamos um furo [no tronco], colocávamos um cabo e puxávamos [a madeira da mata para a praia, em um processo feito em mutirão, envolvendo a comunidade]. Pra fazer a canoa tinha que riscar, que medir. A gente socava o carvão com uma pedra, misturava com água e molhávamos uma corda nessa mistura, pra ela deixar pretinho onde encostasse. Aí era por um prego bem no centro da madeira e esticar a corda pros dois lados, pra ficar marcado de preto [o ângulo]. Aí íamos trabalhando com o machado e com a enxó. Se não fizer assim a canoa fica torta e vai para um lado. Você pode remar pro outro, mas ela só puxa para um lado.”

Hoje, esse conhecimento de arquitetura naval é mais usado para produzir pequenas canoas que decoram casas de veraneio de turistas como artesanato. O hábito de confeccioná-las se perdeu, pela proibição de derrubar árvores e pela chegada das novas embarcações de alumínio, a motor (Fernandes e Zanini, 2008). Não raro, os netos dos mestres canoeiros de Ilhabela trabalham como marinheiros em lanchas e iates de turistas, como relata um dos entrevistados:

“As legislações mais novas acabaram restringindo a pesca, principalmente de algumas espécies, como a garoupa. Para

praticar a pesca artesanal é preciso ter autorizações. Com a história de incentivar as baleias [passeios de avistamento de jubartes para turistas], os caiçaras perderam as redes de pesca. Aí temos uma geração mais nova que cresceu afastada dessas práticas, muito ligada a internet e que acabam com poucas opções de trabalho. O pessoal mexe mais com serviços, conseguem arranjar um bico de garçom na temporada. As meninas vão fazer faxina ou trabalhar em pousadas... essa é a realidade da nossa juventude.” (Entrevistado 1, 2024).

Apesar das mudanças no modo de vida, o saber caiçara reflete uma simbiose profunda com o ambiente natural. A visão de mundo dos nativos de Ilhabela, como apontam Mussolini e Paes, está intrinsecamente ligada à natureza. Lendas e mitos reforçam a conexão espiritual com o ambiente, conferindo diferentes significados aos elementos naturais, como o vento, as frentes frias ou a chuva. A mata, por exemplo, ainda é um local de mistérios e proteção, enquanto o céu e o vento dão dicas do clima, algo essencial para a pesca e a navegação.

Imagens 13 e 14 - Foliões brincam na Congada de Ilhabela





Fonte: Danilo Ramos, 2025.

O misticismo se refletia também nas festas populares, que integravam elementos indígenas, católicos e africanos (Mussolini, 1980). Eram diversas celebrações ao longo do ano, sendo as principais a de São Pedro (padroeiro dos pescadores), a Congada de São Benedito (uma das principais festividades do município ainda hoje) e as folias de reis, com grupos musicais que ainda visitam casas cantando e abençoando as famílias, mas agora em grupos menores e de forma mais espaça (Fernandes e Zanini, 2008).

A Congada de São Benedito é uma manifestação que permanece como uma das expressões culturais mais emblemáticas e antigas do município, celebrada há 300 anos. Os participantes, vestidos com roupas coloridas e adereços típicos, tocam instrumentos, desfilam e dançam pelas ruas do centro histórico, em um ambiente de festa e devoção. Entre os Bailes de Congos, há um grande almoço coletivo na Igreja Matriz do município, todo organizado pelas comunidades caiçaras da frente da Ilha.

A festa sintetiza o sincretismo religioso e a pluralidade cultural que caracterizam Ilhabela, sendo realizada sem interrupção desde o século 18 e ressignificada ao longo das gerações. Atualmente, ela acaba por ser também um símbolo da força e resistência da cultura caiçara frente às transformações sociais e

econômicas sofridas no município, em um cenário de supervalorização do turismo e especulação imobiliária.

Como a celebração demonstra, os caiçaras são tradicionalmente católicos - mas sem o hábito de frequentar igrejas. A fé era expressa justamente por meio das festas, que aconteciam quase que mensalmente e reuniam diferentes comunidades (Fernandes; Zanini, 2008).

Elas eram marcadas pela troca de alimentos e pela reafirmação de laços comunitários e sociais. Havia música com instrumentos tradicionais, como a viola branca e a rabeca, uma espécie de violino artesanal. Com eles, os caiçaras brincavam o Quebra Chiquinha, a Ciranda, o Pau de Fita e o Saravalha. Eram momentos importantes de trocas e encontros, inclusive de onde saíam casamentos e se formavam novas famílias (Fernandes e Zanini, 2008).

Em geral, o calendário das celebrações era ligado às atividades agrícolas e acontecia para comemorar ciclos de plantação e colheita. Quando a lavoura perdeu espaço - pela legislação restritiva do PEIb e pelas mudanças no modo de vida nas últimas décadas - as famílias perderam parte do seu capital cultural e não-material e as festas foram deixando de acontecer. Atualmente, alguns grupos têm se encontrado para resgatar festas e músicas tradicionais, como o Grupo Quebra Chiquinha⁹, que se encontra no sul da Ilha.

Além disso, grande parte dos caiçaras se converteram às igrejas evangélicas que chegaram em Ilhabela a partir dos anos 1990 e deixaram de reconhecer e celebrar santos católicos (Fernandes e Zanini, 2008). Esse fenômeno é observado em diversos municípios do litoral norte de São Paulo, onde Igrejas da Assembleia do Reino de Deus e Congregação de Cristo se tornaram comuns e conquistaram muitos fiéis entre os caiçaras, como observado no trabalho de campo. Chamou atenção a presença de igrejas evangélicas estabelecidas em áreas historicamente ocupadas por famílias caiçaras da costa sul, como Bexiga, Curral e São Pedro. Foram registrados templos ativos de denominações variadas — Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil e Igreja Batista — frequentemente localizados em áreas de fácil acesso para as famílias locais.

Entrevistas com moradores mencionam que uma parcela significativa da comunidade passou a frequentar cultos evangélicos, muitos migrando motivados

⁹ Produções disponíveis em: <<https://www.instagram.com/quebrachiquinhailhabela/>>. Acesso: 17 set. 2025.

pelo acolhimento das igrejas e pelas oportunidades de participação social, apoio mútuo e novas redes de proteção.

A cultura caiçara se transformou também (e muito) devido ao turismo, à urbanização e à modernização. Paes alerta que, embora os jovens continuem transmitindo saberes tradicionais, muitas práticas estão desaparecendo, com risco de enfraquecimento dos laços comunitários e da relação sustentável com o meio ambiente.

Entre as tentativas de manter parte da cultura caiçara, a Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela adota práticas pedagógicas que tentam resgatar e valorizar práticas e hábitos tradicionais dos moradores de Ilhabela, tendo o diálogo com a cultura caiçara como uma diretriz pedagógica do município. Porém, a tarefa de implantá-la em sala de aula fica a cargo de cada professor, ao seu modo. Há também o incentivo público à promoção de algumas festas tradicionais, que agora também se tornaram eventos turísticos do calendário oficial da cidade, como a Semana de Cultura Caiçara, na qual acontece a Congada, em maio, e a Festa da Tainha, que celebra o período de pegadeira da espécie.

Porém, apesar das iniciativas institucionais, vale atentar que os maiores responsáveis pela manutenção e resistência da cultura caiçara frente aos avanços do turismo são as próprias comunidades, que insistem em manter e adaptar seu modo de vida frente ao avanço do capital na área urbana. Por isso, na costa sul da Ilha, as famílias lutam para manter seus quintais caiçaras, suas casas de farinha, seus ranchos de pesca e passagens tradicionais abertas para o mar, como será detalhado no capítulo 4, a partir das entrevistas com moradores das comunidades.

Fato é que a urbanização não apagou a cultura caiçara, mas resultou na emergência de núcleos tradicionais adaptados à nova morfologia urbana — seja pela coletivização de memórias, festas, técnicas de pesca, compadrio e valorização do território insular. Por isso, é necessário repetir: os caiçaras tradicionais existem e resistem na área urbana da Ilha.

Essa realidade, inclusive, é confirmada a partir dos dados demográficos oficiais do município. Em 2022, ano do Censo, Ilhabela contava com uma população de 38.239 habitantes. Ao todo, 99,3% deles estavam concentrados na área urbana, foco de estudo deste trabalho, demonstrando que uma pequena parcela dos habitantes (0,7%) vive na área rural, na parte de trás da Ilha, nas comunidades tradicionais caiçaras. Entre 2010 e 2022, a população urbana saltou de 28.002 para

37.976 habitantes, enquanto a população rural permaneceu estável, em torno de 200 a 260 residentes, segundo dados do IBGE e do Seade, de 2022.

Os números jogam luz para uma realidade que ainda parece invisível no município: com quase a totalidade da população vivendo na zona urbana, fica evidente a presença de núcleos tradicionais caiçaras nesta área, em especial em bairros de ocupação histórica. Ao invés de indicar uma suposta “urbanização sem caiçaras”, os dados quantitativos mostram que a maior densidade populacional urbana corresponde à existência significativa de núcleos caiçaras tradicionais na frente da Ilha. Isso desafia visões simplistas que associam tradição ao isolamento e reforça a necessidade de ampliar o reconhecimento legal, social e cultural dessas comunidades urbanizadas.

Apesar das transformações, os moradores de Ilhabela manifestam forte sentimento de orgulho e de pertencimento ao território ilhéu, o que ficou bem claro nas entrevistas realizadas. A cultura caiçara do município é um exemplo rico de convivência sustentável com o ambiente natural. Suas práticas e saberes são fundamentais não apenas para a preservação da biodiversidade, mas também para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso, é imperativo que as políticas públicas e os esforços acadêmicos continuem a documentar e proteger essa herança.

4.2 “Só quem está atrás da Ilha é caiçara tradicional?”

Na “parte de trás da Ilha”, em ilhotas e enseadas, estão reunidos pequenos núcleos familiares de pescadores artesanais e pequenos agricultores que compõem as chamadas comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela. Como descreve Nascimento (2011), eles vivem em um relativo isolamento, com menos acesso aos centros urbanos e em meio a natureza mais protegida, com possibilidades de manterem modos de vida e relações socioculturais ainda semelhantes às gerações passadas.

Em Ilhabela, as comunidades tradicionais são: Fome, Serraria, Guanxumas, Eustáquio, Canto do Ribeirão (Praia de Castelhanos), Canto da Lagoa (Praia de Castelhanos), Mansa, Vermelha, Figueira, Saco do Sombrio, Bonete, Porto do Meio da Ilha de Búzios, Guanxumas da Ilha de Búzios e Ilha de Vitória (Jung; Moraes; Sobral, 2022).

A maioria das práticas, vivências e da organização socioterritorial das famílias caiçaras chamadas tradicionais se dá no interior do PEIb, em praias que só podem ser acessadas por mar ou, em alguns poucos casos, por trilhas na mata, que exigem longas horas ou até dias de caminhada.

“Mas só quem mora atrás da Ilha é caiçara tradicional?” Esta pergunta foi feita por um dos entrevistados, um jovem morador do eixo sul de Ilhabela. É um incômodo que representa muito dos moradores da “frente da ilha” e que diz respeito ao fato das comunidades reconhecidas como “tradicionais” (a grande maioria delas fora da área urbana do município) terem uma série de políticas públicas garantindo direitos e as resguardando dos processos inerentes a especulação e financeirização do território. Enquanto isso, os núcleos familiares da “frente da ilha”, que compartilham hábitos e modos de vida semelhantes aos chamados “tradicionais”, ficam à própria sorte na resistência contra o capital, em um contexto de extrema desigualdade social e econômica.

A indagação não é fácil de ser respondida. Diegues (2000) define as populações tradicionais do litoral paulista como aquelas com cujos saberes, modos de fazer e comportamentos são transmitidos socialmente, como formas de organizar e legitimar relações materiais e simbólicas entre os membros da comunidade e a natureza. Ele reforça que existe uma ligação forte e orgânica entre as pessoas, a natureza, o sobrenatural e a organização social. Esta realidade é observada tanto nas comunidades que vivem atrás da Ilha quanto nas que vivem na frente, como revelaram os trabalhos de campo.

“Quem está na parte de trás da Ilha tem mais dificuldade de acessar os serviços que temos aqui e isso precisa ser considerado. Mas nós compartilhamos muitos hábitos e conhecimentos” (Entrevistado 4, 2025).

Independentemente do local onde estejam, os caiçaras integram a vasta diversidade social e cultural do Brasil, como sujeitos agentes de sua história e identidade, permeadas por lutas e conflitos muito particulares de quem vive em um território ora cobiçado pelo turismo de luxo, ora pela legislação restritiva do Parque Estadual de Ilhabela.

Aqui vale utilizarmos das reflexões de Haesbaert (2007). O autor propõe que as identidades também resultam de processos dinâmicos de territorialização,

construídos nas relações entre pessoas e seus locais de vivência, ao longo do tempo. A identidade é configurada pelo passado e pela memória (dimensão histórica) e pela relação presente com o entorno espacial (dimensão geográfica). Por isso, o autor defende que o local de vivência é um constituinte "indissociável e de crescente importância" da identidade de um povo.

Para o autor, o espaço é um construtor de identidade, nas suas dimensões material, simbólica e política-cultural. Em Ilhabela, essa construção se manifesta a partir dos elementos naturais disponíveis no espaço, que permite que os caiçaras desenvolvam sua identidade a partir de um contato direto com o mar e com a mata, em um território insular e que por isso possui uma série de características muito particulares. O espaço, então, não é apenas o suporte físico das relações sociais, mas um fator construtivo da identidade e do pertencimento caiçara.

[...] como se as delimitações da terra, os cercamentos, ao excluírem tantas pessoas, inspirassem nelas o medo (e, por outro lado, forjassem uma identidade para aqueles que usufruem diretamente do território). De certa forma, ainda que “às avessas”, negativamente, território e (des-) identificação de grupos sociais estão intimamente ligados. Como afirmamos, “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”. Hoje, num mundo em que o simbolismo da cultura é presença fundamental em todas as esferas da vida, o território não poderia fugir à regra e se vê cada vez mais mergulhado nas tramas de um “poder simbólico” que tudo parece arrebatar. Se considerarmos, num sentido mais amplo, e falando então mais de espaço do que de território, de um espaço que é imanente à construção do social, podemos afirmar que toda dinâmica de construção identitária é inerentemente espacial. (Haesbaert, 2007. p. 38)

Na prática, isso significa que a identidade caiçara é construída e reafirmada permanentemente por meio das relações de pertencimento, das memórias coletivas e da continuidade de saberes e práticas culturais. Mesmo em ambientes urbanizados, marcados pela pressão do turismo e da especulação imobiliária (como Ilhabela), esses elementos podem ser conservados, reinventados ou disputados, mantendo vivas as identidades caiçaras através da resistência cotidiana e das estratégias de adaptação.

Nas entrevistas realizadas para essa pesquisa, ficou claro um sentimento de orgulho sobre o “ser caiçara”. Quem foi ouvido fez questão de deixar claro que, no

seu entendimento, ninguém é menos caiçara por viver ou não em uma comunidade tradicional ou ter trabalhos assalariados ligados ao turismo. O ser caiçara está no conjunto de valores, visões de mundo e práticas culturais que sustentam sua subjetividade. Está no reconhecimento comunitário e no reconhecimento de si como pertencente a esse grupo.

Isso rompe com a ideia reducionista de que a “tradição caiçara” está restrita exclusivamente à parte de trás da Ilha, como os próprios dados demográficos comprovam. Mais ainda, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) reconhece a existência desses povos para além das áreas de preservação, ao afirmar que a “pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas”.

“O [setor do] turismo e a prefeitura querem fazer acreditar que não tem mais caiçara aqui na frente da Ilha, mas tem. Nós estamos e resistimos aqui, fortalecendo a nossa cultura” (Entrevistado 4, 2025).

Por isso, a diferença no entendimento e nas políticas voltadas para as famílias caiçaras das comunidades chamadas tradicionais e aquelas que habitam áreas urbanas revela não apenas uma abordagem fragmentada das políticas públicas, mas também as tensões criadas pela interação entre a preservação cultural e o crescimento econômico urbano.

As comunidades consideradas tradicionais de Ilhabela são beneficiadas por políticas públicas voltadas à sua preservação cultural e ambiental. O PNPCT, por exemplo, reconhece essas comunidades como detentoras de direitos específicos, assegurando-lhes acesso a políticas de assistência social, educação, sustentabilidade e, em especial, direito ao seu território. O mesmo vale para o trabalho de organizações sociais e da sociedade civil ligadas à cultura e preservação ambiental, que muitas vezes optam por se voltarem às comunidades de trás da Ilha pela visibilidade que recebem.

Em contrapartida, os núcleos familiares caiçaras da frente do município enfrentam grandes e crescentes desafios relacionados à especulação imobiliária sobre seus territórios e a processos de gentrificação e perda de terras ancestrais. Essas dinâmicas fragilizam não apenas as relações comunitárias, mas a

possibilidade de reprodução social destas famílias, que por muitas vezes são forçadas a adaptarem seus modos de vida às exigências de uma economia urbana extremamente elitizada, com aumento do custo de vida, descaracterização de territórios e segregação socioespacial. Ao contrário das comunidades “de trás da Ilha”, elas não possuem respaldo legal que reconheça e projeta suas práticas tradicionais, seu modo de vida e seu vínculo com o território (Fapesp, 2015).

Além disso, o incentivo ao turismo de luxo limita práticas de reprodução da vida caiçara na frente da Ilha, reduzindo locais de pesca artesanal e de cultivos agrícolas, o que acentua ainda mais a marginalização e a periferização dessas comunidades, conforme explicitado pelos entrevistados.

“Hoje as praias aqui do Sul têm muitas bóias no mar, para atracar barcos de turistas. Com tantas bóias não conseguimos mais passar a rede no final da tarde [para pescar] como fazíamos no passado” (Entrevistado 4, 2025).

A contradição entre as políticas públicas dirigidas às áreas tradicionais e às urbanas revela a urgência de uma abordagem integrada e igualitária quando se pensa em direitos da população caiçara. É fato que, no papel, as legislações reconhecem os caiçaras da área urbana de Ilhabela como sujeitos culturais legítimos, com marcos para resguardar e valorizar sua cultura, mas na prática eles ficam muito mais vulneráveis aos efeitos da especulação imobiliária, da descaracterização cultural e dos embates jurídicos contra famílias de alta renda. Só um planejamento socioterritorial integrado pode garantir a preservação do patrimônio natural e cultural em Ilhabela, promovendo justiça social para todas as comunidades.

4.3 Perfil dos moradores e marcas da desigualdade

Quando se analisa a realidade demográfica de Ilhabela, nota-se uma situação no mínimo interessante: o município vem vivenciando uma das mais elevadas taxas de crescimento populacional da região do Vale do Paraíba na década entre 2010 e 2021, atingindo 1,69% — valor que supera significativamente os 0,78% do estado de São Paulo e os 0,94% da região em que está inserida. Os dados foram compilados no documento “Diagnósticos, leitura técnica e análises”, de 2023, que pauta a revisão do Plano Diretor do município.

Este crescimento populacional decorre de três fatores combinados, como ressalta o relatório: incremento natural, fluxo migratório expressivo e busca de emprego no turismo, segundo análise da publicação. Trata-se, no segundo caso, de uma tendência migratória de classes mais abastadas movidas pelo desejo de evasão das grandes metrópoles para viver em lugares com mais qualidade de vida e mais próximo da natureza. Este movimento foi bastante incentivado pelos efeitos da pandemia de Covid-19, que permitiu a uma classe privilegiada buscar refúgio no litoral - inclusive com a possibilidade de trabalho remoto, que perdura em diversas áreas. “O cenário paradisíaco de Ilhabela configuraria um atrativo para o público citado”, reforça a publicação.

Outra parte dos migrantes - estes de menor poder aquisitivo - foi atraída para Ilhabela por oportunidades de trabalho no turismo e na construção civil. Traduzindo essa realidade em números - compilados por Geo Brasilis (2023) - em 2010, 34,3% dos residentes da ilha haviam nascido fora do estado de São Paulo, consideravelmente mais que a média estadual (20,6%). Além disso, 13,4% da população mudou-se para Ilhabela nos cinco anos anteriores ao Censo (de 2022), sinalizando que o adensamento populacional tem se dado especialmente pelo influxo de migrantes e não por aumento natural.

O resultado é uma população heterogênea, cuja integração e acesso a bens sociais se encontram tensionados por fatores econômicos e culturais. A migração para Ilhabela demonstra que há ainda uma disputa do espaço social caçara pelo capital e pelo mercado imobiliário e turístico. A chegada de migrantes de alta renda fomenta a valorização imobiliária, ampliando a especulação de terras, o que pode pressionar os bairros tradicionalmente ocupados por caçaras da área urbana, causando processos de gentrificação e expulsão indireta de famílias caçaras da “frente da ilha”. Os moradores tradicionais passam a competir cada vez mais com iniciativas do capital privado que visam a mercantilização do litoral, muitas vezes amparadas por políticas públicas que privilegiam o desenvolvimento turístico e residencial de luxo.

Para os caçaras, especialmente aqueles não reconhecidos oficialmente como “tradicionais” e estabelecidos em áreas urbanizadas, o processo de migração pode significar endurecimento das pressões externas sobre seus modos de vida. Os relatos dos entrevistados deixam explícito que o aumento da competição por terra, trabalho e espaços culturais torna essas comunidades ainda mais vulneráveis às

dinâmicas do mercado imobiliário e à descaracterização de seus laços identitários. Ao mesmo tempo, a multiplicidade de novos atores sociais torna mais complexa a luta política por reconhecimento, já que as demandas por acessibilidade, moradia e inclusão se tornam fragmentadas entre os diferentes segmentos populacionais.

A pirâmide etária de Ilhabela também chama a atenção: se no ano 2000 ela ainda guardava formato clássico, com maioria da população formada por jovens até 24 anos, em 2020 houve uma transição para um perfil mais envelhecido, segundo informações do Seade, compiladas por Geo Brasilis (2023). A faixa mais populosa passou a ser a de 30 a 39 anos, com aumento considerável da população idosa, acima dos 60 anos. Projeções indicam que, até 2035, pessoas com mais de 70 anos serão maioria relativa, exigindo novas políticas e readequação dos serviços públicos.

O número médio de moradores por domicílio caiu de 3,55 em 2000 para 3,03 em 2020, acompanhando a tendência de individualização e redução do tamanho das famílias nas regiões urbanas do país.

Ilhabela experimentou, na última década, uma reorientação profunda da estrutura produtiva. O PIB municipal saltou de R\$373 milhões em 2010 para mais de R\$10,7 bilhões em 2020¹⁰ (o quarto maior da RMVPLN), impulsionado quase exclusivamente pela arrecadação de royalties do petróleo explorado nas reservas do Pré-Sal da Bacia de Santos e que estão dentro dos limites marítimos e de exploração econômica de Ilhabela, com destaque para o campo de Sapinho, o terceiro principal campo de exploração petrolífera do país. Os rendimentos são tão elevados que o PIB per capita¹¹ de Ilhabela em 2020 foi de R\$302.099, o maior entre os 39 municípios da RMVPLN e o sétimo maior do Brasil.

Apesar desse desempenho, o mercado de trabalho formal está fortemente dependente do setor de serviços, especialmente turismo, alimentação, comércio e administração pública. A beleza cênica e o elevado grau de conservação ambiental fizeram de Ilhabela um dos principais destinos de turismo de Sol e Mar do Estado de São Paulo. Assim, a principal atividade econômica do município está relacionada ao turismo de veraneio, em especial em alojamento e alimentação.

Ao todo, 72,3% dos trabalhadores formais de Ilhabela estão no setor de serviços, com salários médios variando entre R\$1.881 e R\$3.276, segundo dados do

¹⁰ Dados do IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios, 2022, compilados pela Geo Brasilis, em 2023.

¹¹ Expressa a divisão da riqueza gerada no município pelo número de habitantes.

Ministério do Trabalho, de 2022, compilados por Geo Brasilis (2023). Só no setor de hospedagens eram 1.345 empregos diretos, além de centenas de postos informais ligados ao recebimento de visitantes, manutenção de atividades de lazer e operação de casas de veraneio.

Estes postos de trabalho são ocupados por migrantes, mas também por caiçaras que há gerações estão no município - o que não os torna menos caiçaras, como eles mesmos fazem questão de frisar nas entrevistas. Pelo contrário: para permanecer em seu espaço social frente à pressão do capital e as transformações urbanas e políticas da região, eles aceitaram novas formas de trabalho - um trabalho acessório, usando o conceito de Karl Kautsky (1980), mas que garante sua sobrevivência e sua permanência na Ilha.

Para o autor, o conceito diz respeito às diversas ocupações que povos do campo assumem para completar renda e permanecer na sua terra, uma vez que a pequena produção agrícola, por si só, não consegue mais manter adequadamente o trabalhador.

Enquanto Kautsky analisava a relação entre pequena propriedade rural e indústria nascente, os caiçaras enfrentam a financeirização do território através do turismo de luxo e da especulação imobiliária. Se alguns dos trabalhos camponeses descritos pelo autor eram o trabalho agrícola assalariado, a produção de mercadorias no domicílio e até trabalho em indústrias, em Ilhabela os caiçaras dedicam-se ao setor de serviços, muitas vezes em atividades ligadas ao turismo. Eles são, por exemplo, caseiros, faxineiros, garçons, marinheiros ou vendedores ambulantes, que se reconhecem como trabalhadores que têm nestas ocupações a possibilidade de se manter em seu local ancestral de vivência.

Não deixa de ser, como critica Kautsky (1980), um processo de proletarização dos camponeses, oferecendo mão de obra flexível e barata e criando um ciclo vicioso: à medida que os caiçaras passam a trabalhar para terceiros, menos tempo eles se dedicam à pesca e aos pequenos roçados, o que os obriga a vender cada vez mais sua força de trabalho, impulsionando assim a acumulação capitalista e o próprio turismo de luxo que os desapropria.

Tem-se então uma situação paradoxal. Diante da intensa pressão da especulação imobiliária e do turismo de luxo, eles se inserem no mercado de trabalho turístico como forma de complementar a renda e manter-se no território. Aceitar e se dedicar ao trabalho acessório pode ser, então, uma estratégia de

sobrevivência e resistência em economias capitalistas avançadas. Porém, ao mesmo tempo, esse ato promove sua subordinação ao capital e fortalece o próprio sistema que os explora, fornecendo mão de obra barata e flexível para uma economia turística que se apropria de seus territórios ancestrais.

Quando o assunto é desenvolvimento humano, Ilhabela figura entre as cidades de mais alto IDH-M (0,756¹², 3º lugar no litoral norte), apresentando avanços significativos em renda, longevidade e escolaridade na última década, segundo dados compilados por Geo Brasilis (2023). No entanto, esses avanços não anulam as disparidades internas. Se Ilhabela destaca-se pelo seu alto PIB e pelos bons indicadores de desenvolvimento humano, a desigualdade socioespacial se manifesta de modo acentuado e preocupante.

Para se ter uma ideia, em 2019, 17,6% dos domicílios de Ilhabela estavam nos chamados “aglomerados subnormais” (loteamentos precários, morros e ocupações irregulares), especialmente nos bairros Morro dos Mineiros (645 domicílios), Green Park (200), Engenho Novo (193), Reino (172) e Senzala (140)¹³.

Os bairros com maior adensamento precário ainda enfrentam carências de infraestrutura, saneamento, equipamentos de saúde e educação. Enquanto algumas áreas concentram segundas residências de alta renda e infraestrutura completa, outros bairros convivem com carências de acesso a saneamento, mobilidade e regularização fundiária, conforme registrado durante as entrevistas e trabalhos de campo.

Assim, Ilhabela reflete a dinâmica urbana da maioria das cidades brasileiras, marcada por intensa segregação socioespacial. A distribuição espacial da população urbana reflete também a condição social dos seus habitantes, espacializando a desigualdade social presente no âmbito das relações econômicas, como pontua Kowarick (2000).

Segundo o autor, o padrão habitacional reflete um complexo processo de segregação e discriminação presentes na sociedade. Os investimentos públicos e o controle da terra urbana são para ele instrumentos poderosos para a chamada espoliação urbana e para a formação de uma cidade “nitidamente segregadora” (Kowarick, 1979. p. 57). Isso leva à expulsão das camadas pobres para as “distantes

¹² ILHABELA. Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental de Ilhabela – Etapa 2. Ilhabela: Prefeitura Municipal de Ilhabela, s.d, 2023.

¹³ Idem.

e desprovidas periferias” (Kowarick, 1979. p. 196-197), enquanto as classes médias e altas se situam em áreas mais centrais e bem servidas.

É o que o autor chama de espoliação urbana, conceito entendido como um conjunto de extorsões que afeta as camadas populares pela ausência ou pela precariedade dos serviços de consumo coletivo, que são essenciais para a população. Nas palavras dele é “o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.” (Kowarick, 1979. p. 59)

Colocado no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito. (Kowarick, 1979. p. 73-74)

Para ele, a espoliação urbana é uma das consequências do acirramento da exploração do trabalho e, por isso, afeta a maioria dos trabalhadores mais pobres. Ela é intensificada quando recursos estatais são investidos visando predominantemente a acumulação de capital, em detrimento das necessidades de reprodução da força de trabalho. O processo também é impulsionado pelo “controle da terra urbana e dos recursos de infraestrutura das cidades”, que acaba por expulsar a população pobre para as periferias, contribuindo para o aumento da pobreza e para a deterioração das condições de vida.

O problema habitacional torna-se, então, um dos grandes dilemas dos trabalhadores, porque sua condição de força de trabalho explorada eles são continuamente extorquidos do seu direito de acesso a serviços públicos, necessários inclusive para a reprodução da força de trabalho, sendo por isso vítimas de um processo de espoliação urbana.

Desta forma, a questão fundamental reside na capacidade dos vários grupos e camadas sociais de pressionar e obter do Estado esses elementos básicos para sua sobrevivência nas cidades. O papel do Estado é fundamental, não só pelas razões já arroladas, mas também porque o investimento que

injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social. (Kowarick, 2000. p. 23)

Essas contradições constituem uma das maiores marcas da desigualdade local: riqueza e pobreza, informalidade e precariedade, convivem lado a lado, impactando de forma direta as condições de vida dos caiçaras e da população economicamente vulnerável.

A desigualdade é expressa cientificamente. Entre 2000 e 2010, o Índice Gini¹⁴ caiu de 0,56 para 0,49 — ainda considerado elevado. A proporção de extremamente pobres caiu de 1,83% para 0,49% e a de pobres de 12,82% para 4,48% — lembrando que o município vivenciou a chegada de migrantes de maior renda, o que pode não representar uma melhoria linear das condições de vida dos segmentos vulneráveis. Os dados foram compilados por Geo Brasilis (2023).

O crescimento econômico, portanto, não se converte em melhoria de qualidade de vida ou redução das desigualdades para os residentes permanentes e trabalhadores das faixas de baixa renda. A composição do PIB e do IDH-M acabam por mascarar o aprofundamento das desigualdades: o capital externo traz ganhos de arrecadação, mas pouco reverte em oportunidades reais para os trabalhadores caiçaras, para quem o mercado de trabalho permanece segmentado, informal e mal remunerado. A manutenção de núcleos urbanos precários ao lado de enclaves residenciais voltados ao turismo de luxo ilustra um modelo de desenvolvimento excludente, marcado por benefícios distribuídos de forma desigual e pela persistência de políticas públicas fragmentadas. É, portanto, uma desigualdade estrutural, enraizada nas relações de poder, apropriação do solo urbano e nas prioridades do investimento público.

A análise dos dados sociais e territoriais evidenciam que as comunidades caiçaras da área urbana de Ilhabela têm sido penalizadas pelo avanço da urbanização dirigida ao turismo e à especulação imobiliária. Isso se traduz em redução do acesso à terra; dificuldade de manutenção das práticas culturais e produtivas ancestrais; concentração das comunidades tradicionais em regiões menos valorizadas; isolamento relativo e dificuldade de acesso a equipamentos

¹⁴ O Índice Gini relaciona os dados de renda e pobreza indicando, numa escala de zero a um, seu fator de distribuição. Quanto mais próximo de um, mais desigualdade na distribuição.

públicos e redes formais de proteção social; e migração de jovens para setores precarizados do mercado de trabalho no turismo e serviços.

O retrato demográfico, social e econômico de Ilhabela revela um território profundamente marcado por assimetrias que destoam do seu desempenho macroeconômico e de sua imagem turística. O alto PIB per capita coexiste com zonas de precarização habitacional, trabalho informal e vulnerabilidade social, particularmente nos territórios caiçaras e assentamentos irregulares. A universalização das políticas públicas, a valorização dos saberes tradicionais e a promoção da inclusão territorial e produtiva dos caiçaras permanecem como desafios centrais para o futuro de Ilhabela.

5. FRAGMENTAÇÃO, ESPOLIAÇÃO E EXCLUSÃO: UM PARAÍSO PARA QUEM?

O histórico de Ilhabela, as características do município e o perfil de seus habitantes, até aqui apresentados e discutidos, deixam explícito que a produção do espaço ilhabelense se deu a partir de uma sobreposição de camadas: da economia canavieira ao êxodo rural; da cultura caiçara à turistificação contemporânea, do planejamento estatal ao aquecimento do mercado de terras. É o retrato da disputa cotidiana entre diferentes projetos de apropriação e construção do **espaço social**, tornando visível uma multiplicidade de relações, práticas e representações.

O espaço, aqui entendido sob o prisma lefebvriano de produto social e histórico, é permanentemente recriado pela tensão entre projetos excludentes, ligados ao Estado e ao capital, e a resistência cotidiana dos habitantes originários. Retomando as ideias do autor, toda forma de apropriação, transformação e organização do espaço pela sociedade produz o espaço social. Ele não é apenas um cenário, mas meio de produção e produto da própria reprodução social.

A formação socioespacial de Ilhabela revela, então, uma série de disputas e transformações, impulsionadas ora pelo Estado, ora pelo turismo de luxo, ora pela especulação imobiliária - e comumente pelos três juntos. As dinâmicas do município demonstram um espaço social cuja organização foi voltada para o lazer das elites, promovendo políticas de preservação ambiental que, ainda que tenham freado parte da urbanização, impuseram limites às práticas tradicionais e aos modos de vida dos caiçaras, como já discutido.

Assim como os outros municípios da faixa litorânea ao norte do estado de São Paulo, Ilhabela manteve um relativo isolamento das transformações urbanas do país, em especial até a década de 1970. A população nativa sobreviveu da agricultura familiar e da pesca artesanal, em geral de forma autônoma ou com relações comerciais pontuais com cidades maiores, como Santos, segundo Nascimento (2011). Essas práticas traziam consigo uma relação forte e próxima com o mundo natural, a partir de um saber popular transmitido através de gerações.

Porém, a partir dos anos 1980, o município entrou na rota do turismo de sol e mar das famílias paulistas, devido às praias paradisíacas, de águas calmas e a Mata Atlântica imponente e conservada - mas também devido ao planejamento estatal

para transformar a região em uma zona de veraneio de elite, com a abertura de estradas e incentivo à infraestrutura para o turismo, a exemplo do Projeto TURIS.

Quem aproveita o cenário exuberante são especialmente as famílias mais endinheiradas, que podem pagar pelo preço de um local propagandeado como um paraíso ecológico privativo e extremamente preservado. É uma minoria que pode dispor de capital para fazer turismo, praticar esportes elitizados ou adquirir segundas residências para uso temporário, exclusivo para lazer, em um local marcado pela intensa valorização do preço da terra (Scifoni, 2006).

Em geral, a infraestrutura urbana do município é direcionada e estabelecida em função dos veranistas e nas áreas por eles ocupadas, mesmo que tal população só esteja presente alguns meses por ano, em geral no verão, na chamada “alta temporada” (Aquino, 2011). O que se discute é que o turismo em Ilhabela também mercantiliza a espaço, transformando praias, florestas e a estrutura urbana em ativos apropriados quase exclusivamente por visitantes de alto poder aquisitivo.

Há ao menos 10 anos, a prefeitura do município, sob diferentes gestões e partidos, é a principal divulgadora de Ilhabela como um destino turístico, incentivando os quatro tipos de turismo organizados nessa dissertação: de sol e mar; eventos; aventura; e náutico. Além de outdoors na rodovia dos Tamoios destacando as belezas naturais e o conforto de primeira classe, o poder público municipal investe em campanhas publicitárias em TVs, rádios e em mídias *online*, como as relacionadas abaixo. Em julho de 2025, a prefeitura lançou o robô de Inteligência Artificial (IA), chamado Mar.IA, que funciona como guia de turismo virtual. Ele pode ser acessado por site, aplicativo ou whatsapp e orienta visitantes com sugestões de passeios, atividades culturais e experiências personalizadas.

As propagandas elaboradas e financiadas pela prefeitura comprovam que o turismo é central na orientação do desenvolvimento econômico do município. O investimento público em campanhas publicitárias não apenas sustenta a imagem de Ilhabela como “paraíso” natural, mas lança luz aos padrões de conforto e exclusividade alinhados ao turismo de luxo. Essas escolhas comunicacionais não são neutras. Elas definem quais segmentos de turistas devem ser atraídos, consolidando um discurso institucional que associa valor e prestígio à experiência turística de alto padrão.

Imagens 15, 16, 17 e 18 - Propagandas da prefeitura de Ilhabela sobre os potenciais turísticos do município



**ILHABELA
DE SEGUNDA
A QUINTA**
É MELHOR AINDA

**VOCÊ MERECE
ESSA VIAGEM
GASTRONÔMICA
JUNTO A UMA
PAISAGEM DE
TIRAR O FÔLEGIO.**

EXPERIMENTE A ILHA NO **MODO**  **GASTRONOMIA.**

ilhabela
VIDA NATURAL



**ILHABELA
DE SEGUNDA
A QUINTA**
É MELHOR AINDA

**AVENTURE-SE
NA ILHA.
DE JIPE, DE BIKE
OU DE BARCO,
VOCÊ VAI SE
ENCANTAR COM
A PAISAGEM.**

EXPERIMENTE A ILHA NO **MODO**  **AVENTURA.**

ilhabela
VIDA NATURAL



Fontes: Prefeitura de Ilhabela

Ao promover atributos como segurança, paisagens intocadas, contato com a vida selvagem e serviços premium, as peças publicitárias reforçam o ciclo de valorização imobiliária, elitização dos espaços de lazer e intensificação da dinâmica de consumo de luxo. O resultado é a legitimação — via discurso oficial — de um modelo de desenvolvimento que privilegia interesses do mercado hoteleiro internacional, investidores privados e visitantes de renda elevada, em detrimento das necessidades, histórias e direitos da população local.

“Nós aqui ainda estamos em um lugar privilegiado no que diz respeito à segurança, qualidade de vida e preservação da Mata Atlântica. Este foi o bioma mais destruído do país e poucos lugares ainda preservam a possibilidade de contato que temos aqui. Estamos em um lugar único, um dos mais bonitos do país. Isso pesa de forma positiva e negativa sobre nós caiçaras.” (Entrevistado 5, 2025).

Os caiçaras ilhéus, guardiões de saberes ancestrais e práticas coletivas ligadas ao bem viver, sofrem o mesmo impasse de diversos grupos tradicionais brasileiros. Ao mesmo tempo que baseiam seus modos de vida na cooperação, na sustentabilidade e na profunda conexão com o ambiente natural, desafiam e contrastam com a lógica capitalista da acumulação e do uso utilitário da terra e dos bens naturais. E embora eles estejam protegidos por leis e decretos nacionais, na

prática vivem uma realidade de desigualdades, ameaças de desterritorialização e dificuldades cotidianas para reafirmar seus modos de vida.

Tendo o veranismo de elite como mola propulsora da urbanização, o espaço social de Ilhabela passou a reproduzir uma característica marcante e fundamental do país: a segregação socioespacial (Scifoni, 2006). Esse processo expulsou os mais pobres para as áreas de morro e garantiu que as praias fossem quase exclusivas para as famílias de alta renda, com segundas residências em condomínios e loteamentos fechados com praias tornadas privativas.

Assim, o turismo de elite opera como uma fração do mercado de capitais: ele reorganiza a terra, o trabalho e o cotidiano segundo lógicas externas às da população caiçara. O que se produz em Ilhabela não é apenas infraestrutura turística, mas um espaço planejado para o consumo de poucos — e para a exclusão de muitos, como veremos a seguir.

5.1 Como se cria um paraíso tropical à beira mar?

O crescimento do turismo e do veraneio de segunda residência em Ilhabela representa um processo de transformação do espaço social em mercadoria, que se deu às custas de conflitos e perdas de terra. O que os trabalhos de campo e as conversas com moradores tornam evidente é que a economia do turismo de luxo e a lógica da valorização imobiliária não apenas moldaram a paisagem física da ilha, mas também redefiniram laços de pertencimento, acesso ao espaço e direitos fundamentais.

Por detrás das belezas naturais e do discurso de preservação, desenrola-se um processo de disputas e tensões que atravessam a vida cotidiana dos habitantes nativos, especialmente dos caiçaras urbanos. Parte dessas disputas podem ser traduzidas também em números, que ajudam a dimensionar o problema.

O primeiro deles é o avanço dos empreendimentos voltados à hospedagem de turistas em Ilhabela, a fim de mostrar o aquecimento dessa atividade e sua relação implícita com a posse de terra e a valorização da propriedade privada.

Dados obtidos junto à prefeitura via Lei de Acesso à Informação mostram que o município contava, até fevereiro de 2025, com 151 hotéis e pousadas ativos, 53 deles na costa sul do município, 85 na zona central, mais urbanizada e com mais serviços, e oito na costa norte - além de dois com bairro não especificados e três

hospedagens na Praia do Bonete, no extremo sul do município, já na parte de “trás” da Ilha. Os dados evidenciam como os eixos sul e central são os preferidos pelos turistas, seja por acesso facilitado à restaurantes, lojas e demais comércios, seja pela proximidade com praias baladas.

Tabela 2 - Distribuição dos hotéis em Ilhabela, por região, em 2025

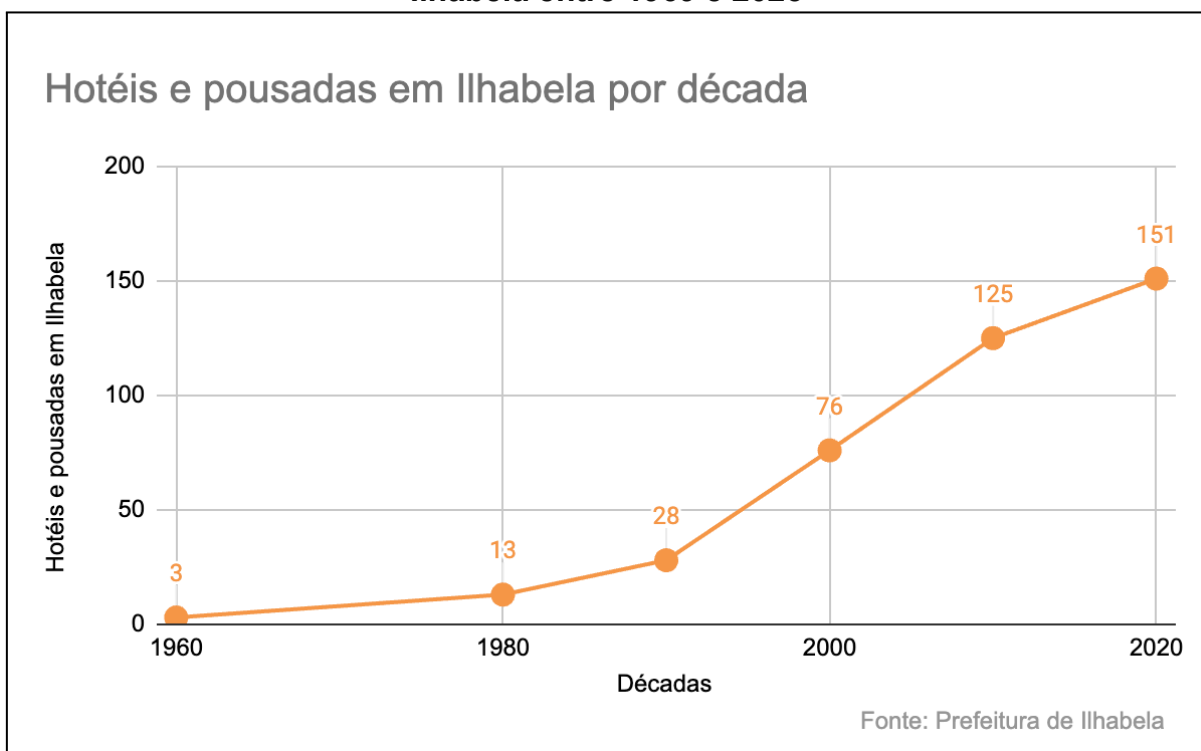
Distribuição dos hotéis em Ilhabela, por região, em 2025	
Costa sul de Ilhabela	53
Barra, Perequê e Vila	85
Costa norte de Ilhabela	8
Praia do Bonete	3
Bairro não identificado	2
Total	151

Fonte: Relatório de Cadastro Imobiliários, da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela.

Os empreendimentos foram inaugurados entre os anos de 1969 e 2025 com um crescimento não linear. Entre as décadas de 1960 e 1970 havia apenas três opções de hospedagem particular no município. O número passou para 13 na década de 1980, 28 em 1990 e saltou para 76 nos anos 2000. Na década de 2010, o número de hospedagens chegou a 125, alcançando a marca dos 151 na década de 2020.

Só entre 1980 e 2025, período de análise da pesquisa, foram inaugurados 148 hotéis e pousadas no município, a maioria deles nas décadas de 2000 (48) e 2010 (49) e nos primeiros cinco anos da década de 2020, com 26 novos empreendimentos. A variação é demonstrada no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Evolução do número de hotéis e pousadas em Ilhabela entre 1969 e 2025

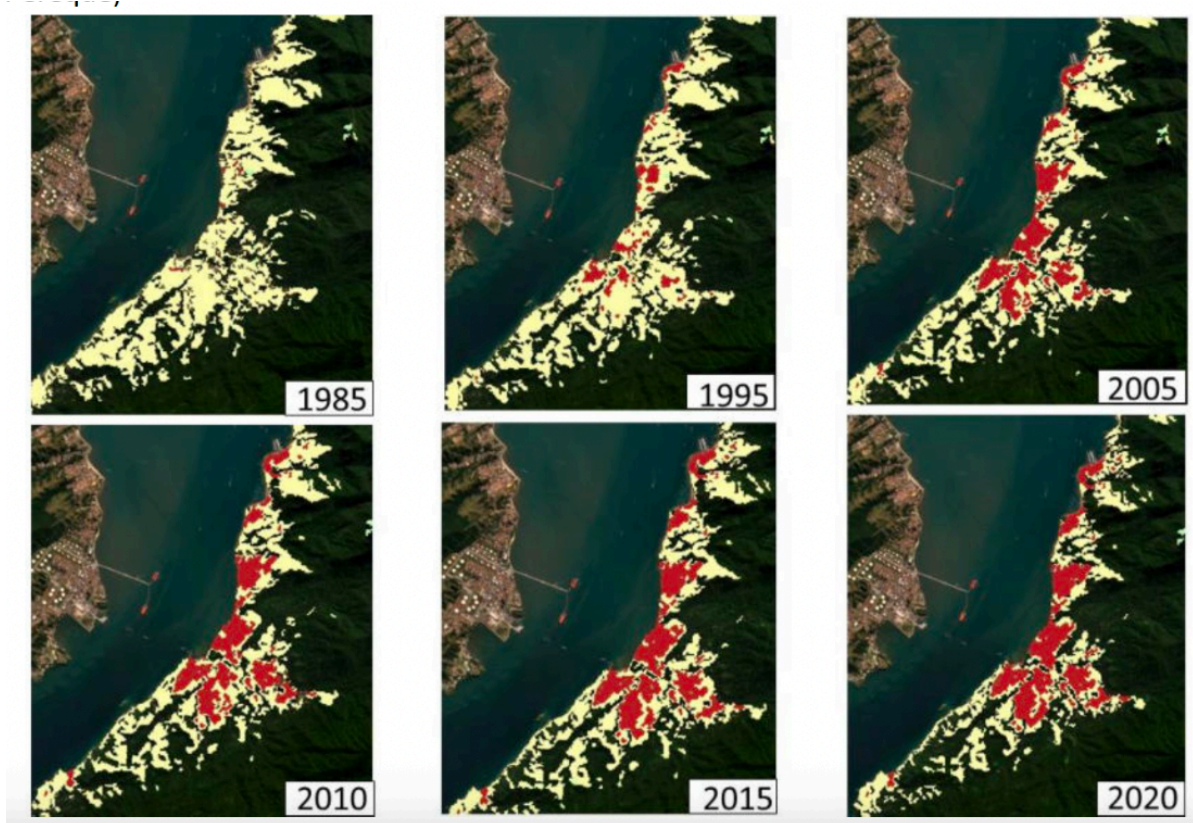


Fonte: Prefeitura de Ilhabela.

O crescimento no número de hotéis e pousadas revela não só a crescente demanda por serviços turísticos, mas também a consolidação da ilha como destino de praia do litoral paulista. A aceleração observada especialmente entre as décadas de 2000 a 2020, acompanha a ampliação dos fluxos turísticos, do mercado imobiliário e de serviços associados ao lazer. Esse padrão de crescimento e o fato de que apenas nos cinco primeiros anos da década de 2020, 26 novos empreendimentos já foram inaugurados, reforçam a intensidade e a centralidade do turismo na economia local.

O crescimento do número de acomodações coincidiu com a aceleração do processo de urbanização no município, que se aqueceu entre os anos 1985 e 1995, mas evoluiu substancialmente entre 1995 e 2005, estacionando a partir daí, segundo levantamento oficial que pauta a revisão do plano diretor, elaborado por Geo Brasília (2023). Essa variação é demonstrada nas imagens aéreas abaixo, na qual a mancha urbana é representada em vermelho.

Imagem 19 - Evolução da mancha urbana de Ilhabela entre 1985 e 2025



Fonte: MapBiomias, 2023 *apud* Geo Brasilis, 2023.

As imagens demonstram que o aquecimento do turismo tem uma relação direta e profundamente articulada com a aceleração do processo de urbanização. Enquanto a década de 1980 marca o início da ampliação significativa do número de hotéis e pousadas, é entre 1985 e 2005 que se verifica a transformação mais expressiva do espaço urbano. Esse movimento não ocorreu de maneira aleatória: a expansão das acomodações turísticas demandou, impulsionou e justificou investimentos estatais e privados em infraestrutura urbana, na reconfiguração dos bairros, no aumento da oferta de serviços e na ocupação de novas áreas.

A relação entre urbanização e turismo em Ilhabela aponta para uma interdependência: o crescimento do setor impulsionou a instalação de novos hotéis, pousadas e empreendimentos de lazer, ao mesmo tempo que fomentou mudanças profundas na estrutura urbana. À medida que a demanda por hospedagem e serviços turísticos se expandiu, tornou-se necessário também investir em infraestrutura viária, expansão de bairros, novas áreas residenciais e infraestrutura para grandes empreendimentos privados, alterando as formas de ocupação do solo.

Tanto é que o município possui hoje uma extensa rede de restaurantes cinco estrelas de chefes renomados da capital paulista, lojas de marcas dos shoppings mais caros de São Paulo, como Farm, Cantão, Micaela, Vila Salga e Pescadora Cozinha Mar. Esta suposta “modernização” implicou também em aumento da pressão imobiliária. A valorização do solo em um lugar direcionado ao consumo das elites acabou por hierarquizar o acesso à Ilha, favorecendo grupos ligados ao mercado turístico e aos comércios de alto padrão.

Durante o boom do turismo em Ilhabela, especialmente a partir dos anos 1980 e com maior intensidade nas décadas seguintes, grandes redes hoteleiras, construtores de condomínios de luxo e veranistas endinheirados passaram a disputar áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades caiçaras (Scifoni, 2006). Entrevistados lembram de um período em que investidores faziam propostas de compra de terrenos, por preços muito abaixo do mercado. Nada acostumados com as relações capitalistas e com a ideia de propriedade privada, os caiçaras acabaram seduzidos pelas propostas e venderam terras ancestrais, ocupadas há gerações.

“Muitas vezes foi por inocência mesmo. Vizinhos venderam terras a preço de banana imaginando estarem fazendo um bom negócio, sem saber que teriam seu acesso àquele local restrito. Alguns até trabalharam com os turistas por alguns períodos, mas logo acabaram dispensados e vivendo em uma condição pior. Alguns se mudaram para outros municípios” (Entrevistado 5, 2025).

As localidades, em geral lugares de apropriação coletiva da natureza, como praias, áreas de mata, costões e cachoeiras, se tornaram alvos da especulação imobiliária para instalação de resorts e segundas residências de alto padrão. Com a força do dinheiro, estes agentes do capital conseguiram restringir o acesso dos caiçaras a locais, seja comprando propriedades tradicionais a preços módicos, seja fechando acessos e grilando áreas coletivas e terras públicas, como relatam os entrevistados.

“Por volta dos anos 1940 e 1950 houve também muita grilagem de terras do Estado. Além disso, alguns que viviam em locais privilegiados, à beira mar, venderam suas terras muito baratas e acabaram sem nada” (Entrevistado 7, 2025).

Vale atentar que durante o trabalho de campo e as entrevistas, foi identificado que algumas poucas famílias da costa sul da Ilha aproveitaram tanto de ciclos econômicos quanto do período de supervalorização da terra e conseguiram acumular capital, ascendendo socialmente. Em geral, para esses grupos, há uma identificação menor com a cultura caiçara tradicional, se autodesignando apenas como famílias tradicionais do município.

5.2 - Estudo de caso: DPNY e Casa Di Sirena

Parte dessa dinâmica de apropriação privada de bens coletivos e espoliação é representada nos exemplos dos hotéis o DPNY Beach & Spa, na Praia do Curral, e o Casa Di Sirena, da rede Wyndham, na Praia do Veloso¹⁵, ambos da costa sul de Ilhabela e os dois primeiros hotéis de luxo de bandeira internacional do município. Os empreendimentos adotam o conceito de resort de praia, vendendo a ideia de acomodações cinco estrelas muito próxima à natureza e à cultura caiçara tradicional, utilizando inclusive elementos nativos como parte da sua decoração - além de jardinagem com espécies da Mata Atlântica e obras de arte, que mixa sofisticação a um estilo mais rústico e despojado.

O DPNY foi inaugurado em 1999, já com a proposta de atender um público de alto padrão e com sucessivos investimentos em ampliação. Voltado ao turismo de sol e mar, hoje ele reúne 84 suítes, todas cinco estrelas. Em 2025, foi reconhecido como o 11o melhor hotel do Brasil segundo o prêmio Travelers' Choice¹⁶. Sua história, porém, ilustra bem o processo de espoliação vivido pelos caiçaras do sul da Ilha com o aquecimento do turismo.

Em 2016, Calvente mapeou o processo de desterritorialização dos caiçaras da praia do Curral, analisando 87 escrituras de cessão de direitos hereditários e possessórios entre 1991 e 2010. A autora analisou quem vendeu e quem comprou terras, além de realizar 106 entrevistas com famílias caiçaras da praia.

Vale atentar que até os anos 1990, elas conviviam com a atividade turística na região, mas de forma ainda incipiente, com campings e restaurantes rústicos. A comunidade possuía uma casa de farinha comunitária e vivia da pesca artesanal,

¹⁵BATISTA, Daniel Akstein, 2024.

¹⁶ À beira-mar em Ilhabela, DPNY Beach Hotel & SPA é eleito um dos melhores hotéis do Brasil em 2025, 2025.

mantendo festas e danças populares. Como observa a autora, é a partir dos anos 2000 que a situação começa a mudar, juntamente com a inauguração do resort DPNY Beach Hotel & Spa.

A construção e ampliação do hotel foi feita comprando residências e terrenos, tanto de caiçaras como de turistas, em especial entre 2001 e 2005, período em que também houve o asfaltamento da rede viária da praia. Das 87 escrituras analisadas, duas são de permuta. A primeira delas foi firmada entre poder público municipal e o DPNY em 30 de dezembro de 2008, último dia da gestão do prefeito da época. Ele refere-se a troca da passagem de servidão antiga que levava até a praia por outra mais distante. A área ao redor da antiga passagem havia sido adquirida pelo proprietário do resort, o alemão Wolfgang Napirei.

Esse movimento deixa explícito a atuação no poder público para criar a estrutura necessária para aquecer e incentivar o turismo de alto padrão: tanto o asfaltamento da via quando a troca da passagem de servidão revelam que não só o poder municipal direciona investimentos para favorecer o capital privado, quando demonstra que existem “dois pesos e duas medidas” na aplicação da lei para investidores de grande poder aquisitivo.

Mais que isso: o Estado passa a operar segundo a lógica da espoliação urbana descrita por Kowarick. Ao mesmo tempo que cria infraestrutura sofisticada para o turismo de luxo, não garante que os caiçaras tenham acesso aos bens de consumo coletivo necessários à sua reprodução social. Esta dinâmica não é contraditória, mas funcional ao modelo de acumulação baseado na mercantilização do espaço social.

O Plano Diretor do Município¹⁷, de 2006, prevê em seu artigo 27, parágrafo 4o, que seja garantido “acesso a praia para pedestres com largura mínima de 4 metros e distância máxima de 200 metros entre os acessos”, seguindo a legislação federal. A Praia do Curral, com pelo menos 500 metros de extensão, perdeu três das suas quatro passagens, justamente porque elas estavam em área de interesse de restaurantes e do DNPY, que queriam exclusividade para os usuários. Hoje, resta apenas uma passagem, como foi verificado nos trabalhos de campo.

O proprietário do DPNY fez uma parceria em 2004 com a administração pública para construir passagem pública para a praia do Curral, em contrapartida de ter fechado a passagem antiga, já que ele comprou o terreno que compreendia a

¹⁷ O documento, de 2006, está passando por um processo complexo de revisão, desde 2023.

passagem antiga e a fechou. Teve muita briga nossa para conseguir garantir essa passagem (Entrevistado 1, 2024).

Chama a atenção também que o complexo de luxo foi construído com a compra de terras caiçaras. Para responder a pergunta "quem vendeu?", Calvente analisou e organizou os nomes que se repetiam nas escrituras analisadas, chegando a seis sobrenomes citados majoritariamente. Para preservar as famílias, foram usados nomes de praias e ilhas do município ao invés dos nomes propriamente ditos.

O que mais se repetiu, chamado pela autora de "Búzios", representa a família caiçara mais numerosa do Curral. Nos documentos do cartório aparecem 37 pessoas com esse sobrenome. Delas, 18 ainda moravam no Curral na época do levantamento e as demais migraram para outros municípios litorâneos da região sul e sudeste do país, após a venda das terras. Os que permaneceram na praia reconstruíram suas residências em um espaço menor, sem a área do tradicional quintal caiçara, e muitos em área de encosta.

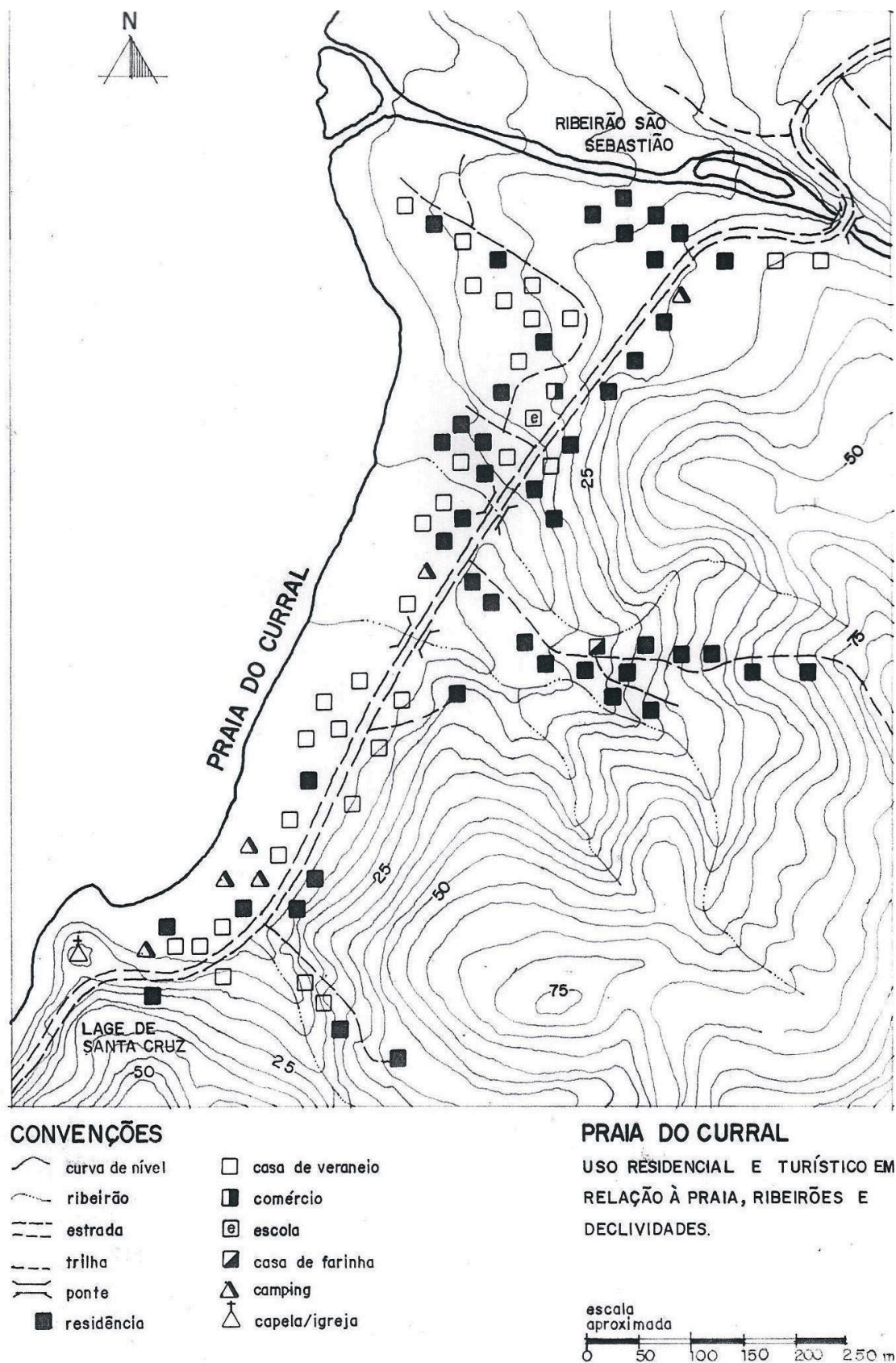
Além dos "Búzios", a família chamada "Enchovas" apareceu com 19 nomes nas escrituras e "Castelhanos" com 12. Destes últimos, apenas três ainda moravam no Curral na época da pesquisa. O restante também migrou para outros municípios litorâneos ou para bairros periféricos de Ilhabela, segundo Calvente (2016). Juntas, as três famílias venderam 266.409 metros quadrados de terra entre 2001 e 2005.

Responder "quem comprou?" demandou menos trabalho de tabulação da autora. Se destacam prioritariamente dois nomes: o de um proprietário de segunda residência, morador da capital paulista (com oito escrituras), e a empresa DPNY, com 36 – mais de um terço das 87 escrituras analisadas. A área adquirida pelo resort totaliza 241.000 metros quadrados ou um terço do total do bairro.

Vale ressaltar que o DPNY pagou pelo metro quadrado uma média de R\$38,63. Para comparação, o veranista segundo colocado na compra de terras no Curral pagou na média R\$53,45 o metro quadrado. Na época, o valor girava em R\$ 72 o metro quadrado, segundo sites especializados pesquisados pela autora¹⁸.

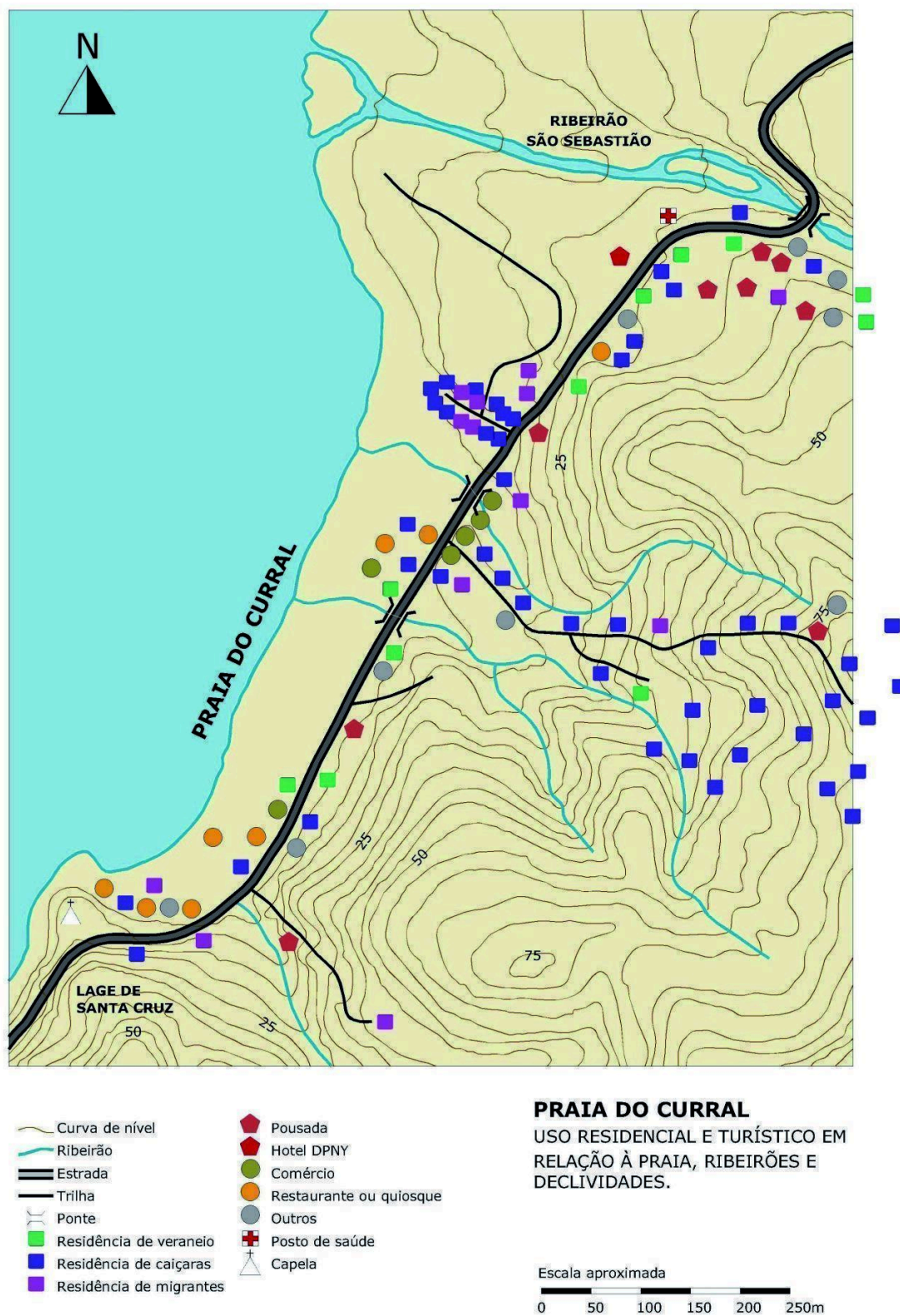
¹⁸ As informações foram consultadas no site VivaStreet, em 2011. A plataforma é o quarto maior website de anúncios classificados gratuito no mundo. Acesso: 17 set. 2025.

Mapa 4 - Área da praia do Curral em 1990



Fonte: Calvente, 1993.

Mapa 5 - Área da praia do Curral em 2011



Fonte: Miriam Coradini. Fonte: Calvante.

O que restou para os caiçaras foram alguns restaurantes e quiosques mais populares e novas residências, que foram construídas subindo a encosta, como demonstram os mapas acima.

Esse processo provocou uma transformação no espaço: as casas caiçaras que sobraram reduziram significativamente de tamanho, perdendo seus tradicionais quintais caiçaras. Não há mais campings (os antigos foram transformados em restaurantes de praia). Mesmo as casas de veraneio de turistas de renda média foram impactadas: das 30 existentes nos anos 1990, sobraram 22 em 2011.

Enquanto isso, o resort DPNY cobra diárias altíssimas por estadia cinco estrelas com pé na areia, em locais antes de usufruto caiçara. Para se ter uma ideia, o pacote de Réveillon para se hospedar no hotel custou a partir de R\$ 29.990 por cinco noites, entre 29 de dezembro de 2024 e 3 de janeiro de 2025¹⁹.

Imagem 20 - Entrada do Resort DPNY, um dos mais caros e luxuosos de Ilhabela, na Praia do Curral, do eixo sul do município



Fonte: Própria autora, 2024.

¹⁹ MPF abre inquérito para investigar possível construção de hotel em praia de Ilhabela onde vive comunidade caiçara. G1, 2024.

A imagem da fachada do hotel, acima, tenta justificar os preços elevados. A arquitetura de alto padrão, o cuidado estético e o estratégico estacionamento do carro de luxo de um hóspede na entrada criam um ambiente de status e exclusividade, mostrando que são poucos os que são bem vindos no hotel, construído à custa da pilhagem de terras ancestrais.

O hotel também ocupa uma faixa importante de areia da praia com mesas, cadeiras e ombrelones para os turistas, impedindo e dificultando o acesso de tanto de banhistas menos endinheirados quanto de caiçaras que tentam se deslocar aos costões para pescar ou realizar outras atividades tradicionais, como demonstrado na imagem 21.

A presença de mobiliário de bar de alto padrão posicionado diretamente sobre a faixa de areia compõe um cenário típico de empreendimentos de lazer e turismo de sol e mar de alto padrão em Ilhabela. Essa ocupação privada da área costeira, com mesas, cadeiras e possíveis delimitações para atendimento exclusivo, atua como barreira física e simbólica ao livre acesso de moradores, caiçaras e demais visitantes à praia.

Imagem 21 - Espreguiçadeiras do “bar boutique” DPNY, na Praia do Curral, Ilhabela



Fonte: Própria autora, 2024.

Ao transformar um bem natural e coletivo na extensão do serviço comercial, a prática restringe o uso público, fragmenta o espaço e reforça dinâmicas de hierarquização e exclusividade. O mobiliário sobre a areia materializa o processo de apropriação do espaço descrito por Lefebvre, convertendo a natureza em produto de consumo para segmentos mais abastados.

“Ele [o proprietário] colocava as cadeiras, que são bonitas inclusive, na praia. Como a área é pública, se eu chegar com a minha cadeirinha eu posso colocar do lado da dele. Mas eles começaram a trazer seguranças, de preto, que expulsam as pessoas. Até que um dia eles expulsaram um Promotor de Justiça, que foi lá propositalmente para averiguar uma denúncia” (Entrevistado 3, 2024).

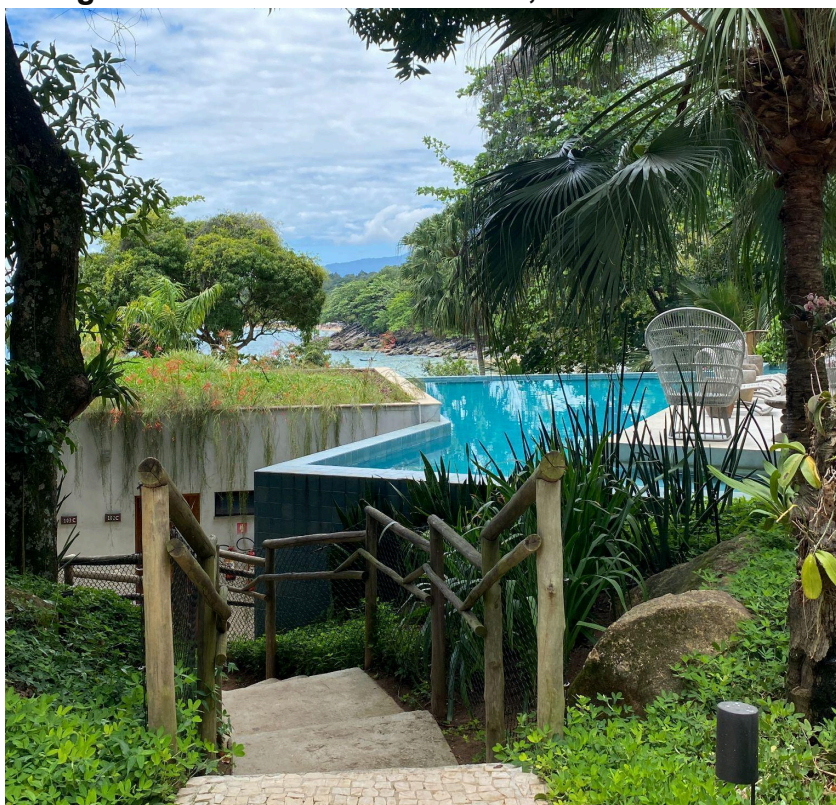
A ocupação do espaço da faixa de areia pelos clubes de praia foi um grande descontentamento dos caiçaras ouvidos nas entrevistas. A maioria deixa claro que essa apropriação limita o uso da praia, intimida os caiçaras e impõe uma barreira (simbólica e física) em um local antes de livre acesso. O entrevistado 4 mostrou extremo descontentamento com a discriminação que sofrem caiçaras e turistas menos abastados, “trabalhadores de São Paulo que lutam muito para trazer a família para passar um dia aqui”, em suas palavras.

A pouco mais de um quilômetro do DPNY, está localizado o hotel Wyndham Casa Di Sirena, na Praia do Veloso, a segunda hospedagem de bandeira internacional do município, ligada à rede Wyndham, conhecida por oferecer acomodações cinco estrelas em diversas cidades do mundo.

Com 15 mil metros quadrados, o hotel promete hospedagem de luxo com “pé na areia” e afirma oferecer acesso exclusivo à Praia do Veloso, além de atividades náuticas, restaurante e bar e piscina climatizada. As diárias variam de R\$ 1.600 a R\$ 3.300²⁰.

²⁰ Consulta realizada na plataforma Booking, em 24 de novembro de 2024, para hospedagem para dois adultos no mês de dezembro do mesmo ano. Acesso em 24 nov. 2024.

Imagem 22 - Hotel Casa Di Sirena, na Praia do Veloso



Fonte: Própria autora, 2024.

Ao observar a imagem acima, da área da piscina do empreendimento, percebe-se arquiteturas voltadas à integração paisagística e ao alto padrão, com áreas de lazer imersas na natureza e cuidado estético das instalações. O paisagismo planejado, as áreas privativas e a infraestrutura de lazer exclusiva — como piscinas panorâmicas e lounges com vista privilegiada para o mar — sinalizam a intenção de oferecer uma experiência diferenciada, destinada a um público de alto poder aquisitivo.

Esse esforço para o refinamento representa a busca por excelência, onde cada detalhe contribui para compor um imaginário de exclusividade e sofisticação. Ele, porém, se choca com a dureza da realidade. Em 2018, organizações caiçaras (que não serão identificadas para preservar a segurança dos integrantes) e a Polícia Ambiental protocolaram uma denúncia junto ao Ministério Público sobre o hotel, que acabou se tornando uma ação civil pública, por diversas irregularidades ambientais na construção.

Trata-se de um terreno cortado por dois córregos o que, segundo a legislação ambiental, o torna uma Área de Proteção Ambiental (APP). Seria necessário deixar uma área de compensação de 30 metros a partir de cada córrego, que não foi

respeitada. A taxa de ocupação do solo por construção também foi superior à permitida pela legislação municipal, além de construções em faixa de marinha.

Apesar de funcionar como um hotel, até hoje o empreendimento é cadastrado na prefeitura como um “condomínio residencial”, a fim de obter vantagens e facilidades para o funcionamento. A ação na Promotoria de Ilhabela cita também “suspensão ou danos a vegetação nativa em área urbana” e “parcelamento do solo e APP urbanos”²¹.

Apesar das irregularidades comprovadas, as partes denunciantes acabaram por desistir da ação, após receberem ameaças de processos judiciais de representantes do hotel. Sem recursos financeiros para arcar com a briga jurídica e tremendo perdas e perseguições, a decisão foi arquivar a ação, em 2021.

“Parece que quando uma pessoa tem muito dinheiro, ela vai recorrendo, vai recorrendo e assim fica irregular, mas para o resto da vida” (Entrevistado 2, 2024).

A paisagem caiçara, que compreendia roçados, ranchos de pesca e casas de farinha, foi substituída por construções de estilo padronizado que seguem tendências globais de arquitetura de luxo, como piscinas de borda infinita, mobiliário de praia e jardinagem com espécies exuberantes da Mata Atlântica. Ao mesmo tempo, as praias (loais de reprodução da vida caiçara) foram convertidas em produtos turísticos, em processos claros de homogeneização do espaço.

Em processos como os aqui descritos, a Ilha foi fragmentada em enclaves turísticos, com áreas homogêneas voltadas ao turismo de alto padrão e bairros populares deslocados para os morros. O caiçara que antes tinha acesso integral ao mar e à terra, acabou confinado a áreas mais altas e precárias, o que cria uma hierarquização entre as áreas para a elite, ocupadas por turistas, e áreas periféricas, onde vive a população local.

“Parece que os grandes proprietários conhecem políticos, juízes e acabam conseguindo aprovar construções em áreas que nós não conseguiríamos. Com o poder do dinheiro eles pressionam demais” (Entrevistado 5, 2025).

²¹ SÃO PAULO (Estado), 2021.

5.3 Um panorama do turismo e dos turistas de Ilhabela

A presença de redes internacionais de hospedagem de luxo ilustra o reconhecimento de Ilhabela como um nicho de mercado promissor para o turismo de alto padrão. O interesse dessas redes se explica não apenas pela paisagem exuberante e pela preservação ambiental, mas também pelo potencial de rentabilidade associado ao turismo seletivo, que valoriza experiências personalizadas e serviços premium. O município reúne atributos que dialogam com tendências globais do turismo de luxo, como autenticidade cultural, preservação do meio ambiente e privacidade, tornando-se um destino atrativo para investidores que buscam associar suas marcas a locais elitizados, reforçando práticas de diferenciação e a criação de enclaves turísticos.

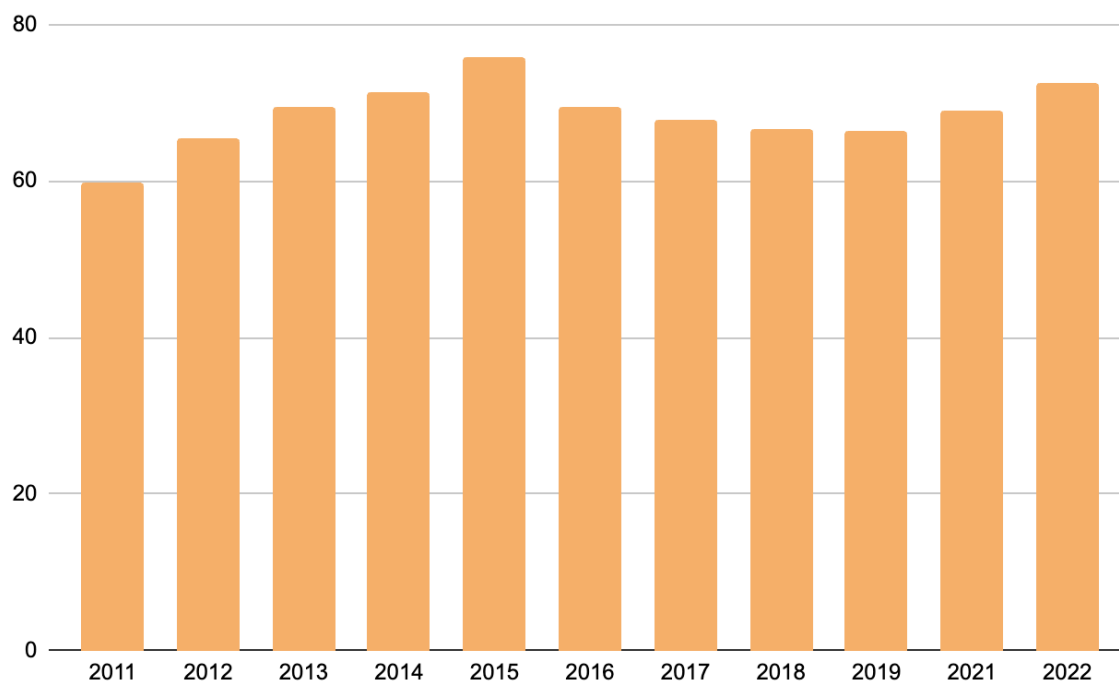
Se engana quem pensa que os preços elevados das diárias podem reduzir a ocupação ou deixar quartos ociosos. O ticket médio do setor de turismo em Ilhabela (indicador que avalia o desempenho das vendas) cresceu na temporada de 2024, com a recepção de 800 mil turistas só entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024. A expectativa da Secretaria de Turismo do município era chegar a 2 milhões até o final do ano, segundo declaração do secretário de Turismo de Ilhabela durante o ano de 2024, Harry Finger, à revista M&E²². Segundo dados do Observatório do Turismo de Ilhabela, 1,9 milhão de pessoas entraram no município entre janeiro e dezembro de 2024²³.

Porém, sabe-se que a média anual da ocupação hoteleira nos finais de semana tem aumentado significativamente. Ela passou de 59,69% em 2011 para 72,42% em 2022, o melhor resultado dos últimos sete anos, superado apenas por 2015 (75,72%), seguindo o gráfico abaixo²⁴.

²² BRITO, Janaina, 2024.

²³ ILHABELA. Fluxo de entrada na cidade.

²⁴ ILHABELA. Anuário Estatístico 2022.

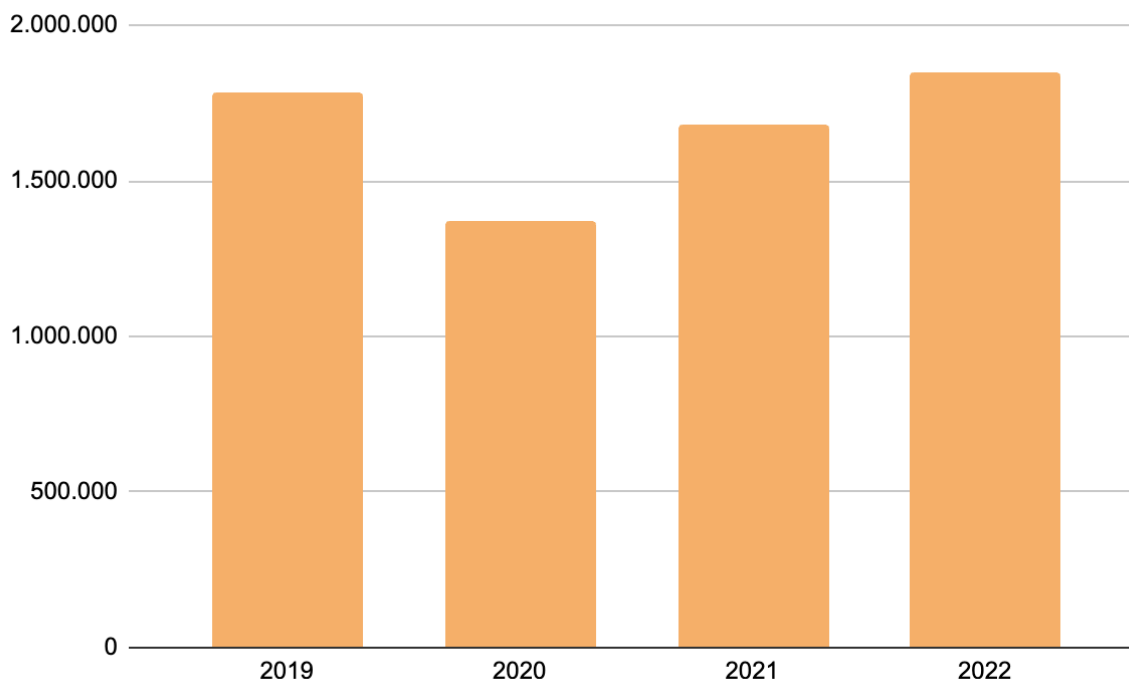
Gráfico 2 - Média anual da ocupação hoteleira em Ilhabela

Fonte: Associação comercial e empresarial de Ilhabela, no Anuário do Turismo de Ilhabela de 2022

O total de pessoas que entram no município também vem aumentando ano a ano, passando de 1,7 milhão em 2019 para 1,8 milhão em 2022, uma recuperação rápida após queda nos anos de 2020 (1,3 milhão) e 2021 (1,6 milhão), devido pandemia de covid-19²⁵.

Os dados revelam um fluxo turístico significativo e relativamente estável, com taxas expressivas de ocupação ao longo dos anos, indicando não apenas alta demanda, mas também resiliência do mercado mesmo diante de eventuais sazonalidades ou oscilações conjunturais, como a pandemia de covid-19. Ao constatarem a robustez do fluxo turístico e a capacidade da ilha de sustentar ocupações elevadas, as redes hoteleiras encontram um ambiente propício para investimentos de grande porte e padrão internacional.

²⁵ Idem.

Gráfico 3 - Número de turistas em Ilhabela

Fonte: Anuário estatístico do turismo em Ilhabela, 2022.

Mas quem é o turista que busca Ilhabela para aproveitar os momentos de descanso e lazer? Essa pergunta é fundamental para construir um panorama fidedigno da atividade turística no município - tanto que a prefeitura tem se empenhado em traçar um perfil de renda dos visitantes, por meio de uma pesquisa quantitativa, ainda não publicada. Alguns dados, no entanto, foram adiantados para essa dissertação e serão aqui apresentados, mas vale dizer que são dados preliminares, que representam o momento presente da pesquisa e que podem sofrer alterações e atualizações até a publicação deste trabalho.

Técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo abordaram visitantes na fila da balsa em períodos pré-determinados entre 2 de junho de 2024 e 25 de abril de 2025. Eles entregaram aos turistas um tradicional adesivo com o símbolo da cidade e um QRCode para a resposta de um questionário *online* sobre o perfil socioeconômico do visitante. Ao todo, 501 pessoas responderam as perguntas, das quais 440 indicaram sua renda, de forma precisa ou arredondada, em valores numéricos.

Os resultados chamam a atenção: a renda média mensal familiar dos turistas de Ilhabela é bastante elevada, calculada em R\$27 mil - muito acima da renda

média dos brasileiros, estimada pelo IBGE em R\$3.057 em 2024²⁶, reforçando o perfil de alta renda da maioria dos turistas. A maior renda mensal familiar computada foi de R\$1 milhão.

É uma situação de acentuada desigualdade, que se reflete de forma muito grave quando se compara a renda média dos turistas com o perfil socioeconômico da população local. Dados do Cadastro Único para Programas Sociais no Município de Ilhabela de 2023, compilados por Geo Brasilis, apontam que 38,79% dos moradores (ou 13.396 pessoas) possuem renda familiar baixa ou muito baixa. Delas, 10,73% estão em situação de pobreza extrema, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 3 - Cadastro Único para Programas Sociais no Município de Ilhabela em 2023

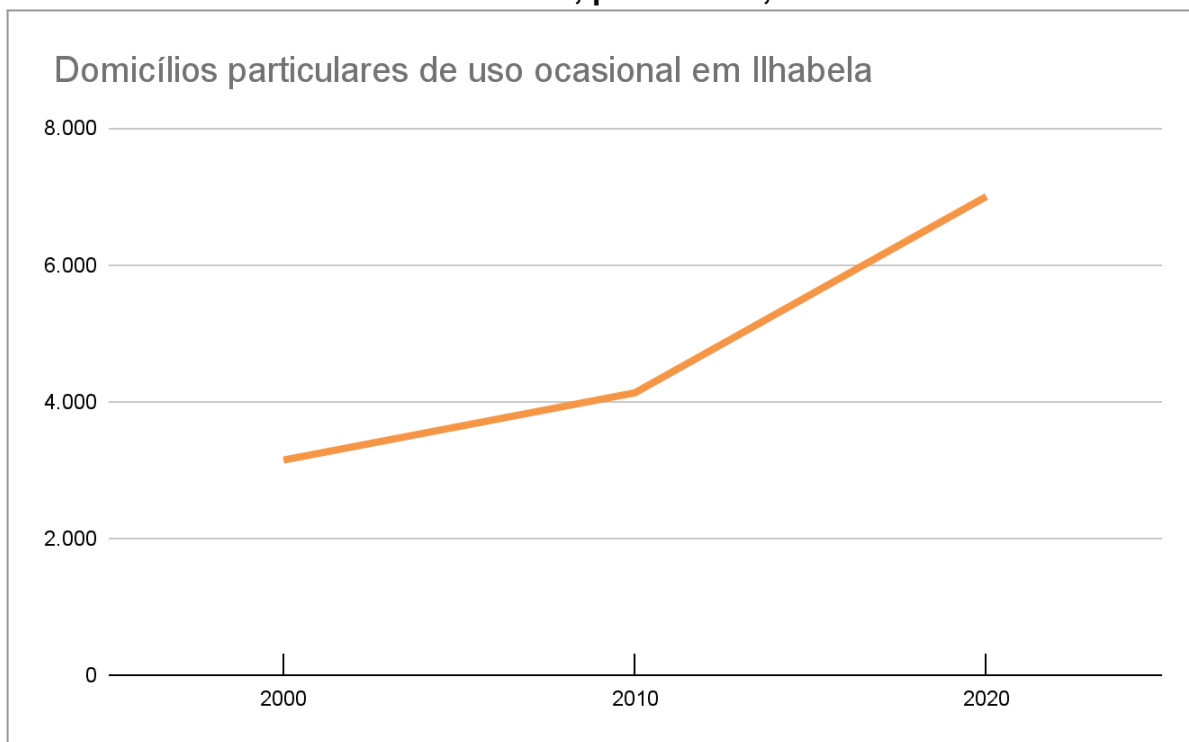
Faixa de renda	Quantidade de famílias	Quantidade de pessoas	Porcentagem da população (2023)
Situação de extrema pobreza	1.692	3.705	10,73%
Situação de pobreza	683	1.922	5,57%
Baixa renda	1.858	5.082	14,72%
Acima de ½ salário mínimo	1.515	2.687	7,78%
Total	5.748	13.396	38,79%

Fonte: CECAD, 2023. Seade, 2023. Elaboração: Geo Brasilis.

A pergunta que fica é: a população de Ilhabela tem acesso ao lazer e ao espaço social que ela ajuda a construir com sua força de trabalho? Quem são os reais beneficiados pelo aquecimento do turismo de luxo? A população caiçara ou as grandes redes hoteleiras, a prefeitura e os próprios turistas?

²⁶ BOLZANI, Isabela; MOURA, Rayane, 2025.

Gráfico 4 - Evolução do número de domicílios particulares de uso ocasional em Ilhabela, por década, entre 2000 e 2020



Fonte: Censo 2010 e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
Elaboração: Geo Brasília, 2023 e própria autora, 2025.

É possível ter uma ideia das respostas analisando a questão habitacional de Ilhabela, afinal não foi apenas o número de hotéis e turistas que aumentou expressivamente a partir dos anos 1980. O total de domicílios para uso ocasional, as casas de veraneio, também cresceram nos últimos anos. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo estima que 7 mil imóveis sejam direcionados para uso temporário, 59% a mais do que o contabilizado em 2010. Entre 2000 e 2010, o crescimento havia sido de 31,3%, chegando a 4.130 unidades.

As residências de uso ocasional são imóveis destinados predominantemente ao lazer, férias ou fins de semana, não servindo como moradia principal de seus proprietários. São ocupadas por moradores temporários, sobretudo durante o verão ou em feriados prolongados. Muitas vezes as segundas residências de Ilhabela são empreendimentos de luxo que atendem à busca por sofisticação, conforto e fuga da rotina de uma classe mais abastada. Elas concentram-se principalmente em áreas valorizadas do município, em terrenos à beira mar e em condomínios fechados, por vezes segregados da malha urbana, contribuindo para processos de valorização imobiliária, alteração do perfil urbano e intensificação da segregação socioespacial.

São imóveis que deixaram de cumprir sua função social prioritária, da moradia, para serem convertidos em ativos de renda para proprietários externos e investidores.

Na prática, o aumento do número de domicílios particulares de uso ocasional traz consigo consequências para as populações caiçaras, observadas nos trabalhos de campo e reforçadas nas entrevistas com os moradores. São elas:

- a) **Perda de função social do espaço urbano:** A proliferação de casas de veraneio fragmenta o tecido social dos bairros, enfraquece laços tradicionais de vizinhança e compromete a transmissão de práticas culturais e identitárias. Durante longos períodos do ano, esses imóveis permanecem ociosos, enquanto há escassez e precariedade de habitação para a população permanente, afinal, como já vimos, 17,6% dos domicílios de Ilhabela estavam nos chamados “aglomerados subnormais”²⁷.
- b) **Desigualdade no acesso à infraestrutura e políticas públicas:** O foco do poder público e dos investimentos tende a privilegiar o atendimento a turistas e veranistas, muitas vezes em detrimento das necessidades cotidianas das comunidades locais quanto a saneamento, mobilidade, saúde e educação.
- c) **Pressão simbólica sobre modos de vida:** O turismo de luxo redefine padrões de consumo, lazer e estética urbana, impondo uma lógica de exclusão espacial e de discriminação sutil sobre os modos tradicionais de ocupação e uso do território pelos caiçaras. Ao mesmo tempo, há sobreposição de legislações e restrições ambientais que frequentemente penalizam mais os residentes do que os empreendimentos turísticos temporários.

As casas de veraneio de luxo acabam por reforçar um ciclo de valorização imobiliária voltada ao consumo externo, fragilizando ainda mais os moradores tradicionais e sua capacidade de permanência em áreas mais valorizadas. O

²⁷ Designação do IBGE para um conjunto de habitações precárias, ocupando terreno irregular e carente de serviços públicos essenciais, como água, esgoto e energia elétrica. O termo deixou de ser usado em 2024, mas foi utilizado na publicação em embasou a pesquisa, de 2023.

resultado foi a intensificação das disputas pela terra, a descaracterização do modo de vida caiçara e a ampliação das desigualdades socioespaciais.

“Nós sofremos uma grande pressão do turismo e somos jogados para uma lógica de privatização da natureza. Hoje o caiçara depende do turismo para ter renda e emprego” (Entrevistado 4, 2025).

Imagem 23 - Casa de luxo em área costeira no Bixiga, bairro de ocupação tradicional caiçara do eixo sul de Ilhabela



Fonte: Própria autora, 2024.

A imagem acima retrata um pouco do cenário descrito quantitativamente. Trata-se de uma casa de veraneio de alto padrão em área costeira no bairro Bixiga, uma histórica zona de ocupação tradicional caiçara no eixo sul de Ilhabela. A construção revela traços arquitetônicos sofisticados, grande porte, ampla área verde privativa e vista privilegiada para o mar, elementos típicos das residências de veraneio voltadas ao público de alto poder aquisitivo, sugerindo a apropriação seletiva dos melhores sítios litorâneos por novos agentes externos.

Fato é que o investimento em hotéis de luxo, o interesse de famílias abastadas em adquirirem segundas residências para lazer e acumulação e o consequente aquecimento da urbanização acabaram por valorizar o preço da terra em Ilhabela, em especial a partir dos anos 1980, quando de fato o turismo se torna o motor da economia local. A pressão incidiu sobre as famílias caiçaras da área

urbana, que em geral ocupavam grandes porções de terra à gerações, muitas vezes sem documentação definitiva que comprovasse a posse ou a propriedade.

“Ilhabela se tornou uma bolha imobiliária. Não tem mais terrenos porque é uma ilha e um parque estadual, o que limita muito as áreas de construção. Então a pressão é muito grande sobre os caiçaras” (Entrevistado 5, 2025).

Nada habituados com as relações capitalistas de compra e venda, muitos caiçaras do eixo sul de Ilhabela foram seduzidos pelo valor oferecido por suas terras - mesmo que muito abaixo das médias do mercado imobiliário, como ocorreu no caso já citado da Praia do Curral. Foi iniciado, assim, um rápido processo de especulação imobiliária no qual, pela venda, muitas famílias perderam seu local ancestral de reprodução da vida e consequentemente parte importante da sua identidade (Calvente, 1993).

Assim, os caiçaras de Ilhabela que venderam suas terras no boom do turismo acabaram invisibilizados, afastados dos seus locais ancestrais de residência e muitas vezes esquecidos - afinal, hoje, quando se pensa nos caiçaras tradicionais do município se tem por noção principal os núcleos familiares localizados fora da área urbana, nas problemáticas nomeadas “comunidades isoladas”. São elas que são entendidas como “caiçaras” para o poder público e para organizações do terceiro setor que desenvolvem atividades de valorização, resgate e preservação da cultura tradicional.

Essa dinâmica ilustra a tese de Harvey sobre **acumulação por espoliação**: a reprodução do capital depende não apenas da exploração do trabalho, mas também de sucessivos processos de expropriação de terras, bens naturais e direitos, para que seja possível continuar mantendo taxas de lucro e de acumulação. O autor amplia o conceito de Marx (2013) de “acumulação primitiva”, entendido como o processo histórico que retirou do trabalhador a terra e os meios de subsistência, fundando a propriedade privada capitalista. É fundamental que esse processo não seja compreendido como uma etapa superada do capitalismo, pelo contrário: permanece atuante, coexistindo dialeticamente com a reprodução do capital Lencioni (2012).

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos.

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo [...] Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação [...] (Harvey, 2005, p.121)

Em sua forma atual, a acumulação primitiva se manifesta exatamente pela espoliação e pelo movimento de expropriação contínua que priva os trabalhadores do acesso aos bens comuns, aos espaços historicamente ocupados por eles e a uma série de direitos, permitindo a reprodução e a expansão do capital em contextos de crise. Harvey reforça que o capitalismo não se mantém apenas da exploração do trabalho, mas também das sucessivas ondas de despossesamento para transformar bens naturais em reserva de capital. O Estado, segundo o autor, desempenha papel central ao legalizar e viabilizar tais processos, usando ferramentas como a privatização de bens naturais, a mercantilização de territórios e a transformação de bens coletivos em ativos financeiros.

Mas também é possível acumular diante de uma demanda efetiva em estagnação se os custos dos insumos (terra, matérias-primas, insumos intermediários, força de trabalho) sofrerem um declínio acentuado. Logo, o acesso a insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas. A implicação é que os territórios não-capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante (Harvey, 2005, p.117).

Os caiçaras da área urbana de Ilhabela também vivenciaram essa realidade, não em uma escala global ou nacional, mas em uma dinâmica local, que espelha a história dos habitantes nativos de diferentes regiões do litoral norte de São Paulo. A abertura da rodovia Rio-Santos e o Projeto TURIS, na década de 1970,

intensificaram a valorização fundiária, levando à expropriação direta ou indireta das famílias. Espaços de uso comum da natureza — como as praias, os costões e as áreas de roçado — foram cercados e privatizados, inviabilizando práticas tradicionais. A própria criação do PEIb, em 1977, ainda que tenha contido a urbanização descontrolada, reforçou a expropriação ao criminalizar usos ancestrais da terra.

Por fim, a supervalorização da terra no município e o aquecimento intencional do turismo, com propagandas financiadas pelo poder público, transformaram a terra em um ativo financeiro. A acumulação por espoliação (Harvey, 2004) deixou de ser apenas uma dinâmica econômica e passou a adquirir também um caráter social e cultural, já que redefine quem pode habitar, circular e usufruir dos bens naturais, ao mesmo tempo que produz um espaço hierarquizado, marcado pela exclusão de muitos e pelo privilégio de poucos.

Nesse sentido, o turismo de luxo não pode ser compreendido apenas como atividade econômica, mas como mecanismo ativo de espoliação — retirando dos caiçaras o acesso à terra, ao mar e aos bens comuns, para transformá-los em mercadorias disponíveis ao consumo seletivo de poucos. Os movimentos de acumulação por espoliação acabam assim por produzir um espaço destinado não à vida comunitária, mas à valorização de capitais, perpetuando relações históricas de dominação (Harvey, 2004). O Estado e o mercado agem conjuntamente para organizar o espaço de acordo com a lógica do capital, reafirmando desigualdades e hierarquias sociais.

A manutenção das relações capitalistas de poder em Ilhabela ocorre também pela produção de espaços voltados à valorização do capital. Ao transformar praias em parte de uma propriedade privada, costões de pesca em helipontos e outros exemplos que serão demonstrados a seguir, o espaço social é redefinido a partir de critérios de exclusividade, segregação e elitização.

Assim, as famílias caiçaras foram vítimas de um ciclo de valorização imobiliária orientado ao consumo não-residente, que reforça a dinâmica pela qual o capital imobiliário busca paisagens desejadas pelo mercado turístico e de segunda residência (Aquino, 2011). À medida que casas de luxo se tornam cada vez mais presentes nos antigos territórios caiçaras, cresce a pressão econômica sobre os habitantes tradicionais, reduzindo drasticamente sua capacidade de permanecer em áreas valorizadas - inclusive de pagar pelo preço da terra neste “paraíso ecológico”.

Para se ter uma ideia, Ilhabela tinha em 2024 o terceiro metro quadrado mais caro do estado de São Paulo, atrás apenas de Bertioga (R\$18.746) e São Sebastião (R\$11.747). O valor do metro quadrado de Ilhabela não foi divulgado. O levantamento foi feito a pedido do jornal *O Estado de S. Paulo* pela plataforma Zap²⁸.

Apesar do preço elevado, grande parte dos veranistas adquirem terrenos grandes (por vezes superando os 2.000 m²), para construção de imóveis de altíssimo padrão com baixa densidade de ocupantes. Além do tamanho dos imóveis, o padrão de alta renda se reflete nas características dos condomínios e loteamentos de veraneio, na arquitetura das segundas residências e na proximidade e acesso privativo às praias, conforme observado nos trabalhos de campo realizados.

A valorização da terra e o padrão elevado das segundas residências evidenciam como o capital molda o espaço social da ilha, redefinindo seus usos e prioridades. Importante ressaltar que tal valorização é também resultado de uma série de investimentos estatais em infraestrutura, que incentivam a frequência de pessoas de classes mais abastadas no município, garantindo a eles o conforto e a estrutura de um centro urbano em uma ilha paradisíaca.

Tais investimentos não são neutros: eles fazem parte da produção do espaço segundo a lógica dominante, onde o saber técnico, a arquitetura e a racionalidade econômica operam para favorecer interesses de determinadas classes sociais. Como argumenta Lefebvre, a representação do espaço associada ao poder econômico tende a impor formas de ordenamento que ignoram ou subordinam os espaços de representação vividos por populações tradicionais.

Os dados e constatações aqui reunidos mostram o que o campo e as entrevistas já indicavam: o turismo em Ilhabela vem se aquecendo ano a ano, muito incentivado e propagandeado por pelo poder público, com um recorte específico para eventos de alto padrão e para os turistas mais abastados, que buscam estar em contato direto com belezas naturais paradisíacas. Mas quem fica para trás quando a ilha é redesenhada para atender aos interesses de uma elite visitante?

²⁸AGRELA, Lucas, 2024.

6. "TERRITÓRIO EM DISPUTA: ESPOLIAÇÃO E DIREITO À CIDADE EM ILHABELA"

A luta de classes, segundo Lefebvre, se manifesta e se lê no espaço. Em Ilhabela, como vimos, ela se expressa na forma de uma intensa segregação socioespacial, que não é apenas fruto da ausência de planejamento, mas sim de uma lógica de redução do acesso de populações tradicionais aos espaços valorizados do município. O espaço social é um campo de disputa, influenciado pela intensa especulação imobiliária, que facilitou a disseminação de residências de veraneio e hotéis cinco estrelas à beira mar, em locais historicamente ocupados por famílias caiçaras.

Fica explícita uma clara e muito bem definida hierarquia na organização do espaço no município, que pode ser verificada de norte a sul: a população mais abastada, em geral veranistas de segunda residência de alto padrão, ocupam as áreas mais planas, mais próximas às praias de banho do município ou com mais infraestrutura urbana e mais acesso à serviços - e consequentemente as mais valorizadas.

Enquanto isso, a população local - seja formada por caiçaras tradicionais seja por migrantes que já se fixaram no município a mais de uma geração - é empurrada para as áreas mais desvalorizadas, sem possibilidade de usufruir da riqueza que eles constroem diariamente com seu trabalho e de manter hábitos tradicionais caiçaras.

Todos esses elementos produzem um **espaço social** muito particular em Ilhabela. Ele está assentado em uma criticável hierarquização sócio-espacial baseada no acesso às belezas naturais da região. Assim como a metrópole se divide em bairros ricos e pobres, que se hierarquizam, o litoral reproduz essa lógica no espaço de lazer, fundamentando a desigualdade social. A praia, que até por definição legal é um espaço público, vai se tornando um símbolo de status e depois parte da propriedade privada, ampliando patrimônio de famílias já endinheiradas e de redes hoteleiras, mantendo relações sociais de dominação.

A proteção da natureza se transforma em um elemento que favorece a acumulação do capital, como um álibi para justificar a defesa de um turismo de única categoria (voltado para as classes mais altas), que traz maiores retornos

econômicos pela priorização de empreendimentos de alto padrão social (Scifoni, 2006).

Henri Lefebvre (2006) identifica que o espaço capitalista é produzido por três processos fundamentais: homogeneização, fragmentação e hierarquização, que culminam no que o autor conceitua como **espaço abstrato**. Típico do capitalismo, ele é resultado de uma dinâmica contraditória que ao mesmo tempo busca padronizar e segregar, conferindo valores e funções distintas a cada parcela do espaço.

Em Ilhabela, esses processos ocorrem de maneira explícita, seguindo o debate de Lefebvre. A padronização das paisagens e do estilo das casas, hotéis de luxo, condomínios de alto padrão e das marinas seguem modelos globais de consumo elitizado, homogeneizando o espaço. As praias, antes coletivas e de uso comunitário, acabam tratadas apenas como “atrativos turísticos”, vendidas sob o mesmo discurso de “paraíso natural”, independente da sua história.

Essa dinâmica, porém, não eliminou as diferenças. Pelo contrário, as reforçou, fragmentando o espaço. Ilhabela acabou dividida em enclaves socioespaciais: de um lado, hotéis internacionais cinco estrelas, resorts murados, casas de luxo e condomínios fechados voltados para turistas e veranistas; de outro, bairros populares onde vivem famílias caiçaras e migrantes, empurrados para as áreas mais altas e longe da praia.

Por fim, segundo o autor, ocorre a hierarquização socioespacial, que estabelece uma escala de importância, valor e prestígio entre as diferentes áreas do município. Praias da costa sul, como Curral, Veloso e Feiticeira, são hoje valorizadas como espaços de elite, abrigando resorts internacionais, marinas privativas e restaurantes de grife. Em contrapartida, as áreas mais altas e periféricas, para onde foram deslocadas muitas famílias caiçaras, se tornaram espaços desvalorizados. Não à toa, enquanto a renda média mensal dos turistas alcança R\$27 mil, quase 40% da população local vive com renda familiar baixa ou muito baixa, e mais de 10% em situação de pobreza extrema, como já explicitado, segundo dados já apresentados da Prefeitura de Ilhabela e do Cadastro Único do Governo Federal, compilados por Geo Brasília (2023).

O que se observa em Ilhabela é a produção de um espaço quantificado, planejado para o consumo e para o valor de troca, onde a diferença tenta ser apagada em nome da homogeneização. Esse espaço nega os usos anteriores e

impõe uma lógica de exclusão. Os condomínios de luxo, os hotéis internacionais e os loteamentos fechados são manifestações materiais dessa abstração espacial que tenta apagar o vivido.

Está dada a contradição apontada por Lefebvre: a homogeneização turística vende a ideia de um “paraíso padronizado de luxo”, mas que só se sustenta pela fragmentação e hierarquização do espaço. O resultado é um cenário de exclusão, no qual a mercantilização da natureza convive com a resistência cotidiana de seus habitantes tradicionais.

6.1 Espoliação urbana e desterritorialização dos caiçaras urbanos

Na lógica lefebvriana, o **espaço concebido** de Ilhabela — projetado pelo Estado, pelo capital imobiliário e pelo turismo de luxo — impõe uma racionalidade abstrata e transforma praias, costões e áreas de uso coletivo em mercadorias de alto valor, impulsionando a especulação, a privatização de praias e a fragmentação socioespacial. Do outro lado, as comunidades caiçaras, historicamente enraizadas no local, atuam como sujeitos de resistência, mobilizando práticas, saberes e formas de organização coletiva para garantir o **direito à cidade**.

O conceito, discutido por Lefebvre, ganha aqui a dimensão de “direito à ilha”: trata-se do direito não apenas de permanecer no seu local, mas de participar ativamente da produção e da gestão deste espaço coletivo, de acessar as centralidades e de construir cotidianamente os seus sentidos. Para Lefebvre (2011), o “direito à cidade” não significa apenas o acesso físico ao espaço urbano, mas a possibilidade de participar ativamente de sua produção, gestão, significado e uso. Trata-se de um direito coletivo de reivindicar, transformar e experimentar a cidade segundo as necessidades e desejos de seus habitantes, promovendo o **valor de uso** contra a mercantilização (**valor de troca**) promovida pelo capital e pelo turismo.

A exclusão dos caiçaras das decisões sobre o uso da terra, a criminalização de suas práticas tradicionais e a expulsão para áreas periféricas representam, na prática, a negação desse direito, transformando os habitantes em meros usuários passivos de um espaço concebido para outros interesses.

Trata-se claramente do processo de espoliação urbana nos termos de Kowarick, com a privação sistemática do acesso aos bens de consumo coletivo - praias, costões, áreas de pesca, caminhos ancestrais - que eram socialmente

necessários para a reprodução da vida caiçara. O Estado não apenas permite essa espoliação, mas a organiza ativamente através de investimentos seletivos em infraestrutura.

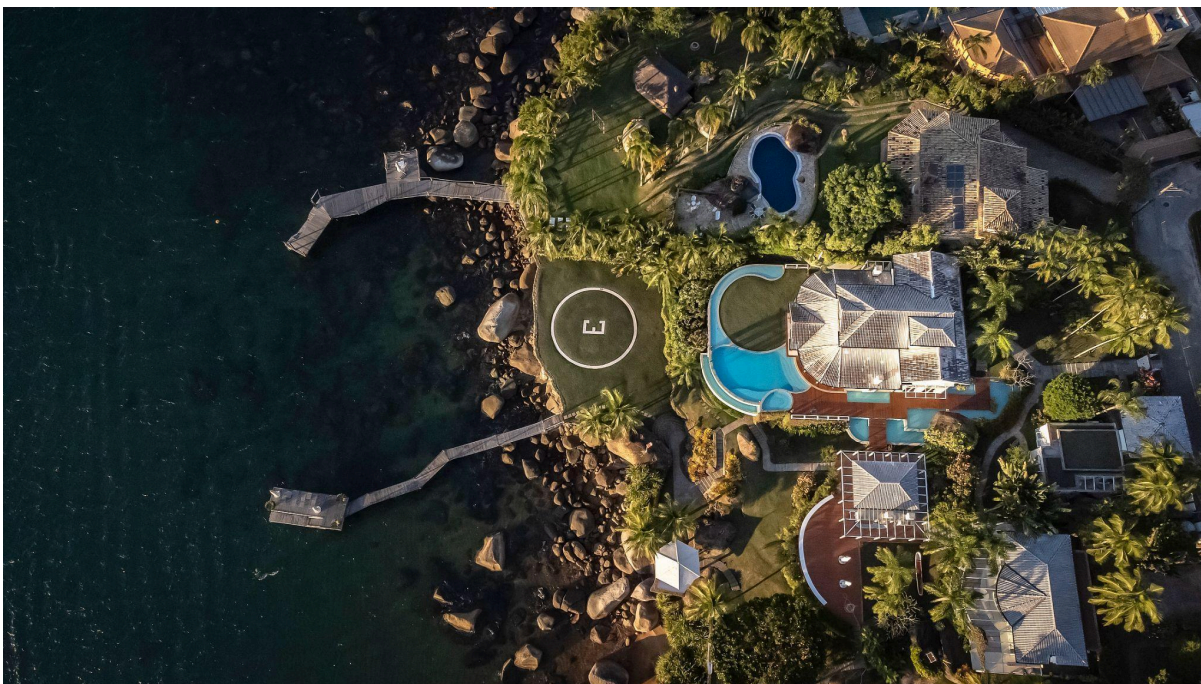
“A gente chegou em uma situação em que o caiçara que mora aqui, que tem seu imóvel, que está na terra por posse, não consegue arcar os custos da vida na Ilha, não consegue mais bancar o IPTU no município. Então ele acaba vendendo a casa para um turista e passa a ser caseiro dele, em terra que há gerações era da família dele. Consegue entender a violência disso? Nós estamos perdendo muito” (Entrevistado 1, 2024).

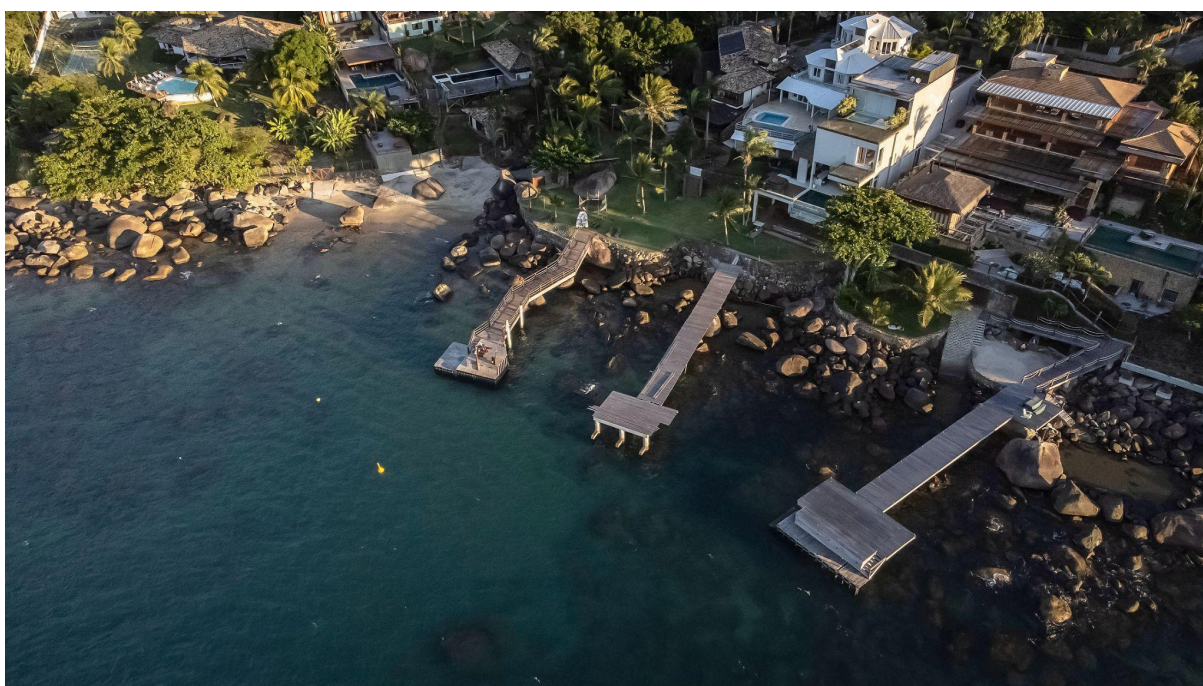
O crescimento do turismo de alto padrão se consolidou por meio de uma agressiva especulação imobiliária, marcada pela invasão de terras ancestrais. Praias foram tornadas privativas, acessos a costões de pesca foram fechados e ranchos de canoas caiçaras foram invadidos e se tornaram portos privados para embarque e desembarque em iates, como exemplificam as imagens abaixo, captadas por drone.

As fotografias aéreas são exemplos dos processos de especulação imobiliária e privatização do espaço social aqui descritos. A propriedade retratada — uma casa de veraneio de luxo na costeira da Praia Grande — simboliza a lógica excludente do turismo de alto padrão, ocupando extensas áreas de faixa costeira que historicamente foram de uso coletivo das comunidades caiçaras.

A presença do heliponto particular e dos dois *piers* privados para desembarque de iates ilustra como antigos pontos de acesso comunitário ao mar foram convertidos em infraestruturas privadas para o lazer da elite. A fotografia mostra uma grande extensão de terra com baixa densidade populacional, jardins luxuosos e piscinas ao redor de toda casa. A propriedade, entre outras vizinhas, é um enclave de privilégio que fragmenta o território, impede o uso tradicional e exemplifica como o capital se apropria das "vocações turísticas" do município, transformando belezas naturais e áreas ancestrais em commodities imobiliárias de altíssimo valor.

Imagens 24, 25, 26 e 27 - Casas de veraneio de luxo na costeira da Praia Grande no sul da Ilha





Fonte: Danilo Ramos.

Essa situação viola tanto o princípio constitucional de que as praias são bens de uso comum quanto o Plano Diretor do Município²⁹, de 2006. Como já apontado, ele garante “acesso a praia para pedestres com largura mínima de 4 metros e distância máxima de 200 metros entre os acessos”, seguindo a legislação federal³⁰,

²⁹ O documento, de 2006, está passando por um processo complexo de revisão, desde 2023. Possíveis atualizações serão incluídas no trabalho ao longo da pesquisa.

³⁰ ILHABELA. Lei nº 421, de 5 de outubro de 2006.

o que muitas vezes não é cumprido, exatamente porque mansões como as da foto fecham acessos às praias e costões.

A situação não é incomum. Não raro, hotéis e investidores privados constroem mansões e grandes estruturas à beira mar fechando o acesso público às praias para torná-las privativas e exclusivas, mesmo que isso desrespeite a legislação. É o caso da Praia da Baleeira, no sul de Ilhabela, uma antiga enseada onde localizavam-se ranchos de canoas de pescadores até o final dos anos 1990 e que teve seu acesso público completamente restrito, não com cercas e muros, mas com cães de guarda e placas, que intimidam os moradores da área. Nos dados tabulados neste trabalho, a partir do registro na prefeitura, esse local será chamado de “Praia Grande 1”.

“Eles [proprietários] começam plantando vegetação para ir fechando a passagem e dificultando o acesso. Quando se vê, ninguém mais consegue chegar na praia” (Entrevistado 2, 2024).

Em todo município são diversas as praias e costões que se tornaram privados, integrados a propriedades privadas como ativos financeiros que valorizam casas de veraneio de alto padrão ou hotéis cinco estrelas. A fim de ter um retrato mais fiel do tamanho deste problema na costa sul de Ilhabela, a presente pesquisa foi a campo mapear e identificar locais de uso coletivo que se tornaram privados a partir da ação de grandes proprietários.

A metodologia de trabalho de campo foi baseada, em partes, em fundamentos da cartografia social, uma abordagem participativa que incentiva os comunitários a serem protagonistas do mapeamento de seus locais de vivência. Acompanhada por membros das comunidades caiçaras locais, a pesquisa utilizou a técnica do “mapa falado” onde os próprios moradores identificaram pontos ancestrais de acesso ao mar que foram fechados por grandes proprietários.

Esta metodologia se fundamenta na premissa de que as comunidades sempre inscreveram formas de uso e ocupação no espaço social e por isso se propõe a mobilizar saberes tradicionais para documentar o processo de espoliação em curso. Junto aos comunitários, o trabalho de campo foi uma investigação participativa, onde a comunidade assumiu papel central na identificação dos conflitos territoriais e contradições que vivenciam.

Durante o trajeto, realizado em carro, durante o mês de julho de 2025, foram percorridos aproximadamente 20 quilômetros, compreendendo toda a costa sul de Ilhabela, dos pontos Sepituba ao Encantado. Moradores mostraram e descreveram como portões, muros e a própria vegetação impediram passagens comunitárias que existiam há gerações. Ao documentar violação de direito de ir e vir, o mapa tornou-se também um instrumento de denúncia e resistência, produzindo dados que comprovam conflitos e ameaças às comunidades.

Ao todo foram identificados 45 pontos de acesso tradicionais, usados por gerações de caiçaras, para acesso ao mar, a costeira ou a pequenas praias utilizadas como ranchos de pesca por oferecer abrigo. Destes 45 pontos 39 estavam descritos no Anexo 2³¹ do Plano Diretor do Município, ainda que sem a geolocalização precisa. Vale atentar que a relação apresentada no documento lista 40 pontos de acesso ao mar ou à costeira no sul da Ilha, mas com um erro verificado em campo: os pontos 19 e 20 (Bexiga e Rua dos Eucaliptos) identificam o mesmo lugar e estão elencados em duplicidade.

Os dados coletados estão listados na tabela abaixo:

Tabela 4 - Situação dos acessos ao mar tradicionalmente utilizados por famílias caiçaras

Acesso	Situação	Consta no Plano Diretor?
Sepituba	Fechado (proprietário permite eventual passagem)	Sim
Frade	Fechado (proprietário permite eventual passagem)	Sim
Borrifos 1	Fechado	Sim
Borrifos 2	Fechado	Sim
Borrifos 3	Fechado	Sim
Borrifos 4	Passagem pública	Sim
Simão (descida para Ponta da Telha)	Fechado	Sim

³¹ILHABELA. Lei nº 421, de 5 de outubro de 2006.

Simão (descida para Porto do Simão)	Passagem pública	Sim
Itaboca 1	Fechado	Sim
Itaboca 2	Fechado	Sim
Itapecerica 1	Fechado	Sim
Itapecerica 2	Fechado	Sim
Mexilhão	Passagem pública	Sim
Taubaté	Passagem pública	Sim
Rodamonte	Passagem pública	Sim
Passagem A*	Fechado	Não
Flechas	Passagem pública	Sim
Porto dos Vermelhos	Fechado (proprietário permite eventual passagem)	Não
São Pedro 1	Passagem pública	Sim
São Pedro 2	Passagem pública	Sim
São Pedro 3	Passagem pública	Sim
Passagem B*	Fechado	Não
Cabaraú 1	Fechado	Sim
Cabaraú 2	Passagem pública	Sim
Veloso 1	Fechado	Sim
Veloso 2	Passagem pública	Sim
Curral 1	Fechado	Sim
Curral 2	Fechado	Sim
Curral 3	Fechado	Sim
Curral 4	Passagem pública	Sim
Bexiga / Rua dos Eucaliptos	Passagem pública	Sim

Rua Conde D'eu	Passagem pública	Sim
Praia Grande 1	Fechado	Sim
Praia Grande 2	Passagem pública	Sim
Praia do Julião	Passagem pública	Sim
Praia da Feiticeira	Passagem pública	Sim
Praia da Feiticeira por Condomínio São Matias	Fechado	Não
Portinho 1	Passagem pública	Sim
Portinho 2	Passagem pública	Sim
Praia Brava	Passagem pública	Sim
Praia do Oscar	Passagem pública	Sim
Ilhote	Fechado (proprietário permite eventual passagem)	Não
Pedras Miúdas	Passagem pública	Sim
Ilha das Cabras	Passagem pública	Sim
Encantado	Fechado (proprietário permite eventual passagem)	Sim

*Passagens sem nomes tradicionais conhecidos e utilizados pelas comunidades

Fonte: Própria autora

Vale pontuar que a metodologia e os dados coletados em campo apresentam algumas limitações que devem ser explicitadas para uma avaliação rigorosa dos resultados obtidos. Em primeiro lugar, a abordagem não abre espaço para a representação espacial das relações de poder que determinam os processos de fechamento, sem identificar os proprietários ou responsáveis por ele. Em segundo, a dependência exclusiva do conhecimento local, embora politicamente legítima, limita a validação cruzada dos dados e pode subestimar acessos não documentados no Plano Diretor ou de uso muito antigo, que podem ter sido esquecidos na visita de campo. Por fim, sozinha, a metodologia não consegue explicar as causas estruturais das disputas por acesso ao mar, por isso tornam-se fundamentais as demais etapas

metodológicas da presente pesquisa (análise documental e teórica, entrevistas, observação etnográfica).

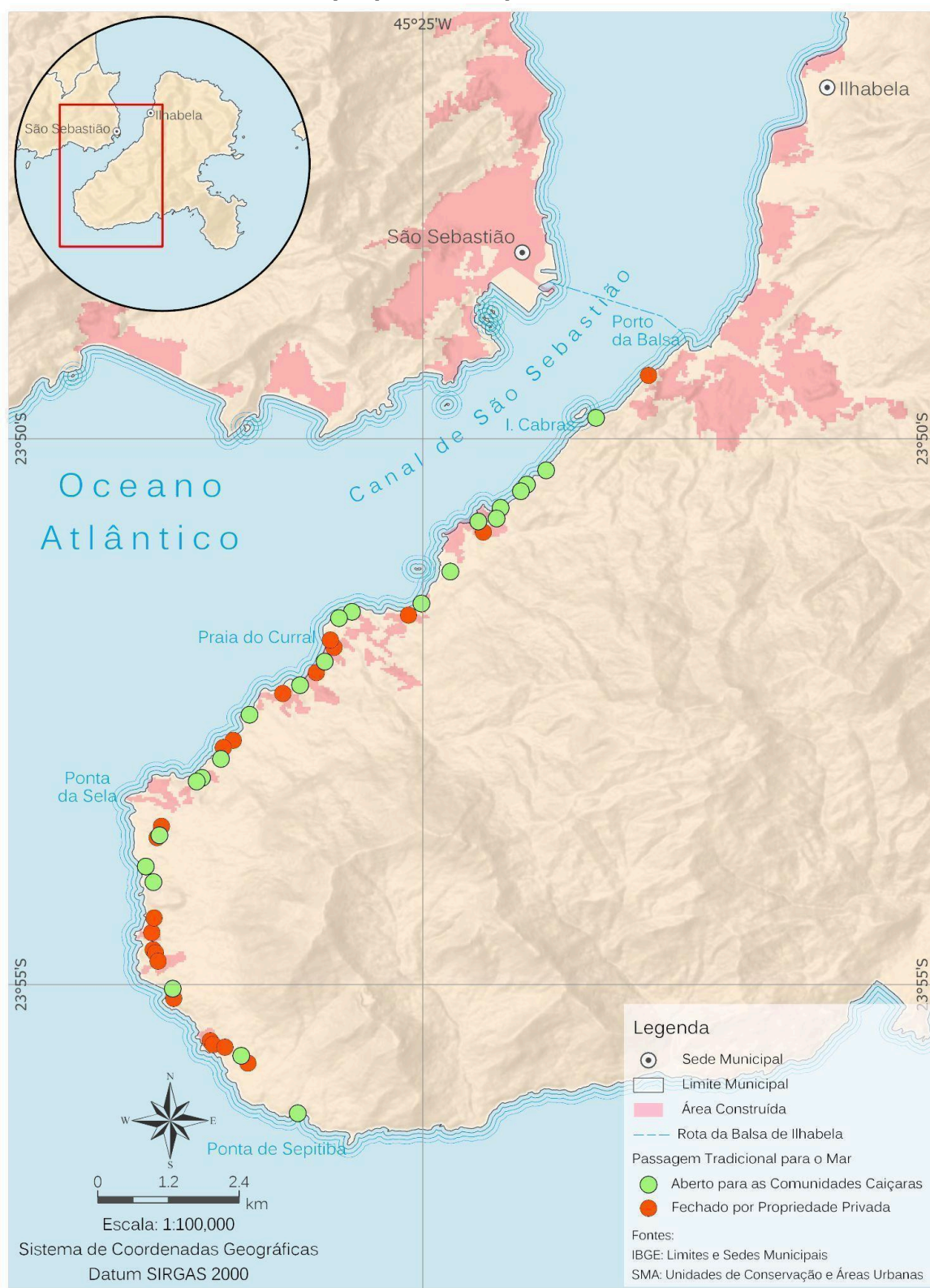
Isso posto, é inegável que o levantamento revelou uma situação alarmante no que diz respeito ao acesso ancestral ao mar pelas comunidades caiçaras. Quase metade (22) dos 45 pontos de acesso tradicional está completamente fechado por propriedades privadas, com ou sem construções. Vale reforçar que cinco acessos fechados estão em áreas privadas com permissão informal de passagem, tornando-se juridicamente frágeis e sujeitos a novos bloqueios a qualquer momento.

O fechamento de rotas tradicionais de acesso à costeira tem impactos profundos sobre as comunidades caiçaras, como explicitado durante as entrevistas. Essa dinâmica restringe o exercício de atividades econômicas básicas, como pesca artesanal e coleta de mariscos, obrigando os caiçaras a percorrer distâncias muito maiores ou a abandonar pontos historicamente produtivos. Além disso, as limitações de acesso ao espaço social enfraquecem as redes de solidariedade, pois impede encontros em lugares de uso coletivo, fragmentando o espaço e a transmissão de saberes e práticas ancestrais.

Chama a atenção o extremo sul da parte da frente da Ilha (do Sepituba ao Itapecerica Ponto 2), onde a maioria dos pontos de acesso estão fechados. Localidades como Itaboca e Itapecerica, por exemplo, perderam todas as passagens ancestrais à costeira. O extremo sul da Ilha foi intensamente ocupado por condomínios de alto padrão, que se apropriaram dos costões e das encostas para oferecer vistas exclusivas do mar e um ambiente natural restrito aos seus moradores e turistas, reforçando a lógica de privatização e exclusão espacial.

Vale atentar que essa porção do município não abriga prioritariamente faixas de areia, mas costas íngremes com rochas e pequenos abrigos de pescadores que, como observou-se em campo, são mais fáceis de terem seus acessos fechados. Em geral, praias com faixas de areia mais largas e acesso mais fácil pela estrada tendem a ser mantidas abertas com maior frequência, até pelo seu potencial turístico.

Mapa 6 - Localização dos pontos de acesso ao mar abertos e fechados por propriedades privadas



Fonte: Própria autora, elaborado por Henrique Ramos, 2025.

Embora a grande maioria dos pontos de acesso a praias ou costeiras sejam reconhecidos formalmente no Plano Diretor (39 listados) essa previsão legal não tem sido suficiente para garantir sua manutenção e uso comum. A maioria dos pontos fechados (17 de 22) constam no documento oficial, revelando que o reconhecimento formal no planejamento urbano não impede a apropriação privada ilegal desses espaços. Fica evidente um descompasso entre a norma prevista no papel e sua efetivação no dia a dia das comunidades. Os moradores entrevistados reclamam que a prefeitura pouco acompanha ou monitora as situações dos pontos de acesso, facilitando que apropriações privadas ocorram sem qualquer intercorrência para os proprietários.

A situação se agrava ao considerar que outros cinco pontos, embora ainda acessíveis, localizam-se em propriedades privadas onde o acesso depende da "eventual permissão" dos proprietários. Além de configurar uma precariedade jurídica, essa situação deixa as comunidades extremamente vulneráveis a perderem os pontos de acesso que lhes restam da noite para o dia.

Imagens 28 e 29 - Acesso ao mar no Frade e no Sepituba, respectivamente. Ambos estão em propriedades privadas





Fonte: Própria autora, 2025.

“Quem tem o poder aquisitivo compra uma propriedade à beira mar, resolve fechar a passagem e a prefeitura não compra a briga. Mas nós compramos. As passagens que temos como públicas hoje foram resultado de muita luta e muita mobilização” (Entrevistado 1, 2024).

O levantamento permite também uma análise comparativa do espaço social de Ilhabela. Em geral, percebe-se em campo que quanto mais organizadas politicamente são as comunidades, mais acessos públicos à costeira elas possuem. É o caso, por exemplo, da comunidade do São Pedro, que por 12 anos teve representação política na vereança local. A comunidade conseguiu manter seus três pontos ancestrais de acesso ao mar aberto, após intensa articulação social, política e jurídica, que permitiu a conquista de decretos municipais.

Ainda assim, a resistência caíçara se espalhou pela costa sul. Após as entrevistas e os trabalhos de campo, é possível afirmar com tranquilidade que nenhum dos acessos que hoje são públicos o são como um “presente”. Os 23

pontos que permanecem como passagem pública (51,1% do total) representam vitórias concretas da resistência caiçara, conquistadas pelo enfrentamento ao processo de privatização do litoral. Um bom exemplo foi o ocorrido no bairro do Taubaté, em 2015, como descreve o Entrevistado 1.

O proprietário se dizia ser dono do local onde existia um rancho de canoas e resolveu murar. Nós comunicamos a fiscalização da prefeitura, juntamos a comunidade e derrubamos o muro. Com essa mobilização, conseguimos garantir a construção de um rancho de canoas (Entrevistado 1, 2024).

Antes disso, em 2018, também por denúncia da comunidade, a prefeitura demoliu um muro irregular em passagem pública na rua Nagib Pombo, no bairro do Bexiga, que impedia o acesso a uma cachoeira do bairro³².

Este movimento de fechamento de acessos tradicionais não é apenas uma barreira física, mas uma violação do direito à cidade (ou à ilha), seguindo o debate proposto por Lefebvre. Ele cerceia a possibilidade de caiçaras circularem e acessarem o espaço que historicamente produziram e mantiveram. Cada bloqueio representa também um enfraquecimento das práticas cotidianas, forçando deslocamentos mais longos, dificultando a reprodução das famílias e fragmentando redes comunitárias - ao mesmo tempo que enriquece os proprietários de terras pela acumulação por espoliação. Fica escancarada uma criticável assimetria: a mercantilização do litoral transforma o direito de uso em um privilégio concedido ou revogado pelos interesses do capital.

É importante ressaltar que em Ilhabela o poder público é sujeito ativo na espoliação urbana, como já observa Kowarick. Isso porque, muitas vezes, investimentos públicos em infraestrutura não seguem critérios de necessidade social, mas sim os imperativos da valorização imobiliária e da acumulação turística.

O asfaltamento das vias do eixo sul, a troca de locais de passagens de servidão com donos de hotéis e as recentes obras viárias na costa sul (que serão detalhadas a seguir) mostram que o Estado direciona recursos públicos para criar as condições materiais necessárias à reprodução do capital turístico.

³²ILHABELA, 2018.

O papel do Estado é fundamental, não só pelas razões já arroladas, mas também porque o investimento que injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra³³, aparecendo como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social. (Kowarick, 2000, p. 23)

Em Ilhabela, essa valorização diferencial se materializa na hierarquização entre praias "de elite" com infraestrutura completa e morros "periféricos" marcados por uma profunda desigualdade social, construindo um espaço social onde os caiçaras são sistematicamente espoliados dos bens de consumo coletivo que historicamente construíram e acessaram.

6.2 - Novas ameaças, antigos problemas

O aumento do valor da terra e a crescente pressão imobiliária, articulados a partir de grandes projetos e investimentos estatais, têm deslocado os grupos tradicionais para áreas menos valorizadas do município, em geral os morros, restringindo o acesso aos territórios em que se baseiam práticas culturais, produtivas e de pertencimento, e minando gradualmente suas formas de reprodução social. Este processo se repete em diversas praias do sul da Ilha, sendo responsável pela desagregação de comunidades e famílias caiçaras, com sua expulsão e migração para outros locais - em geral, deixando a beira mar para ocupar os morros, como já demonstrado, com menos possibilidades de reprodução do modo de vida tradicional.

O planejamento territorial estatal logo identificou as vocações naturais do município e concebeu formas de apropriação do espaço para o turismo de luxo, projetando as condições necessárias para que a atividade se desenvolvesse: criação de uma rede viária mais moderna, expansão da rede elétrica e todo um sistema de abastecimento de água que possibilita o "conforto urbano" para as segundas residências (Scifoni, 2006).

Assim, a chegada dos veranistas influenciou diretamente a estrutura urbana do município, incentivando o poder público a investir em infraestrutura urbana (estradas asfaltadas, rede elétrica, abastecimento de água, etc.) não para os

³³ Para o autor, a valorização diferencial da terra é o aumento do valor do solo urbano devido a investimentos estatais e intervenções urbanas que tornam certas áreas mais desejáveis pelo valor adicionado a elas por meio de investimentos públicos.

moradores tradicionais que já ocupavam essas regiões, mas para conforto dos turistas. Foram inseridos novos modelos de arquitetura para as construções e um elevado contingente de migrantes foram atraídos para trabalhar na construção civil, muitas vezes de migrantes vindos do Nordeste (Aquino, 2011).

O turismo de luxo, sustentado por políticas públicas e incentivos ao investimento imobiliário, acelerou a ocupação do solo e modificou o perfil das praias, sobretudo no eixo sul da ilha. Esse processo pode ser, em partes, ilustrado nas imagens abaixo, da Praia do Julião, em Ilhabela, em diferentes momentos.

Imagem 30 - Chegada de canoa de voga na prainha do Julião. O engenho possuía as canoas Santa Clara, Paciência, São Manoel e Capricho



Fonte: Acervo Osvaldo Julião, em “História da Cachaça em Ilhabela”, de Plácido Cali.

Imagem 31 - Registro atual da Praia do Julião, no sul de Ilhabela



Fonte: Site do hotel TW Guaimbe³⁴.

A comparação entre as duas imagens sintetiza visualmente os efeitos do turismo de alto padrão em Ilhabela. Na imagem 30 é possível ver uma cena de uso coletivo do espaço: a canoa, vinculada à pesca artesanal e à mobilidade caiçara, está ancorada em um rancho rústico, integrado à paisagem natural. A presença de equipamentos de pesca (covos e redes) e a simplicidade das estruturas revelam uma relação de apropriação baseada no **valor de uso** do espaço, entendido por Lefebvre como a capacidade de satisfazer necessidades e aspirações humanas e promover uma vivência autêntica e participativa dos habitantes. É o **espaço vivido** por essa população.

Já a imagem 31 mostra que o antigo espaço social da praia foi substituído por um hotel boutique, com espreguiçadeiras alinhadas, decks de madeira e estruturas de lazer que segmentam o espaço. A vegetação agora serve como cenário estético para o consumo de luxo, reforçando o apagamento simbólico dos caiçaras. A cerca e a ausência de embarcações tradicionais ilustram a privatização informal da praia, convertendo-a em commodity com **valor de troca**, a face capitalista e mercantilizada do espaço, onde ele é visto a partir do conjunto de bens presentes, a serem

³⁴TW GUAIMBÊ EXCLUSIVE SUÍTES.

comprados, vendidos e consumidos. É o **espaço concebido** pelo capital e pelo Estado para o lazer das classes mais abastadas, seguindo o debate de Lefebvre.

Essa dualidade materializa uma contradição: enquanto o Estado, em diferentes níveis, falava em "preservação" e criação de infraestrutura, ele acabou por fragmentar o **espaço vivido** por gerações de caiçaras urbanos, onde a natureza preservada é, na verdade, um produto mercantilizado, acessível apenas a uma elite que desconhece (ou ignora) a história inscrita nas praias de Ilhabela.

A comparação entre as imagens abaixo é outro exemplo da transformação do espaço social de Ilhabela, especialmente a partir da criação de infraestrutura voltada ao turismo de alto padrão. As primeiras imagens, que mostram a paisagem da praia da Ilha das Cabras na década de 1970, mostram uma via estreita, pouco movimento de veículos e uma ocupação predominantemente natural. A estrada de terra, ladeada por vegetação e sem grandes intervenções urbanas indicam que o acesso era limitado e a presença do Estado era pontual, sem grandes equipamentos ou serviços voltados ao conforto urbano.

Imagens 32 e 32 - Estrada do sul da Ilha, no trecho da Ilha das Cabras, na década de 1970



Fonte: Imagens extraídas do filme "A força dos sentidos", de Jean Garret, de 1979.

Imagens 34, 35 e 36 - Estrada do sul da Ilha, trecho da Ilha das Cabras, 2025



Fonte: Própria autora, 2025.

Em contraste, a imagem atual da Ilha das Cabras ilustra a consolidação de um novo padrão de ocupação, diretamente associado à expansão da infraestrutura urbana, das construções e da valorização imobiliária. Observa-se uma via asfaltada, com fluxo intenso de veículos, sinalização moderna e hotéis e residências de alto padrão. O entorno foi adaptado para receber turistas e veranistas, com iluminação pública, pontos de apoio e acesso facilitado às praias e aos empreendimentos de luxo. A pergunta que fica é: tal infraestrutura foi pensada e implantada para quem?

É fundamental reconhecer que as melhorias urbanas — como asfaltamento de vias, expansão da rede elétrica, abastecimento de água e implantação de equipamentos públicos — são direitos de toda a população de Ilhabela, em especial das comunidades caiçaras, que historicamente construíram a identidade do município. No entanto, para que essas melhorias representem, de fato, avanços em qualidade de vida e justiça espacial, é imprescindível que sejam planejadas e implementadas a partir das necessidades, prioridades e modos de vida das famílias caiçaras, e não subordinadas exclusivamente aos interesses do turismo de alto padrão. Urbanizar para os caiçaras significa garantir acesso digno à mobilidade, saúde, educação e espaços de convivência, mas também respeitar e fortalecer suas práticas culturais e seu direito à permanência.

Caso contrário, perpetua-se a dinâmica que Kowarick identifica como estrutural no desenvolvimento urbano brasileiro: os investimentos públicos em bens de consumo coletivo são feitos para favorecer a acumulação de capital e não para atender aos interesses da massa de trabalhadores". Em Ilhabela, os "trabalhadores" são os caiçaras, sistematicamente excluídos dos benefícios da modernização urbana que eles próprios ajudam a construir através de sua força de trabalho.

As fotos indicam que essa transformação não ocorreu de forma espontânea, mas foi resultado de políticas públicas deliberadas para criar as condições materiais necessárias ao turismo de elite. O contraste entre as imagens revela, assim, a passagem de um espaço de uso tradicional para um território reconfigurado pelo capital, onde o conforto urbano e a exclusividade se sobrepõem às práticas e à permanência das comunidades caiçaras.

O turismo voltado à elite é um vetor estruturante da produção do espaço em Ilhabela. Ele não está fundamentado no trabalho fabril, como grande parte da discussão de Lefebvre, mas na transformação da terra em ativo financeiro e da natureza em mercadoria, inserida no ciclo de produção do capital, como recurso a

ser apropriado e consumido. No contexto de Ilhabela, o espaço natural — praias, trilhas, matas — foi convertido em mercadoria, vendido, reservado e estetizado para consumo turístico. A “natureza”, enquanto bem comum, foi apropriada e transformada em fonte de lucro e reserva de capital.

No cenário aqui descrito, resguardar e fortalecer a resistência popular tem se tornado cada vez mais necessário. Isso porque o processo de espoliação das terras caiçaras urbanas segue aquecida no município, com projetos do poder público para fortalecer o turismo e favorecer investimentos de capital privado em atividades ligadas ao turismo de alto padrão.

Para se ter uma ideia, em 2024, o Ministério Público Federal (MPF) abriu um inquérito para investigar a possível construção de um resort de luxo na praia da Serraria, na costa oceânica da Ilha, ocupada por uma comunidade caiçara tradicional. O prefeito Antonio Colucci (PL) chegou a desapropriar 900 mil metros quadrados da comunidade, como “área de compensação ambiental”, sem qualquer consulta aos moradores, contrariando o previsto na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário³⁵.

De acordo com o MPF, o prefeito da cidade anunciou, durante a Bolsa de Turismo de Lisboa, que queria conceder um espaço na praia para uma rede internacional construir um “resort ecológico” e explorar o local por 30 anos. Esse episódio revela uma dinâmica de expropriação camuflada e evidencia o contínuo conluio entre poder público e capital privado na apropriação do espaço social caiçara.

Dois anos antes da polêmica envolvendo a Praia da Serraria, em 2022, a prefeitura de Ilhabela, também sob comando de Antonio Colucci, e a Câmara Municipal, aprovaram uma proposta que extinguiu sumariamente a Reserva Extrativista da Baía de Castelhanos. O processo foi feito “do dia para noite, ou melhor, praticamente da tarde para noite, sem consulta e sem nenhum fundamento técnico”, como reforçou a procuradora do MPF Maria Rezende Capucci, que denunciou a ilegalidade do processo.

No caso, o poder público municipal revogou o decreto que criava a Resex em regime de urgência, em menos de 48 horas, sem qualquer consulta às 300 pessoas que vivem nas comunidades. A área protegida abrangia 95,7 hectares predominantemente marinhos e havia sido criada em 2020 para atender a demanda

³⁵BRASIL, 2019.

histórica dos caiçaras pela regularização fundiária. E 2023, a Justiça decidiu manter a área como uma Resex³⁶.

Os investimentos em infraestrutura estatal também seguem operando como vetores de espoliação, reproduzindo os padrões históricos estabelecidos pela construção da rodovia Rio-Santos na década de 1970. Cinquenta anos depois, essa lógica se perpetua através de novos projetos viários, como a inauguração da obra do Contorno Sul da Rodovia dos Tamoios, que liga o trecho de serra direto ao município de São Sebastião, e a instalação do pedágio free flow, que prometem reduzir em 30 minutos³⁷ a viagem para Ilhabela.

Além das obras estaduais, a administração municipal vem investindo em infraestrutura orientada ao uso turístico, como o novo acesso viário e cicloviário à região sul de Ilhabela — obra orçada em dezenas de milhões, com pavimentação, duplicação de trecho, ciclovias e paisagismo. O objetivo, segundo o poder público, era "enfrentar de maneira mais eficiente o aumento do fluxo de veículos no verão". Esses projetos, embora apresentados como melhorias para os moradores, beneficiam principalmente a circulação dos visitantes e o escoamento do capital turístico.

Os episódios demonstram que a espoliação dos caiçaras urbanos em Ilhabela não é um resquício histórico, mas uma dinâmica em curso, sustentada pelo Estado e o capital privado. A acumulação por espoliação, seguindo o debate de Harvey (2004), permanece como mecanismo central da configuração territorial contemporânea do município, operando com o aparato estatal para viabilizar a apropriação privada de territórios tradicionais. A imposição de resorts, o desmonte de reservas protetivas, a infraestrutura voltada para o turismo de elite território deixam explícito que o espaço social caiçara continua sendo disputado e que resistência deve se dar de diversas formas, pela via jurídica, institucional e simbólica.

"A pressão continua hoje e ainda mais forte. Estamos agora na Justiça novamente para tentar impedir que um condomínio feche uma passagem ancestral nossa, que leva a uma área de roçado. Eles não querem que a gente passe em um condomínio de alto padrão" (Entrevistado 5, 2025).

³⁶SALES, Angélica, 2023.

³⁷Governo de SP inaugura novo trecho da rodovia dos Tamoios, 2022.

A tentativa é preservar não apenas o espaço físico, mas os modos de vida, a cultura e a identidade caiçara frente ao poder do Estado e do capital, que atuam sistematicamente na transferência de territórios coletivos para iniciativa privada, perpetuando e atualizando os mecanismos históricos de espoliação que marcaram a formação social brasileira.

Este caráter nacional, exemplificado aqui no caso de Ilhabela, é muitas vezes marcado pelos processos de homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço (Lefebvre, 2016) que se realizam por meio da acumulação por espoliação contemporânea, conceituada por Harvey e Lencioni. No município estudado, Estado e capital se articulam através de mecanismos legais, simbólicos e de infraestrutura para apropriar territórios tradicionalmente coletivos e convertê-los em ativos de valorização imobiliária e turística de luxo.

Todo o relatado até aqui mostra que a espoliação não é um fenômeno restrito à gênese do capitalismo, mas que permanece operante na sociedade contemporânea, assumindo novas formas para legitimar a expropriação dos povos tradicionais.

6.3 Direito à cidade: práticas atuais de reexistência

O veraneio de luxo se impõe de forma bastante violenta sobre a população caiçara de Ilhabela, em um processo de espoliação iniciado nos anos 1980 e que segue até os dias atuais, em diferentes formatos. Isso porque, com o aquecimento da atividade turística, a terra passou a ser vista como uma possibilidade de reserva de capital - um valor muito diferente do que possuía na cosmologia caiçara, como já vimos.

A partir do momento em que as famílias caiçaras venderam suas terras, muitas vezes por preços módicos, elas reduziram também a possibilidade concreta de reproduzir sua cultura e sua identidade. Ela está profundamente ligada ao espaço, não apenas ao físico, mas ao vivido por essas comunidades, carregado de práticas, símbolos e significados.

É nele que se reproduzem modos de vida tradicionais e comunitários, que conferem aos caiçaras a coesão social e cultural. O espaço ocupado por essas comunidades é também a base material e simbólica da sua identidade, articulando memória, pertencimento e transmissão de saberes.

Quando o avanço do turismo de luxo e da especulação imobiliária pressiona as terras ancestrais e força sua venda, os caiçaras ficam restritos ao acesso à bens naturais de uso comum. Isso representa não apenas uma expropriação econômica, mas também identitária, cultural e de vínculos históricos. A perda da terra, do local de vivência, significa a perda das condições objetivas e subjetivas de manter viva a identidade caiçara. Como lembra Lefebvre (2006), o espaço é produto e produtor da vida social: ao ser apropriado pelo capital, novas dinâmicas são construídas e as possibilidades de existência dos grupos sociais precisam ser ressignificadas.

Por isso, mesmo destituídos de seus locais originários de vivência, os caiçaras realizam movimentos de resistência e luta por suas terras e por sua identidade, dos mais sutis aos mais organizados. Essas ações, que vão da manutenção de práticas cotidianas à atuação na política institucional, demonstram que a identidade caiçara não se dissolve com a pressão do capital, mas se reinventa, reafirmando vínculos entre cultura e espaço.

Nesta luta pela Ilha, os caiçaras se articulam nas comunidades, em especial pelo Coletivo Caiçara de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba, uma articulação política formada por famílias caiçaras do Litoral Norte paulista que se organizam para defender seu território, sua cultura e o acesso tradicional às praias, costeiras e ranchos de pesca frente ao avanço do turismo de luxo, da especulação imobiliária e das restrições impostas por legislações ambientais pouco dialogadas com as comunidades. Atuando em protestos, ações diretas e embates jurídicos, o Coletivo mobiliza moradores para derrubar cercas e porteiros que fecham passagens seculares, denunciar grilagens e privatizações de praias.

A aproximação com o Coletivo, no âmbito do trabalho de pesquisa, ocorreu a partir da própria vivência em Ilhabela e do reconhecimento, em campo, de que a resistência caiçara organizada era um ator central nos conflitos fundiários e na disputa pelo litoral; a partir daí, o diálogo com lideranças do movimento orientaram o contato, as entrevistas e a incorporação das suas pautas como eixo fundamental da análise sobre a luta pelo espaço social em Ilhabela.

Desde 2020, o Coletivo vêm financiando a confecção e instalação de placas que avisam os visitantes que uma determinada área é remanescente e habitada por caiçaras, como um símbolo visual de resistência. O objetivo do projeto é que, no futuro, os locais sejam demarcados por governos federal, estadual e municipal, ampliando direitos, resguardando a terra caiçara e garantindo que os moradores

nativos tenham suas atividades culturais reconhecidas e valorizadas. É uma forma de dizer aos turistas e investidores que aquela área é, antes de tudo, caiçara.

Imagem 37 - Exemplo de placa confeccionada pelos integrantes do Coletivo Caiçara, marcando que o local é uma área de ocupação tradicional



Fonte: Própria autora, 2024.

Apesar de serem diversas as estratégias de luta adotadas pelas comunidades para manterem sua identidade e modo de vida, este trabalho opta por não listar e tampouco detalhar todas elas, já que se trata de táticas de mobilização que, se divulgadas, podem dar munição para os investidores e enfraquecer a luta popular.

Entre o que pode ser divulgado, vale atentar que, como forma de resistência, representantes das comunidades tentam se aproximar da política tradicional, sobretudo no legislativo municipal, seja concorrendo à eleição, seja mantendo canais de diálogo abertos com vereadores eleitos. A ideia é ocupar espaços de poder que por séculos lhes foram negados e fazer a resistência pela via jurídica e

institucional, além de disputar a formulação de leis, as políticas públicas e a destinação de recursos. Ao ingressarem em câmaras municipais e conselhos de políticas urbanas e ambientais, os caiçaras reivindicam não apenas direitos específicos, mas também o reconhecimento de sua legitimidade como sujeitos políticos na construção do espaço social de Ilhabela.

O movimento parece dar frutos. Um bom exemplo, como já dito, é o da comunidade de São Pedro que, após 12 anos com representante ativo na vereança, conquistou não apenas o reconhecimento formal como comunidade caiçara, mas também a manutenção dos três acessos ao mar abertos para uso público.

Porém, é importante atentar que essa estratégia não elimina contradições. Atuar na política institucional significa também embarcar em um campo estruturado pelas regras do capital e do Estado, que são agentes históricos de espoliação dos caiçaras. Ao mesmo tempo que a política institucional abre possibilidades, também expõe as comunidades ao risco de cooptação de lideranças e limitações impostas pela correlação de forças. Ainda assim, ao ocupar assentos no legislativo, os caiçaras tentam tensionar a política institucional, ampliando o alcance de sua resistência e transformando o “direito à cidade”, debatido por Lefebvre em uma prática concreta.

Outra estratégia tem sido a judicialização dos conflitos. Nos últimos anos, munidos de conhecimento e assessorados por especialistas, os caiçaras recorrem com frequência ao Ministério Público para denunciar irregularidades, seja pessoalmente, seja com apoio de vereadores ou organizações da sociedade civil. Decisões favoráveis aos caiçaras mostram uma crescente sensibilidade do judiciário para conflitos e demandas dos povos tradicionais da região.

Porém, uma das principais formas de resistência é a permanência na Ilha, mesmo vivendo em casas com espaço reduzido e com salários bem abaixo da média dos turistas. Sua presença, por si só, contraria as pressões da especulação imobiliária e do turismo de luxo, que objetivam a expulsão desses povos tradicionais para dar lugar a empreendimentos exclusivos, segundo relatos coletados nas entrevistas.

Ao manter seus modos de vida, práticas produtivas e laços comunitários, os caiçaras reafirmam não apenas seu direito histórico à terra e ao mar, mas também resistem à invisibilização e à marginalização social e simbólica (Diegues, 2004). Não raro, alguns dos entrevistados se reúnem em grupos para visitar escolas e conversar

com as crianças sobre a cultura caiçara e hábitos tradicionais, de forma a promover a valorização e o reconhecimento da identidade cultural local diante de um contexto de crescente invisibilização. Essa ação educativa fortalece vínculos intergeracionais, a transmissão oral dos saberes ancestrais e também constitui uma estratégia de resistência simbólica.

Essa dignidade cotidiana transforma a permanência em um ato político, um desafio à exclusão e uma reivindicação legítima de reconhecimento. As reflexões de Kautsky são retomadas aqui: ao mesmo tempo que o autor, por meio do conceito de trabalho acessório, alerta que os camponeses vivem um processo de proletarização ao terem que recorrer à venda da sua força de trabalho, esse ato também acaba sendo uma resistência silenciosa. Embora o trabalho acessório represente a venda da força de trabalho para outros capitalistas, ele possibilita a sobrevivência na pequena propriedade, funcionando como uma opção para permanecer no espaço social que os caiçaras vêm construindo há gerações. Eles aceitam outras formas de trabalho assalariado, gerando mais valia e recebendo salários baixos, como uma forma de poderem se manter em seu local de vivência ancestral.

Em um município marcado pela extrema valorização da terra, muitos optam por assumir um trabalho acessório para não deixar suas terras e ainda garantir que, com os recursos obtidos, possam investir na resistência e na manutenção de hábitos tradicionais. Mesmo que Kautsky (1980) denuncie que esse processo acaba por inserir o capital no campo e avançar com a proletarização do camponês, ele acaba sendo também uma forma de resistência silenciosa, desarticulada, muitas vezes pautada pela necessidade de sobrevivência - que para o caiçara também significa estar em sua terra.

“Como se mantém a cultura caiçara? Vivendo! Por isso mantemos nossa produção de mandioca, nossa agrofloresta, nossas canoas, por isso ainda pescamos de linhão. Por isso vamos nas escolas mostrar para as crianças nossas formas de vida, contar causos, mostrar para elas o valor da nossa cultura. Para nós, até o dia a dia, o viver, é um movimento de resistência” (Entrevistado 5, 2025).

Essa compreensão parece transversal aos entrevistados. O observador atento encontrará marcas da cultura caiçara no espaço social de Ilhabela, muitas vezes convivendo com locais de luxo, como demonstram as imagens abaixo.

Imagem 38 - Covo de pesca e canoa caiçara a frente de clube de praia privativo, de alto padrão, na praia do Saco da Capela, em Ilhabela



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 39 - Rancho de pesca do porto da Vila do São Pedro, retomado pelos moradores da comunidade após processo judicial contra veranistas



Fonte: Própria autora, 2024.

A presença de artefatos típicos caiçaras (canoa de voga e covos de pesca) lado a lado com um clube de praia e uma marina no Saco da Capela, e o rancho de pesca do porto da Vila do São Pedro representam um movimento de resistência cotidiana e coletiva das famílias caiçaras frente ao avanço do turismo de luxo e da especulação imobiliária no sul de Ilhabela.

A coexistência de espaços e artefatos caiçaras tradicionais ao lado de clubes de praia, marinas e resorts, não deve ser lido como resquícios folclóricos ou antropológicos, mas como marcas materiais e simbólicas de uma existência que insiste em se manter e reproduzir mesmo frente à pressão do capital. Ao insistirem em ocupar os locais destinados ao turismo de luxo, mesmo que com dificuldades, os caiçaras demonstram que existem, disputam e constroem o espaço social. Sua presença deixa explícito que existe uma tensão entre dois projetos antagônicos: o da acumulação por espoliação, que transforma praias em ativos financeiros, e o comunitário, orientado pelo bem viver caiçara.

Além de mapear os locais de acesso ao mar, a presente pesquisa também listou locais de uso tradicional caiçara que ainda permanecem ativos na área urbana do município, por vezes convivendo lado a lado com as propriedades e empreendimentos de luxo. A metodologia aplicada seguiu os mesmos princípios participativos empregados na identificação dos pontos de acesso ao mar fechados. Tratou-se de um trabalho de campo conjunto, realizado com o acompanhamento direto de membros das comunidades tradicionais, que auxiliaram na identificação, localização e descrição dos espaços e elementos de uso coletivo e cultural.

Novamente, a participação ativa das comunidades foi essencial para validar os dados, cruzar memórias e percepções com a geografia e proteger as especificidades culturais desses espaços. Essa abordagem, fundamentada na cartografia social participativa, privilegia o conhecimento empírico e histórico dos próprios caiçaras, garantindo que as informações coletadas reflitam a realidade vivida. Neste levantamento, porém, optou-se por não georreferenciar e localizar os pontos, para preservação e segurança dos comunitários.

O levantamento tem o objetivo de mostrar não apenas que existem caiçaras tradicionais na área urbana, mas também que eles resistem à pressão do capital e do turismo de luxo. Neste levantamento, foram identificados cinco tipos de locais de uso tradicional na costa sul: ranchos de pesca, quintais caiçaras, casas de farinha, roças e locais de práticas culturais.

Tabela 5 - Elementos típicos da cultura caiçara presentes na área urbana da costa sul de Ilhabela

Elementos típicos caiçaras presentes na área urbana da costa sul de Ilhabela	
Bairro	Elemento caiçara
Borrifos	Rancho de canoas
Borrifos	Rancho de canoas
Itapecerica	Rancho de canoas
Taubaté	Rancho de canoas
São Pedro	Rancho de canoas
São Pedro	Rancho de canoas
São Pedro	Comunidade tradicional caiçara
Cabaraú	Rancho de canoas
Veloso	Rancho de canoas
Praia do Curral	Rancho de canoas
Praia Grande	Rancho de canoas
Portinho	Rancho de canoas
Bexiga	Quintal Caiçara
Portinho	Casa de Farinha
Portinho	Quintal Caiçara
Portinho	Roça Caiçara
Portinho	Local de dança e música tradicional

Fonte: Própria autora, 2025.

O levantamento mapeou 18 elementos tradicionais caiçaras ainda ativos na área urbana da costa sul de Ilhabela, evidenciando um importante movimento de resistência cultural e territorial perante às pressões do capital imobiliário e do turismo de luxo. A presença desses espaços reforça que, apesar da fragmentação e dos fechamentos de acesso ao mar, as comunidades seguem rearticulando seus vínculos com o espaço e defendendo a base material e simbólica que sustenta seu modo de vida. Essa realidade aponta para a importância de políticas públicas para

valorizar e garantir a permanência dos elementos típicos caiçara na área urbana, como estratégia de justiça territorial.

A predominância de ranchos de canoas nos bairros Borrifos, Itapecerica, Taubaté, São Pedro, Cabaraú, Veloso, Praia do Curral, Praia Grande e Portinho mostra que a pesca segue sendo a principal atividade produtiva tradicional - até por ser aquela menos limitada pela atuação do PEIb, como já discutido. Além disso, houve um programa da prefeitura municipal para construir ranchos, após pressão das comunidades.

Além dos ranchos, há registros de quintais caiçaras, casas de farinha, roças e locais para manifestações musicais e de dança no bairro do Portinho, indicando a manutenção das práticas culturais e sociais que sustentam a identidade coletiva das comunidades. A concentração de tais elementos nos bairros do Portinho e São Pedro se deve ao fato de as localidades terem comunidades caiçaras maiores e mais articuladas, que mantêm elementos típicos da sua cultura ativos como reafirmação étnica e resistência política.

Lefebvre (2006) lembra que toda apropriação do espaço é também uma disputa simbólica. Por isso, é possível afirmar que o mapa não localiza apenas locais de trabalho e lazer, mas registra espaços de resistência, que expressam a permanência dos grupos caiçaras e se opõem à homogeneização e à hierarquização imposta pela especulação imobiliária. Ao manter práticas seculares em locais altamente valorizados pelo capital, os caiçaras reafirmam seu direito de produzir e viver o espaço de forma distinta da lógica capitalista, disputando o futuro da ilha e criando fissuras dentro do espaço abstrato do turismo de luxo.

Todos os locais pontuados no mapa permanecem garantidos graças à mobilização ativa das comunidades, que se organizam para assegurar o uso tradicional do espaço frente às pressões de veranistas e investidores junto à prefeitura. Assim, elas conseguiram garantir a permanência ou reconstrução de ranchos de pesca na costa sul de Ilhabela, além de garantir que a maioria dos acessos ancestrais às praias e costões de pesca sigam abertos, na luta pelo “direito à ilha”.

“Os ranchos foram garantidos com muita briga nossa, porque propriedades de caiçaras foram vendidas e o poder público nunca se interessou em abrir esses acessos, porque teria que comprar briga com pessoas de muito poder aquisitivo [...]”

Batalhamos, mas aí comecei a receber ligações estranhas às 2:30 da manhã, a ver motoqueiros rondando minha casa, a precisar chamar a polícia com frequência. Eu comecei a ser perseguido por essa resistência” (Entrevistado 1, 2024).

O depoimento do Entrevistado 1 demonstra a tensão entre os diferentes projetos de uso do litoral: de um lado, a lógica privatista e excludente imposta pelo poder público e por grandes investidores, que buscam transformar praias e costeiras em espaços de consumo restrito; de outro, a continuidade das práticas tradicionais, sustentadas por laços de pertencimento e solidariedade entre os moradores.

Ao manter esses espaços ativos, os caiçaras reforçam seu direito de acesso ao mar e aos bens naturais e também à sua identidade e à memória coletiva. Não se trata apenas de um local físico, mas da mobilização social e da capacidade de resistência frente ao apagamento cultural promovido pelo turismo de elite.

É o bom fruto colhido na luta pelo direito à cidade, que em Ilhabela é também o direito de existir, circular, produzir e celebrar o território ancestral. Lefebvre reforça que o direito à cidade não se reduz ao acesso físico, mas a possibilidade de acessar, construir e ter autonomia sobre seus usos, como reivindicam os caiçaras.

O direito à cidade, debatido por Lefebvre, é uma experiência política e social que se opõe à fragmentação e à segregação impostas do capital, que tende à homogeneização e hierarquização dos territórios. No caso de Ilhabela, a manutenção de locais típicos de uso, trabalho e lazer caiçara mostra que o espaço abstrato do turismo de luxo (orientado pelo valor de troca) não consegue se sobrepor totalmente ao espaço vivido das comunidades tradicionais e ao seu valor de uso, segundo a abordagem de Lefebvre.

A luta caiçara pela permanência nesses lugares é, portanto, expressão do direito à cidade — não apenas ao espaço urbano central, mas ao espaço ancestral e à possibilidade de nele existir frente ao risco de apagamento cultural. Ela é também a luta contra a espoliação e a afirmação da identidade caiçara e do exercício da cidadania plena diante da mercantilização do espaço.

E vai além. É o que Kowarick identifica como potencial transformador das lutas urbanas, a capacidade de pressionar e obter do Estado esses elementos básicos para sua sobrevivência. No caso de Ilhabela, não se trata apenas de infraestrutura física, mas também da possibilidade de reprodução cultural e identitária. Ao manterem ranchos de pesca e garantirem acessos ancestrais, os

caiçaras constroem formas de resistência à espoliação urbana, disputando concretamente o direito aos bens de consumo coletivo.

Os cenários mostram que a luta cotidiana de resistência caiçara é múltipla e combina diferentes estratégias para a permanência simbólica e material deste grupo nos seus espaços ancestrais. É nesse movimento de resistência que está a potência humana da transformação: se reapropriar do espaço concebido para construir, por meio da luta e da resistência, um **espaço diferencial**³⁸. Trata-se de contraponto ao espaço abstrato do capitalismo, aquele marcado pela homogeneização, fragmentação e hierarquização (Lefebvre). O espaço diferencial é resultado da resistência, da luta social e da manutenção das diferenças que o espaço abstrato tenta apagar.

O espaço diferencial de Lefebvre é produzido quando grupos sociais espoliados pelo capital se apropriam criativamente do seu local de vivência, desafiando a lógica mercantil e homogeneizadora. Assim, ele não é apenas uma categoria analítica do autor, mas representa a possibilidade de novos usos e significados para o espaço, afastados da suposta neutralidade do espaço abstrato.

Quando os caiçaras mantêm seus ranchos de pesca, resistem na política institucional ou instalam placas reforçando que as praias são locais ancestrais das comunidades, eles fissuram o espaço abstrato criado pelo turismo, dando uma potência transformadora ao espaço diferencial. Ao mesmo tempo deixam claro que a espoliação não se impõe sem conflito e resistência pelo "direito à ilha".

Cada vez mais, os caiçaras se mobilizam por um espaço diferencial onde prevaleçam os usos coletivos e onde se valorize a diversidade de modos de vida (Lefebvre). A esperança que se projeta, portanto, não é utópica ou ingênua, mas fundada na resistência concreta das comunidades e na potência transformadora da vida cotidiana, capaz de abrir brechas no espaço abstrato e reinventar o futuro que sonhamos, a partir das diferenças.

³⁸ Para Lefebvre, é o espaço produzido através da superação das contradições inerentes ao espaço abstrato capitalista, que é homogêneo, fragmentado e hierarquizado. O espaço diferencial visa restituir os diferentes usos possíveis do espaço.

7. CONCLUSÃO

Desde os anos 1980, um processo sustentado pela criação de infraestrutura estatal, políticas de marketing institucional e criação de um Parque Estadual consolidaram Ilhabela como um destino privilegiado do turismo de luxo da elite paulistana, aquecendo o mercado de terras local. Os caiçaras da área urbana foram assediados pelo setor imobiliário e acabaram vendendo suas terras a preços baixos, sendo obrigados a se mudarem para outras cidades ou para regiões distantes do mar e das áreas mais valorizadas do município.

A criação do Parque Estadual em 1977, antes mesmo que o turismo de luxo assumisse papel central na configuração espacial ilhabelense, já havia iniciado um processo de ruptura entre os caiçaras e seus locais de vivência. Mais que isso: a proteção do patrimônio natural de Ilhabela também foi motivada pelo desejo de preservar a beleza natural do município para assegurar a alta qualidade da área de veraneio destinada às classes mais abastadas.

O modo de vida caiçara foi desvalorizado e criminalizado, enquanto práticas tradicionais – como a pesca, a roça e a coleta de recursos naturais – passaram a ser restringidas por legislações ambientais e pelo avanço da propriedade privada. O planejamento estatal que privilegiou o turismo e a circulação de capitais contribuiu para a fragmentação social, a desterritorialização e a crescente invisibilidade das comunidades.

O crescimento exponencial do setor hoteleiro entre 1980 e 2025 coincidiu diretamente com a expulsão sistemática de famílias caiçaras das áreas mais valorizadas, enquanto suas antigas terras se converteram em resorts internacionais que cobram até R\$30 mil por cinco diárias. Esta dinâmica evidencia como as políticas estatais e a preservação ambiental podem operar seletivamente: promovem infraestrutura e protegem paisagens para consumo turístico de elite enquanto destrói espaços tradicionais que eram baseados no uso sustentável dos recursos naturais.

A partir da análise deste histórico, foi possível evidenciar como a acumulação capitalista ocorre também pela produção de espaços voltados para valorização do capital, mantendo para isso relações históricas de dominação. O turismo de luxo em Ilhabela não constitui apenas um setor econômico, mas um mecanismo sistemático de acumulação por espoliação que opera através da transformação de espaços

ancestrais em commodities imobiliárias, excluindo as populações tradicionais dos locais que historicamente construíram e habitaram.

Esta dinâmica representa a materialização dos processos lefebvrianos de homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço em favor da reprodução ampliada do capital. O espaço, como preconiza o autor, não é homogêneo nem neutro. Suas contradições são instrumentalizadas pelo Estado e pelo capital para favorecer a acumulação e expansão do capitalismo.

O mapeamento participativo dos acessos tradicionais às praias e costeira revelou evidências empíricas desta problemática: dos 45 pontos de acesso ancestralmente utilizados pelos caiçaras, 22 (quase metade) encontram-se privatizados, violando tanto o direito constitucional ao patrimônio público quanto o próprio Plano Diretor Municipal. Enquanto o espaço concebido pelo planejamento oficial estabelece o direito público de acesso ao mar, na prática, o espaço percebido é controlado por proprietários privados que impedem o espaço vivido das comunidades caiçaras de se realizar plenamente.

Assim, a defesa da "sustentabilidade" ambiental também se traduz em benefícios para proprietários de segundas residências de alto padrão e redes hoteleiras, enquanto permanece omissa quanto à privatização direta e indireta do patrimônio natural através do fechamento de acessos às praias e costeiras e à legislação ambiental para construções. A investigação revelou, portanto, como aquilo que é propagandeado como natureza preservada é, na prática, resultado de uma ocupação segmentada e hierarquizada, onde o acesso à praia e aos bens naturais é mediado por interesses econômicos e pelo poder do capital. O espaço social torna-se objeto de disputa, manipulação e mercantilização.

Por todo exposto, é possível afirmar que o custo socioambiental da produção de um novo espaço de veraneio em Ilhabela está baseado no conflito por terra e na desterritorialização do caiçara de seus locais ancestrais de trabalho e reprodução da vida. Ao mesmo tempo, a máquina estatal não apenas abrandou o enfrentamento às invasões de terras pelos mais ricos, como reforçou as leis de proteção à natureza, impedindo que os caiçaras tradicionais utilizassem bens naturais coletivos para reproduzirem práticas de trabalho e reprodução da vida seculares.

Porém, enquanto o Estado e o capital aproveitam das belezas naturais do município (espaço percebido) para impor projetos espaciais para o turismo (espaço concebido), os habitantes resistem e reconstroem sentidos a partir de suas práticas

e vivências (espaço vivido), mesmo quando submetidos à violência simbólica e material do Estado e do turismo de luxo.

Contrariando as narrativas hegemônicas, esta investigação documentou a vitalidade das práticas culturais tradicionais no espaço urbano de Ilhabela. A identificação de 18 elementos culturais caiçaras ainda ativos na área urbana da costa sul comprovou que, contrariamente às narrativas de apagamento promovidas pelo setor turístico, as comunidades tradicionais persistem e resistem através de múltiplas estratégias de reexistência.

Ranchos de pesca, quintais caiçaras, casas de farinha e locais de práticas culturais ancestrais demonstram que as comunidades desenvolveram estratégias sofisticadas de permanência territorial que transcendem a dicotomia simplificadora entre "tradicional" e "urbano".

Essas práticas questionam fundamentalmente a lógica que orienta a produção do espaço ilhabelense, afirmando formas alternativas de relação com a natureza baseadas no uso coletivo, na solidariedade comunitária e na sustentabilidade ecológica real - não aquela instrumentalizada pelo mercado turístico. Constituem, portanto, expressões concretas do que Lefebvre conceitua como direito à cidade: o direito coletivo de participar ativamente da produção, gestão e significação do espaço social.

Os resultados desta investigação colocam desafios importantes para as políticas públicas e para os movimentos sociais comprometidos com a justiça territorial. Em primeiro lugar, evidenciam a necessidade urgente de implementação efetiva dos direitos constitucionais dos povos tradicionais, especialmente o Decreto 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, além da urgente revisão do Plano Diretor Municipal, com atenção especial aos locais tradicionais de acesso ao mar.

Em segundo lugar, demonstra que a defesa do espaço social caiçara não pode prescindir do enfrentamento direto aos processos de mercantilização do espaço urbano. Isso implica questionar não apenas empreendimentos pontuais, mas a própria lógica de produção da cidade que subordina o valor de uso ao valor de troca, transformando direitos coletivos em privilégios de classe. Por fim, a pesquisa aponta para a necessidade de construção de alianças entre movimentos de povos tradicionais, movimentos de luta pelo direito à cidade e movimentos ambientalistas.

REFERÊNCIAS

- À BEIRA-MAR em Ilhabela, DPNY Beach Hotel & SPA é eleito um dos melhores hotéis do Brasil em 2025.** Radar Litoral, 1 maio 2025. Disponível em: <https://www.radarlitoral.com.br/noticias/26330/%C3%80-beira-mar-em-ilhabela-dpny-beach-hotel-&-spa-e-eleito-um-dos-melhores-hoteis-do-brasil-em-2025>. Acesso em: 17 set. 2025.
- ADOUE, Silvia Beatriz. **Os povos da floresta e o desenvolvimento.** As retomadas guarani e kaioiwá no Brasil. 2016.
- AGRELA, Lucas. **Quanto custam imóveis no litoral de SP:** veja cidades mais caras e mais baratas. Estadão, São Paulo, 16 nov. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/negocios/quanto-custam-imoveis-litoral-sp-veja-cidades-mais-caras-mais-baratas/>. Acesso em: 17 set. 2025.
- ALMEIDA, Mauro. **Populações tradicionais e o zoneamento da Amazônia.** Acervo ISA, 2001.
- AQUINO, Mariana Barreto. **Desenvolvimento sustentável em cidades de pequeno porte:** Ilhabela, um estudo de caso. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, 2011.
- BATISTA, Daniel Akstein. **Praia paradisíaca do litoral norte de São Paulo planeja ter um resort internacional.** Melhores Destinos, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://www.melhoresdestinos.com.br/paradisiaca-praia-do-litoral-norte-de-sao-paulo-planeja-ter-um-resort-internacional.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- BEGOSSI, A. **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** NEPAM/UNICAMP, 2004.
- BICALHO, Bruna. **A terra como ativo financeiro:** mecanismos, práticas e instrumentos. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, 2021.
- BOLZANI, Isabela; MOURA, Rayane. **Rendimento mensal do brasileiro bate recorde e fica em R\$ 3.057 em 2024, diz IBGE.** G1, 8 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/05/08/rendimento-mensal-do-brasileiro-bate-recorde-e-fica-em-r-3057-em-2024-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 17 set. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil e em vigor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm#anexo72. Acesso em: 18 set. 2025.
- BRASIL. **Decreto N. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.123, de 20 de maio de 2015.** Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o art. 1º, a alínea "j" do art. 8º e o art. 10 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRITO, Janaina. **Ilhabela tem aumento de ticket médio durante alta temporada e espera receber 2 milhões de turistas este ano.** Mercado & Eventos, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://www.mercadoeeventos.com.br/feiras-e-eventos/ilhabela-tem-aumento-de-ticket-medio-durante-alta-temporada-e-espera-receber-2-milhoes-de-turistas-este-ano/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CRESCER reconhecimento e demarcação de territórios caiçaras no Litoral Norte. **Notícias das Praias**, 13 jan. 2023. Disponível em: <https://noticiasdaspraias.com/2023/01/13/cresce-reconhecimento-e-demarcacao-de-territorios-caicaras-no-litoral-norte>. Acesso em: 18 set. 2025.

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. **Comunidades tradicionais, identidade territorial e memória:** a tessitura do passado comum. GEO UERJ, Rio de Janeiro, n. 31, p. 580-606, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/24648>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. **No território azul-marinho:** a busca do espaço caiçara. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Acesso em: 29 out. 2023.

CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. **Questões sobre a desterritorialização de comunidades tradicionais e o turismo:** o novo senhor do curral. GEOTEXTOS, vol. 12, n. 2, dez. 2016. Disponível em: <http://observatoriodgeografia.uepg.br/files/original/cb802e10a87ef745d659084325667c6f174b4dff.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CAMARGO, Adriane. **Modernização e fragmentação:** a produção dos espaços das savanas moçambicanas a partir da concepção e processo de implementação do ProSavana. In: XIII SEMANA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2015, Marília. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiii-semana-de-relacoes-internacionais/modernizacao-e-fragmentacao-adriane-camargo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.); ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade; NUPAUB-Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras—Universidade de São Paulo, 2000.

DIEGUES, A.C. **Etnoconservação**: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2000.

DIEGUES, A.C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

DIEGUES, A.C. **Mitos e Realidades sobre Pescadores Artesanais**. São Paulo: Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/F. FORD/UICN, sem data.

DIEGUES, A.C. **Enciclopédia Caiçara**: O Olhar do Pesquisador. São Paulo: NUPAUB/CEC/HUCITEC, 2004.

DINIS, T. D. **Mapeamento Geológico-Geotécnico do Núcleo Urbano Central do Município de Ilhabela-SP**. Rio Claro: UNESP, 2015.

COLETIVO CAIÇARA: SÃO SEBASTIÃO, ILHABELA E CARAGUATATUBA. **Coluna do Caiçara da Terra**: em resposta ao comentário da prima Claudia Torres.

Facebook, s.d. Disponível em:

<https://www.facebook.com/coletivocaicarass/posts/3700390196685105/>. Acesso em: 23 out. 2023.

EMBRATUR. **Turis**: Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos. Brasília: Embratur, 1975.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima (Org.). Uma Geografia em Movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 505-560.

FONTANELLI, Marina de Mello. **A Rodovia e os Caiçaras**: A Construção da Rio-Santos e suas Consequências para as Comunidades Locais em Ubatuba (SP). Rio de Janeiro, 2019.

GOVERNO de SP inaugura novo trecho da rodovia dos Tamoios. Poder360, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/governo-de-sp-inaugura-novo-trecho-da-rodovia-dos-tamoios/>. Acesso em: 1 set. 2025.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: Entre a Multiterritorialidade e a Reclusão Territorial (Ou: Do Hibridismo Cultural à Essencialização das Identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (org.). **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. cap. 2, p. 33-56.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HIROMI, Daniel. Cicatriz que nunca cura: 50 anos depois, Rio-Santos segue fazendo vítimas no litoral. **Brasil de Fato**, 25 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/25/cicatriz-que-nunca-cura-50-anos-depois-rio-santos-segue-fazendo-vitimas-no-litoral>. Acesso em: 18 set. 2025.

ILHABELA. **Anuário Estatístico 2022**. Ilhabela: Prefeitura Municipal de Ilhabela, 2022. Disponível em: <https://labs.comboapps.com.br/ilha2/wp-content/uploads/2023/08/Anuario-Estatistico-2022-v2.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

ILHABELA. **Casamentos em Ilhabela**. Ilhabela: Prefeitura Municipal de Ilhabela, 2025. Disponível em: <https://www.ilhabela.sp.gov.br/dashboard-casamentos>. Acesso em: 17 set. 2025.

ILHABELA. **Escalas de navios de cruzeiro em Ilhabela**. Ilhabela: Prefeitura Municipal de Ilhabela, 2025. Disponível em: <https://www.ilhabela.sp.gov.br/dashboard-paradas-cruzeiros>. Acesso em: 17 set. 2025.

ILHABELA. **Fluxo de entrada na cidade**. Ilhabela: Prefeitura Municipal de Ilhabela, s.d. Disponível em: <https://www.ilhabela.sp.gov.br/dashboard-fluxo-de-entrada-na-cidade>. Acesso em: 17 set. 2025.

ILHABELA. **Lei n. 421, de 5 de outubro de 2006**. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela e dá outras providências. Ilhabela: Prefeitura Municipal, 2006.

ILHABELA. Prefeitura Municipal. **Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental de Ilhabela – Etapa 2**. Ilhabela: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: https://www.ilhabela.sp.gov.br/img/editor/ILHABELA_Etapa2_vs02.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

ILHABELA. **Prefeitura faz demolição de muro irregular em passagem pública. Ilhabela**, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://www.ilhabela.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/7472/prefeitura-faz-demolicao-de-muro-irregular-em-passagem-publica>. Acesso em: 2 out. 2025.

ILHABELA. Novo Acesso Viário e Ciclovário da região Sul de Ilhabela será entregue em 45 dias. **Prefeitura Municipal de Ilhabela**, 10 out. 2024. Disponível em: <https://www.ilhabela.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/13994/novo-acesso-viario-e-cicloviao-rio-da-regiao-sul-de-ilhabela-sera-entregue-em-45-dias>. Acesso em: 18 set. 2025.

ILHABELA, Secretaria de Desenvolvimento Urbano. **Plano Diretor Municipal**, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A proletarização dos camponeses**. In: KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Tradução de C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. cap. 8, p. 185-201. Disponível em:

https://www.academia.edu/14695609/2_Quest%C3%A3o_Agraria_Kautsky_1_PDF. Acesso em: 14 set. 2025.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem viver**. Organizado por Bruno Maia. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2021/06/Ailton-Krenak.pdf>. Acessado em: 29 out. 2023.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico/2002-2003*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MALDONADO, Simone C. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MARCONDES, Daniella de Souza. **Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950**. 2018. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/101993425/Os_conflitos_decorrentes_do_veraneio_e_do_turismo_sobre_o_territ%C3%B3rio_tradicional_cai%C3%A7ara_na_Praia_de_Castelhanos_a_partir_da_d%C3%A9cada_de_1950. Acesso em: 30 jul. 2025.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. cap. 24.

MARX, Karl. **Teoria Moderna de Colonização**. In: *O Capital*, livro 1, vol. 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MENEGASSI, Duda. **De um dia para o outro, reserva extrativista é extinta em Ilhabela.** ((o))eco, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/de-um-dia-para-o-outro-reserva-extrativista-e-extinta-em-ilhabela/>. Acesso em: 18 set. 2025.

MESQUITA, João Lara. MPF-SP questiona resort na praia da Serraria, Ilhabela. **Mar Sem Fim**, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/mpf-sp-questiona-resort-na-praia-da-serraria-ilhabela/>. Acesso em: 18 set. 2025.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **Povos e comunidades tradicionais. Brasília, DF: MMA**, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 17 set. 2025.

MPF abre inquérito para investigar possível construção de hotel em praia de Ilhabela onde vive comunidade caiçara. G1, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2024/03/27/mpf-abre-inquerito-para-investigar-possivel-construcao-de-hotel-em-praia-de-ilhabela-onde-vive-comunidade-caicara.ghtml>. Acesso em: 17 set. 2025.

MORRO dos Mineiros em Ilhabela é inspiração do fotógrafo Felipe Samurai. Tamoios News, s.d. Disponível em: <https://tamoiosnews.com.br/morro-dos-mineiros-em-ilhabela-e-inspiracao-do-fotografo-felipe-samurai/>. Acesso em: 27 set. 2025.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara.** Coleção Estudos Brasileiros, 38. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MUSSOLINI, Gioconda. **O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião**, 1945.

NASCIMENTO, Alan Faber do. **A Ilusão urbanística: análise crítica sobre a (re)produção do espaço urbano no município de Ilha Bela - SP.** 2011. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a1de86bf-3f28-4d7c-9766-c2ae7ee8ca1f>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PAES, S. R. **Espaço da Vida, Espaço da Morte na Trajetória Caiçara.** Dissertação de Mestrado, UNESP, 1998.

PIRRÓ, Mariana Soares de Almeida. **Práticas de pesquisa de campo em comunidades tradicionais: contribuições para a gestão participativa do arquipélago de Ilhabela.** Dissertação de mestrado, USP, 2010.

INSTITUTO PÓLIS. **POLIS: Projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.** São Paulo: Instituto Pólis, 2014. Disponível em:

<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Agendas-Municipais-e-Regional-de-D-Desenvolvimento-Sustentavel-Projeto-Litoral-Sustentavel.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. OSAL, Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, año VI, n. 16, p. 23-34, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110310112007/3PortoG.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

RATZEL, Friederich. **Geografia**. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). Ratzel. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RIBEIRO, Rodrigo. Territórios especialmente protegidos e o modo de vida caiçara. In: VERSOLATO, Fernanda; MAGALHÃES GOMES, Maria Judith (org.). **Direito dos povos e comunidades tradicionais em territórios protegidos**. 1 ed. São Paulo: Instituto Pólis, 2016.

SAHLINS, Marshall. **O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica**: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (parte I). Mana, vol. 3, n.1. Rio de Janeiro, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. Maringá: Massoni, 2009. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SANSOLO, D.G. **A paisagem como categoria geográfica de análise**. Apresentação oral VII ENANPEGE.

SANTOS, Lilian Maria; PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Quais narrativas possíveis?** Reflexões teóricas sobre comunidade tradicional. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, edição especial, p. 382-399, jul. 2020. ISSN 1809-6271. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/51501/29337>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Caderno 1, Executivo, 30 set. 2021, p. 72. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1149294212/dosp-executivo-caderno-1-30-09-2021-pg-72>. Acesso em: 17 set. 2025.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Paula Affonso de Araujo. **‘É na terra e no mar que tá nossa subsistência’**: resistência caiçara na Baía dos Castelhanos, Ilhabela. Universidade Federal de São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16099>. Acessado em 29 out. 2023.

SANTOS, Antonio Bispo. **Somos da terra**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, 1996.

TW GUAIMBÊ EXCLUSIVE SUÍTES. **TW Guaimbê Exclusive Suítes**. Ilhabela: s.d. Disponível em: <https://www.twguaimbe.com.br/>. Acesso em: 25 mai. 2025.